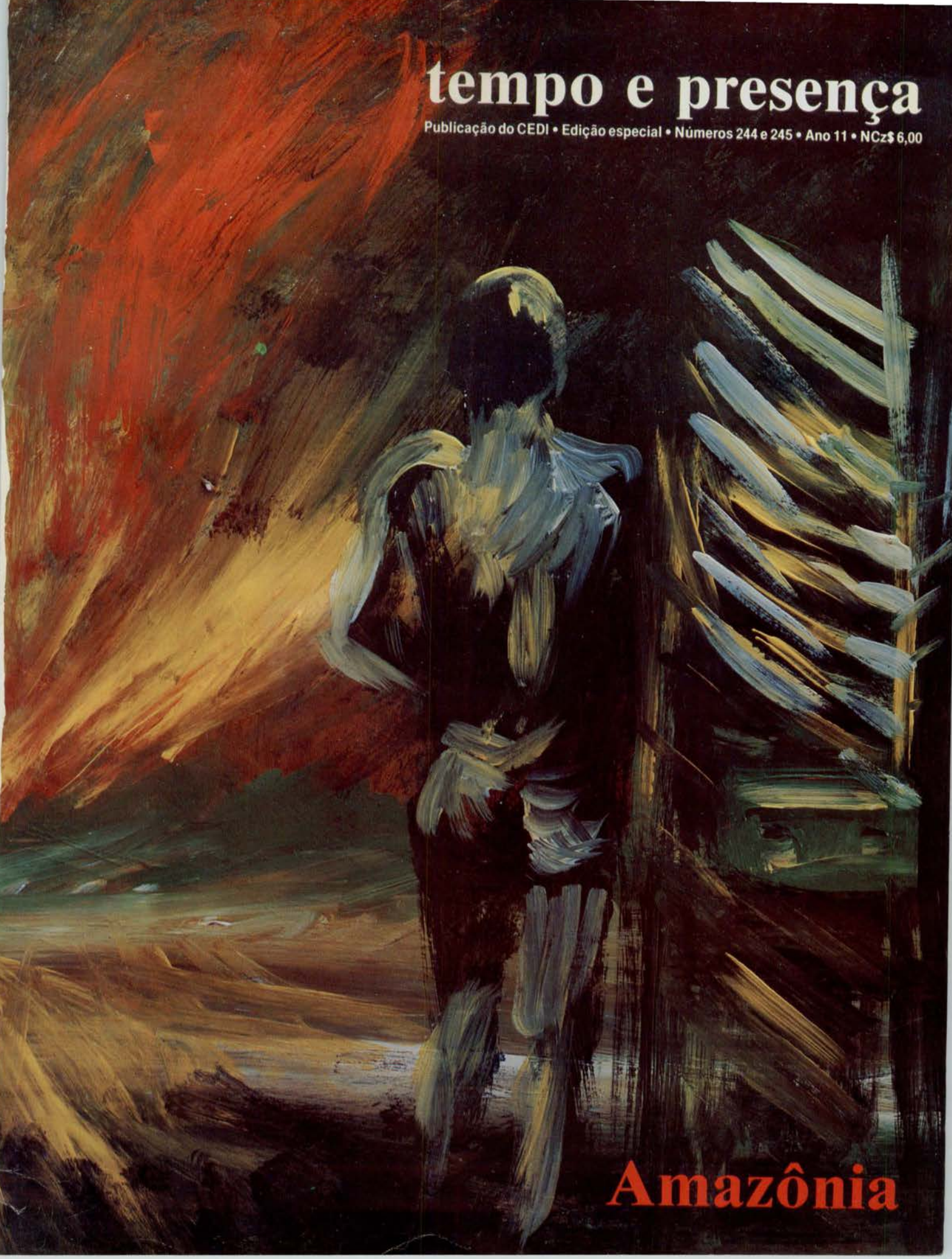


tempo e presença

Publicação do CEDI • Edição especial • Números 244 e 245 • Ano 11 • NCz\$ 6,00



Amazônia



UM ALERTA À IGNORÂNCIA

A “Amazônia” está em pauta. Parece ter se transformado definitivamente em uma questão permanente para o futuro do Brasil, dos demais países amazônicos, do planeta. Mesmo descontando o modismo que ora a envolve.

De “celeiro” a “pulmão” do mundo, de “vazio demográfico” a “área geopolítica e economicamente estratégica”, de “última fronteira” a “eldorado” para colonos e garimpeiros, a região amazônica — que concentra a maior porção de floresta tropical do mundo — permanece basicamente desconhecida por parte dos adventícios de todas as origens e propósitos.

Este número especial de Tempo e Presença pretende ser um alerta contra a ignorância sobre a Amazônia brasileira, nesse momento em que os chamados “formadores de opinião” estão interessados no assunto. Dirige-se àqueles que estão motivados a entender e a apoiar modelos auto-sustentados e apropriados ao desenvolvimento da região. Modelos que tragam benefícios compartilhados entre seus protagonistas, que respeitem as populações tradicionais que ali residem, que não reproduzam as formas atuais de ocupação constituídas de violência contra as pessoas e a natureza.

Floresta equivalente a duas vezes o Estado do Paraná já tombou, para dar lugar a mega-obras de infra-estrutura, a vultosos projetos de desenvolvimento regional, ao ganho fácil dos incentivos fiscais, à especulação imobiliária, ao pasto, aos bois, a cultivos fracos e sem futuro. Terras indígenas invadidas a partir dos eixos das grandes rodovias abertas na floresta nos últimos vinte anos, desenham-se progressivamente espinhas de peixe. Cadáveres de peixes, que já podem ser fotografados pelos satélites, como no caso da BR-364 e vicinais, no trecho entre Cuiabá e Porto Velho.

Ainda que esse modelo tenha entrado em crise, um novo cenário desenha-se, na mesma vertente autoritária do capitalismo, sob o signo da geopolítica militar e da “vocação extrativista” (mineral, madeireira) da região, redescoberta pelos grandes grupos econômicos. Enquanto isso, o garimpo empresariado mobiliza milhares de pessoas e se alastra, transformando de fato a fronteira agrícola da Amazônia em fronteira garimpeira. Muita grana e muitas farmácias. Rios envenenados de mercúrio. Terras indígenas invadidas. Malária.

Cenário que enseja holocausto, genocídio.

A esperança e o alento ficam por conta da mobilização que os diferentes setores populares da sociedade civil do país e do mundo começam a fazer para enfrentar a coalizão de interesses nacionais-internacionais que querem transformar a Amazônia em uma bruta Zona Franca.

Longa vida à boa nova da Aliança dos Povos da Floresta! Que sejam fecundos e concretos seus projetos de futuro nas áreas indígenas e nas reservas extrativistas, na interação com o mundo “moderno” das instituições políticas da sociedade e do Estado, da telecomunicação, dos cientistas.

Que sejam mais concretas as propostas de campanha para a Amazônia por parte dos candidatos à presidência da República!

Por uma trégua ecológica, popular e democrática!

**Assine
tempo e presença**

Amazônia

- 5 DECÁLOGO DA AMAZÔNIA
Lúcio Flávio Pinto
- 8 COMO FREAR O DESMATAMENTO
Philip M. Fearnside
- 13 A ESTRATÉGIA DO GENOCÍDIO
Memélia Moreira
- 14 A TODOS OS POVOS DA TERRA
Davi Kopenawa Yanomami
- 18 A AMAZÔNIA É UM GRANDE GARIMPO
Alberto Lourenço
- 20 POLONOROESTE: A FRONTEIRA DO
DESMATAMENTO ACELERADO
Ricardo Arnt e Steve Schwartzman
- 22 "O TEMPO DOS PRIMEIROS
ENCONTROS"
Alfredo Wagner B. de Almeida
- 32 RESERVAS EXTRATIVISTAS:
DESAFIOS À SUA IMPLANTAÇÃO
Mary Allegretti
- 35 IMPASSES E PERSPECTIVAS DO
PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NA
AMAZÔNIA
Luiz Pinguelli Rosa
- 38 IS AMAZONIA SO ENTERTAINING?
Franco La Cecilia
- 40 TRATADO DE COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA: UM INSTRUMENTO
DIPLOMÁTICO A SERVIÇO DA
RETÓRICA NACIONALISTA
Márcio Santilli

- 43 OS PRESIDENCIÁVEIS E A AMAZÔNIA
Juliana Ferraz da Rocha
- 46 A DÉCADA DA DESTRUIÇÃO
Juliana Ferraz da Rocha

Anote

- 25 MILTON NASCIMENTO NO JURUÁ
- 26 PROFFAO: O "CALHA SUL"
FUNDAÇÃO MATA VIRGEM ESTÁ
INSTITUCIONALIZADA NO BRASIL
- 27 CPI DA AMAZÔNIA
- 28 ANDAMENTO DO PROCESSO CHICO
MENDES
ASSASSINATOS EM CONFLITOS DE
TERRA NA AMAZÔNIA (1985 A 1988)
RESERVA EXTRATIVISTA NO RIO TEJO
- 29 FLORESTA EM PÉ É MAIS NEGÓCIO
"PROGRAMA NOSSA NATUREZA":
EPÍLOGO CONGRESSUAL
- 31 ÁREAS RESERVADAS PARA QUÊ?

Rubem Alves

- 42 OS IPÊS ESTÃO FLORIDOS

Vídeo

- 47 HOLOCAUSTO NA AMAZÔNIA

AMAZÔNIA/DOCUMENTOS **Encarte especial**

Carta da Amazônia
Uma trégua ecológica para a Amazônia
Carta dos parlamentares aos povos indígenas reunidos em Altamira
Declaração indígena de Altamira
Carta de Curitiba
Mapa da Amazônia Legal
2º Encontro Nacional dos Seringueiros (documento final)
Declaração dos Povos da Floresta
Ciclo de debates sobre alternativas de desenvolvimento para a Amazônia
Documento dos empresários

Murilo Santos/CEDI



Davi Yanomami faz um apelo dramático ao mundo, para evitar o genocídio do seu povo (p. 14).

João R. Ripper



Os seringueiros têm propostas para o futuro da Amazônia, assim como outros setores da sociedade. Veja encarte especial

Carlos A. Ricardo/CEDI



Milton Nascimento subiu o rio Juruá para apoiar a Aliança dos Povos da Floresta (p. 25) e ficou sabendo da proposta de reserva extrativista no rio Tejo (p. 28)

tempo e presença

Revista Mensal do CEDI

Edição Especial
Agosto/Setembro 89

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR
Fax: (11) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Boizzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Oscar de Paula

Editor deste número
Carlos A. Ricardo

Editora Assistente (texto)
Juliana Ferraz da Rocha

Editor Assistente (fotos)
Jaime Garcia

Editor de Arte e
Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação
Alfredo Salvador Vieira Coelho
Neide Quitto dos Santos

Revisão
Rosana de Lima Soares

Capa
Rubens Matuck

Ilustrações
Alfer
André Toral (Decálogo da Amazônia)

Mapas
Edna A. dos Santos

Assessoria Especial
Márcio Santilli
Ricardo Arnt

Participação Especial
Equipe do programa "Povos Indígenas no Brasil" do CEDI

Laboratório Fotográfico
Francisco Otoni

Fotolito
José Donizete Brandão
Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Quero agradecer o apoio dado à Biblioteca Comunitária de Lajedo, através da doação de livros por esta entidade de ampliação da cultura.

A Biblioteca Comunitária de Lajedo já está registrada no Instituto Nacional do Livro, registro nº 25.717, conta com doações de 1.400 livros e seu objetivo está sendo atingido, uma vez que já temos quinhentos leitores cadastrados e assíduos frequentadores da biblioteca que descobriram na leitura não só uma fonte de recreação, mas também de informação e aquisição de cultura.

Adelmo Torres
Lajedo, PE

O conteúdo de *Tempo e Presença* é extraordinário, e quero parabenizá-los pelos números que falam de ecumenismo (nº 235) e de ecologia (nº 236).

Máximo Fernandes Barbosa
Cariús, CE

Sou divulgadora do jornal *Mundo Jovem*. Conheci *Tempo e Presença* através de uma irmã catequista e gostei muito da revista, passando a divulgá-la na comunidade.

Aproveito a oportunidade para enviar-lhes o "legado de Collor", para mostrar o quanto o ex-governador é um demagogo. Eu e meus colegas professores estamos com nossos salários defasadíssimos, sendo que o nível 1 está percebendo hoje 70 cruzados novos, e eu, que estou no nível 5, percebo 30 cruzados novos.

Sônia Maria da Silva
Arapiraca, AL

Em primeiro lugar, minhas sinceras felicitações por todas as publicações do CEDI. Creio que a revista *Tempo e Presença* é uma das melhores publicações da América Latina.

Embora não tenhamos solicitado permissão para reproduzir artigos da *Tempo e Presença* em nosso boletim, fazemo-lo agora, pois sabemos que isto se traduz em apoio ao Reino.

Lic. Anibal Gusmán R.
Secretário Executivo de
Promoção Humana
Conselho de Igrejas Evangélicas
Metodistas da América Latina
(Ciernal)
Cidade do México, México

Conheci *Tempo e Presença* através de amigos. Minha curiosidade aumentou ao verificar que a revista é de uma linha social, política e econômica que junta a teoria à prática, o que ajuda bastante no processo da libertação.

Eu venho divulgando *Tempo e Presença* entre jovens e estudantes e na comunidade onde vivo. Ela já está circulando nas cidades vizinhas, com uma média acima de cem assinaturas. Isto para nós é uma satisfação, porque os assuntos da revista ajudam a enriquecer os conhecimentos e experiências de militantes de associações, sindicatos, comunidades eclesiais, partidos políticos etc. Aproveito para parabenizar a equipe do CEDI, na certeza que melhores dias virão.

Antonio de Souza Torres
Pesqueira, PE

Gostaria de receber a *Tempo e Presença*. Aproveito a oportunidade para parabenizá-los por esta importante publicação e gostaria de receber informações sobre outras publicações de vocês.

Zozó Bispo
Santa Maria da Vitória, BA

Tempo e Presença chegou até mim através de um presente ofertado por um amigo. Depois disso, tornou-se uma importante fonte de pesquisa para mim e meus amigos, devido a seriedade com que são tratados os assuntos por ela enfocados e de seu compromisso com a libertação da nossa gente. Em verdade, tais assuntos contêm informações que têm a intenção de tornar consciente o cidadão brasileiro.

Por tudo isso, muito obrigado.
Genário Magela Silva
Itabirito, MG

Agradecemos muito ao CEDI o envio de *Tempo e Presença* nºs 235 e 237 de 1988, as quais enriqueceram o acervo desta biblioteca. São obras muito valiosas para os professores e estudantes desta universidade porque apresentam novas informações para pesquisadores.

Esperamos continuar recebendo suas futuras publicações.
Laura Gutiérrez-Witt
Bibliotecária-Chefe
The General Libraries
The University of Texas At Austin
Austin, Texas, EUA

LEIA E ASSINE TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: NCz\$ 30,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 40,00
Exterior: US\$ 30

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

DECÁLOGO DA AMAZÔNIA

Lúcio Flávio Pinto



A Amazônia não é “a solução para os problemas brasileiros”. Para ser solução de alguma coisa, a Amazônia precisa ser melhor conhecida. Apenas um quarto dos seres vivos que nela existem foram identificados até agora e precariamente classificados. Não se sabendo exatamente com quais recursos naturais se conta, não se pode saber como usá-los produtivamente. O uso inteligente da Amazônia exige um amplo esforço humano de revelação e invenção. O que o governo tem investido — em dinheiro, tempo e gente — nessa tarefa é irrisório. A “maior aventura humana depois da corrida espacial”, como chegou a ser saudada a expansão da fronteira amazônica, envolve recursos mínimos. O máximo gasto foi apropriado por um pequeno grupo de empresários, beneficiados pelo mais oneroso subsídio da história do capitalismo. Fora desse circuito de pronto-socorro do capital, a Amazônia vive na indigência. Assim, antes de mais nada, a Amazônia precisa ser revelada e “inventada” para ser solução para ela mesma, para o país e, no que for possível, para o mundo.



A Amazônia não pode continuar a ser considerada um resíduo do país. Como não se descongestiona a explosiva concentração fundiária do Brasil, inventou-se a colonização para fazer drenos demográficos do Nordeste, Centro-Sul e do Sul rumo à região, disseminando o mal ao invés de isolá-lo e tratá-lo. Em 1970, a Amazônia era desenhada como a Canaã agrária, a fronteira de terras disponíveis a todos os candidatos a proprietários. Hoje, sua concentração fundiária, nas áreas que interessam ao capital, é mais grave do que nas regiões para as quais ela deveria ser o sucedâneo. A população triplicou em duas décadas, mas grande parte dos migrantes não conseguiu penetrar nas bolhas de riqueza em que se transformaram os grandes projetos de exportação, ligados a portos de embarque no litoral por caminhos monopolistas (como a ferrovia de Carajás), tudo isolado e asséptico — ao menos na intenção — para tentar escapar à ameça de miséria e devastação que se amplia velozmente. A Amazônia é “vendida” pelo marketing e a política como o “locus” ideal para os problemas irresolvidos do Brasil. É logo imaginada como a lixeira para o césio de Goiânia, mal apareceu este problema. Ou a colônia de onde se obtém energia para multiplicar os ganhos na metrópole.



A Amazônia (ainda) não é o Brasil. Não o foi durante os dois séculos de dominação colonial portuguesa. Continuou não sendo Brasil durante o Império. A exploração da borracha, durante cinquenta anos de exclusivismo produtivo na região, resultou em excedentes reaplicados externamente a ela. Quando chegou a integrar essa vasta fronteira ao seu território, o Brasil chegou à Amazônia com verdades prontas e acabadas, com “vocações” adrede estabelecidas, a colônia moldada pela viseira do colonizador. Ele a imagina como um “vazio demográfico”, um “anecúmeno”. Árvores e índios não garantem a soberania (primeiro) e a segurança (em seguida) nacionais. A geopolítica, madrastra ideológica da Amazônia, imaginou a sempiterna cobiça internacional, alimentada pela explosão demográfica de alguns países e sua limitação territorial. Preparou o aparelho de Estado para enfrentar nações imperialistas. Deixou a porta escancarada para as corporações econômicas privadas. Onde havia selva, rios, animais, índios e caboclos, precisava haver pastagens, campos de cultivo (de produtos exportáveis, de preferência), fábricas, cidades, estradas, hidrelétricas: tudo o que tivesse valor, transformado pelo trabalho — e sobretudo pelo capital — do homem. O mundo fora dessa moldura, embora sendo exatamente o mundo amazônico, não conta.



Sem água e floresta não há Amazônia. O “modelo” de ocupação (melhor entendida não através do paralelismo com a “corrida ao Oeste” nos Estados Unidos, mas pensando na ocupação da Indochina ou da Índia pelos europeus) considera a floresta um estorvo. Qualquer novo ocupante da região, do colono e sua família à multinacional (a diferença é apenas em escala), só cria benfeitoria se derrubar a floresta. Não interessa apurar o valor do que ele está destruindo ou calcular o balanço da troca entre o que ele põe abaixo e o que vai criar: floresta é estorvo. Sem floresta, a água diminui, seu ciclo se desequilibra, a Amazônia se descaracteriza e se empobrece. O produto de um complexo processo de acomodação da natureza, que levou milhares de séculos para se acomodar, é descartado. A cada dois anos se desmata mais do que em três séculos e meio anteriores. E nem se sabe para quê.

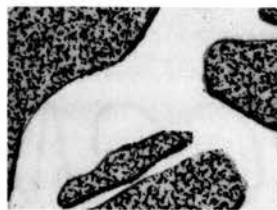


Nenhuma região brasileira sente mais firmemente a presença do Estado como a Amazônia, nem agora, nem antes. Brasília é incapaz de entender a Amazônia. Ela cria organismos para cumprir suas ordens, que apenas transitam pela capital federal. As ordens vêm de longe e dispensam a compreensão de uma região que é única no planeta, representando “um clímax no desenvolvimento dos seres vivos”, como ensina — inutilmente — um alemão que nela passou dezessete anos e a ela dedicou sua inteligência: Harald Sioli. O Estado é o avalista desse saque, o capitão-do-mato dessas novas entradas e bandeiras (cujo heroísmo tão decantado tem agora o contraponto da percepção mais recente de suas barbaridades). O Estado vem impor situações, dar ordens, agindo como uma instância metropolitana — e sem o despotismo esclarecido pelo qual a elite brasileira sempre espera, como o Godot de Beckett.



O Estado deve acabar com os subsídios doidivas, o combustível da irracionalidade que marca a história recente da Amazônia. Fala-se em “custo amazônico” pensando-se apenas nas contas do investidor particular, sempre perturbadas por artifícios contábeis, como o caixa dois. O custo sócio amazônico é ignorado. Se o subsídio não poupasse tanto o capital de risco, a velocidade do saque não seria assustadora como é.

É necessário desviar a atividade econômica das terras altas, de solos fracos e floresta exuberante, para as várzeas da calha do Amazonas e de alguns de seus tributários mais afortunados. O "salto" econômico, com o qual planificadores travestidos pensavam jogar a Amazônia na contemporaneidade, criou um vácuo. Os nativos caíram nele. Os forâneos se beneficiaram para sugar as riquezas da região, especialmente sua energia. É preciso recompor esse buraco para que a região, com seus habitantes, seu saber específico, sua história, tenham vez nesse projeto. As terras altas, hoje cruzadas por rodovias, pipocadas por garimpos, perfuradas por minas, devastadas por fazendas, devem ser melhor estudadas. O alvo prioritário devem ser as várzeas, palco de dois terços da história do colonizador na Amazônia.



É preciso cortar as veias de drenagem migratória para a Amazônia. Com essas taxas de crescimento, a região não se salvará — nem será revelada e muito menos inventada. O corte não pode ser feito como pensavam os sátrapas do "milagre econômico", bruxos dessa alquimia e vítimas dela, criando portei-ras à entrada das ilhas de fantasia dos grandes projetos ou das estradas usadas pelos deserdados da terra, atraídos pelas trompas do perverso Moisés do Incra na era transamazônica. A solução virá permitindo que brasileiros se fixem e progridam em suas próprias áreas, aquelas que melhor conhecem, e só migrem por espontânea vontade, não como ciganos compulsórios. A Amazônia deve ser a terra da chegada, não o canal inevitável da expulsão.



A Amazônia precisa de um ritmo mais modulado. Por que destruir a maior nação indígena do país, a dos Yanomami, para extrair de suas terras ouro que alimentará o tráfico de drogas (mais do que compensando a política do "porrete" que os Estados Unidos estão adotando num combate cego às quadrilhas) e cassiterita que enriquecerá absurdamente a resistência das latas de cerveja e refrigerante que, depois, jogaremos no lixo? A Amazônia não está ameaçada por nenhuma nação estrangeira. O espaço da natureza, entendido pelo nativo, que a ele se adaptou, não é um espaço ocioso e vago, exposto à imaginária co-biça estrangeira. Para se saciar, ela não precisa exercer-se na surdina. Basta cumprir a lei, que é permissiva.



Educação e ciência são investimentos vitais na Amazônia, mais do que em qualquer outra região do país ou do planeta. As políticas governamentais para esses setores vão atrasar irremediavelmente nossa capacidade de perceber, entender e dominar (no bom sentido) a região. É possível que outros países cheguem a esse domínio mais cedo. Em alguns setores até já chegaram. O mais certo, porém, é que ninguém chegue a tempo de impedir o que a ciência tem sido na região: instrumento de constatação dos problemas criados, do saque praticado, um martirológico sem fim. Iluminar os caminhos e orientar o homem transformou-se em utopia de naufrago sem o direito sequer de sonhar com a salvação.



Lúcio Flávio Pinto é jornalista, editor do *Jornal Pessoal*, quinzenário para assinantes, Rua Aristides Lobo, 871 - CEP 66000 - Belém (PA).

COMO FREAR O DESMATAMENTO

Existem várias formas imediatas e baratas de conter o desmatamento da floresta amazônica. A extinção de incentivos fiscais para projetos de desenvolvimento na região e a cobrança de impostos sobre especulação de terras são algumas delas

Philip M. Fearnside

O desmatamento está rapidamente convertendo a floresta amazônica brasileira em pastagem de baixo valor e de poucas perspectivas de sustentabilidade. Portanto, qualquer plano para redirecionar o desenvolvimento na Amazônia para um caminho melhor precisa começar com medidas eficazes para frear o desmatamento. Senão, será perdida para sempre a opção de aproveitar a floresta de maneiras mais sustentáveis. Os meios mais promissores de obter produção sustentável em grandes áreas na Amazônia requerem a manutenção da cobertura florestal, por exemplo, para permitir o uso dos produtos farmacológicos e outros, oriundos de reservas extrativistas. Frear o desmatamento representa apenas uma medida para ganhar tempo; e um uso muito melhor precisa ser feito do tempo ganho. Não só é preciso fazer mais pesquisa sobre as tecnologias de produção sustentada, mas também sobre os mecanismos econômicos necessários para garantir que sistemas sustentáveis sejam

adotados ao invés dos atuais sistemas não sustentáveis.

Frear a destruição da floresta requer mais do que simplesmente proibir o desmatamento, que é a abordagem atual, totalmente sem êxito. Medidas precisam ser tomadas para cortar os motivos para o desmatamento. Algumas das medidas necessárias são caras, como a redução do fluxo de migrantes para a Amazônia, através da oferta maior de emprego nas áreas-fontes de migrantes, tais como o Estado do Paraná, tanto por meio da reforma agrária como por meio da criação de empregos industriais nas áreas urbanas. Outras medidas exigem longos períodos de tempo, como a mudança de atitudes através de programas de educação e de extensão. No entanto, muitas medidas essenciais podem ter impacto imediato a pouco custo, até com economias consideráveis para o governo. Alguns exemplos seguem:

Desencorajar a especulação de terras — A especulação imobiliária é uma das forças principais que leva ao desmatamento na Amazônia brasileira

hoje. Remover a floresta e colocar no lugar pastagem, que é o uso da terra mais barato para implantar, é a maneira de ganhar a documentação legal para um terreno e, depois, de obter o título para evitar que posseiros ou fazendeiros invadam a área. A especulação das terras tem sido muito lucrativa mesmo que a produção de carne bovina seja, muitas vezes, pouca ou zero. Esta lucratividade tem que ser removida através da aplicação de impostos pesados sobre ganhos de capital provenientes de vendas de terras. Impostos pesados deste tipo são plenamente justificados, já que o aumento súbito do valor da terra não se deve aos esforços dos proprietários da terra mas sim à expansão da rede rodoviária que está sendo paga pelos contribuintes de todo o país. Cada vez que uma estrada é construída ou melhorada na Amazônia, o valor das terras nas proximidades pula imediatamente para centenas, senão milhares, de pontos percentuais.

Não considerar pastagem como benfeitoria — A posse da terra na Amazônia é estabelecida pelo desmatamento e plantio de pastagem, sendo isto reconhecido pelo Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) como



uma benfeitoria. Pastagem, na realidade, não é uma melhoria mas sim uma forma de destruição da Amazônia. O solo se torna compactado e esgota-se o fósforo disponível dentro de mais ou menos uma década. Geralmente a pastagem fica depois abandonada para crescimento secundário com pouco ou nenhum valor econômico. A produção de capim cai rapidamente ao longo da vida da pastagem, até que o custo de controlar a invasão de plantas não comestíveis exceda qualquer retorno econômico do gado alimentado pelo pasto. A classificação de pastagem como uma "benfeitoria" precisa ser abolida se se quer realmente controlar o desmatamento, para poder obter os benefícios da propriedade da terra, especialmente o salto imediato do valor

da terra que acompanha a concessão do título legal.

Acabar com os incentivos financeiros — Uma parte do desmatamento é impulsionada pelos programas especiais de subsídios governamentais, tais como projetos de pecuária e de serra-ria aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e projetos agrícolas e de produção de ferro-gusa aprovados pelo Programa Grande Carajás (PGC). Incentivos incluem isenção do imposto de renda, arranjos permitidos para que a metade do valor dos impostos devidos sobre lucros de empreendimentos em outras partes do país sejam aplicados nos projetos na Amazônia, e concessão de taxas de juros abaixo da taxa da inflação brasileira. Apesar de uma mudança de política

da Sudam em 1979 para impedir que "novos" incentivos fossem aprovados na parte de "floresta densa" da Amazônia Legal, "novos" incentivos são ainda dados na área de "floresta de transição"; e "velhos" incentivos continuam em toda a região. Todos estes incentivos deveriam ser abolidos imediatamente, o que implicará, inclusive, em uma medida bastante econômica ao governo. As desigualdades econômicas do Brasil reduziram o fluxo financeiro a níveis relativamente baixos em 1988, porém nenhuma decisão de política foi tomada para evitar que grandes fluxos financeiros para incentivos recomeçassem se a economia nacional melhorasse. De fato, o presidente José Sarney já declarou a sua intenção de manter os programas de incentivos para sempre. Os projetos incentivados já devastaram grandes áreas para pouco retorno econômico. Os lucros obtidos pelos beneficiários não representam contribuições produtivas à economia do país, mas sim ganhos de especulação



Dois Paranás desmatados na Amazônia até 1988

A área desmatada até 1988 na parte florestal da Amazônia Legal está estimada em 410,7 mil km², ou 8,4% da floresta, o que equivale, aproximadamente, a duas vezes a área total do Estado do Paraná. A estimativa direta mais recente de desmatamento na Amazônia foi feita pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), como contribuição para o Programa "Nossa Natureza", e indicou apenas 5,12% da Amazônia Legal como desmatados até 1988 (Brasil, Inpe, 1989a). A primeira versão do relatório do estudo indicou que as áreas de desmatamento se referiam a "alteração da cobertura vegetal", ou seja, incluindo cerrado e outros tipos de savana. Uma segunda versão do relatório modificou isto para "cobertura florestal" (Brasil, Inpe, 1989b), o que implica que a percentagem (5,12%) sobre a área total da Amazônia Legal não tem sentido como indicação nem da fração da floresta desmatada nem da fração da região como um todo com vegetação alterada (e que, portanto, não poderia ser comparado com

resultados de estudos anteriores). Os valores absolutos (em km²) do estudo do Inpe podem ser aproveitados para melhorar a estimativa de desmatamento na região, porém dados de apenas quatro dos nove Estados da Amazônia Legal não apresentam inconsistências com os resultados de outras medidas de satélite feitas anteriormente. Em quatro Estados (Acre, Mato Grosso, Rondônia e Pará) a área desmatada teria diminuído em relação a um ano anterior, e em um Estado (Roraima) teria aumentado de uma maneira tão lenta que seria improvável. Portanto, a estimativa atual utiliza os dados do estudo do Inpe, com uma correção para as áreas de savana, para os quatro Estados sem conflitos com outros estudos (Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins/Goiás), e os dados projetados de estudos anteriores para os demais cinco Estados.

Veja tabela abaixo:

Áreas desmatadas na Amazônia Legal brasileira até 1988

Estado	Vegetação original (km ²) (a)			Área desmatada (km ²)			Percentagem desmatada	Fonte
	Floresta	Savana	Total	Floresta	Savana (b)	Total		
Acre	152.589	0	152.589	8.634	0	8.634	5,7	(c)
Amapá	99.525	42.834	142.359	843	363	1.206	0,9	(d)
Amazonas	1.562.488	5.465	1.567.953	12.837	45	12.882	0,8	(d)
Maranhão	139.215	121.017	260.232	23.771	20.664	44.435	17,1	(d)
Mato Grosso	572.669	308.332	881.001	98.651	53.115	151.766	17,2	(e)
Pará	1.180.004	66.829	1.246.833	140.172	7.939	148.111	11,9	(f)
Rondônia	215.259	27.785	243.044	36.774	4.747	41.521	17,1	(g)
Roraima	173.282	51.735	225.017	2.745	820	3.565	1,6	(h)
Tocantins/Goiás	32.056	237.855	269.911	20.279	150.470	170.749	63,3	(d)
Amazônia Legal								
Áreas (km ²)	4.127.087	861.852	4.988.939	344.706	238.163	582.869		
área total	82,7%	17,3%	100,0%					
área original desmatada				8,4%	27,6%	11,7%		

Notas:

* a) As áreas dos Estados são aquelas adotadas pelos estudos fontes dos dados de desmatamento para cada Estado. A proporção de floresta e savana em cada Estado foi medida gravimetricamente do mapa publicado pelo Inpe (Brasil, Inpe, 1989) com precisão de 645 km², sem contar o nível de precisão baixo em si. * b) A área de savana alterada está estimada a partir da área de floresta alterada (no caso dos cinco Estados para os quais os dados do Brasil, Inpe, 1989 foram usados), ou a partir da área total alterada (no caso dos demais quatro Estados na região). Presume-se que a savana foi alterada na mesma proporção em que a floresta foi alterada dentro de cada Estado. Dúvidas sobre a correspondência entre o mapa de áreas de savana e floresta publicado no relatório do Inpe (Brasil, Inpe, 1989a) e o critério utilizado na interpretação das imagens no mesmo estudo, faz com que os dados referentes às áreas de savana sejam menos confiáveis, especialmente em Estados (como o Tocantins) com muita área de savana. * (c) Estimativa para Acre de Fearnside (1989), usando uma projeção linear a partir de dados de 1986 (4.627 km² desmatados) de Landsat-MSS (Brasil, IBDF, 1987a) e de 1987 (8.133 km² desmatados) do Landsat TM interpretado pelo IBDF, Brasília. * d) Estimativa para Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins de Brasil, Inpe, 1989 para a área de floresta desmatada. * e) Estimativa para o Mato Grosso de Fearnside (1989) usando uma projeção linear a partir de dados de Brasil, IBDF (1982) usando Landsat-MSS de 1980 (52.786 km² desmatados) e de 1983 medido na parte oeste de Mato Grosso (227.996 km² interpretado sob o programa Polonoroeste (Brasil, IBDF, 1985). A projeção foi feita separadamente para as partes ocidentais e orientais do Estado, utilizando valores para 1978 e 1980 para a parte oriental (24.084 km² e 40.700 km² desmatados respectivamente) e aproximações feitas presumindo que a mesma percentagem desmatada no Estado como um todo (Brasil, IBDF, 1982b; Tordin et al., 1980). O valor para 1980 para a parte ocidental de Mato Grosso (12.086 km² desmatados) foi derivado da mesma forma. * f) Estimativa para o Pará de Fearnside (1989) usando uma projeção linear a partir de dados de Brasil, IBDF (1983a) usando Landsat-MSS para 1980 (33.914 km² desmatados) e Sudam, Belém, usando Landsat-TM para 1986 (119.561 km² desmatados). * g) Estimativa para Rondônia de Fearnside (1989) usando uma projeção linear a partir de dados de Malingreau & Tucker (1988) usando NOAA-9 AVHRR de resolução de 1,1 km para 1985 (27.656 km² desmatados) e Jean-Paul Malingreau (comunicação pessoal, 1988) usando o mesmo satélite para 1987 (36.900 km² desmatados).

e, muitas vezes, do uso ilícito do dinheiro dos próprios incentivos. Os incentivos devem ser terminados sumariamente; porém, caso os beneficiários sejam julgados como tendo "direitos adquiridos" aos incentivos já aprovados, todas as parcelas futuras devem ser usadas exclusivamente para restaurar a cobertura arbórea das áreas já desmatadas.

Limitar a construção de estradas — A construção e melhoria de estradas é um dos elementos-chave no processo de desmatamento, e é um dos pontos de pressão mais sensíveis onde a ação do governo pode frear a perda de florestas. Quando resolve não construir estradas, o governo também poupa bastante dinheiro. Rodovias aceleram o desmatamento pela motivação da especulação das terras, provocando a substituição da população residente de colonos por pessoas que desmatam mais depressa, por aumentar as taxas de derrubada praticada pelos residentes na beira das estradas, e facilitando a entrada de novos migrantes.

Projetos de construção e melhoria de estradas devem ser restritos às áreas onde a terra é boa para a agricultura. Senão, um processo de ocupação de terras inférteis fatalmente ocorrerá completamente fora do controle do governo. Um sistema de zoneamento para identificar terras agriculturalmente aproveitáveis é necessário, e tem que ser baseado em critérios técnicos relacionados à qualidade do solo, ao invés de fatores políticos ou geopolíticos. O melhor exemplo é a rodovia BR-429 em Rondônia, que abriu ao assentamento o vale altamente infértil do rio Guaporé. A estrada já existe como um caminho sazonalmente transitável, mas pressões de políticos locais são fortes para asfaltá-la. Mapas preliminares do zoneamento agrícola de Rondônia, feito em 1987 pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Rondônia, indicaram uma faixa ao longo da estrada como recomendada ao uso agrícola, mesmo que os mapas de aptidão da terra da área feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostrem claramente a completa ausência de solo bom para a agricultura. Um outro exemplo é o Projeto Calha Norte, que propõe estradas e áreas de assentamento ao longo das fronteiras do norte do Brasil. Nenhuma parte da área está indicada como fértil pelos mapas de qualidade de solo produzidos a partir das imagens do projeto Radambrasil.

Em casos onde o solo é julgado como adequado para a agricultura, a cons-

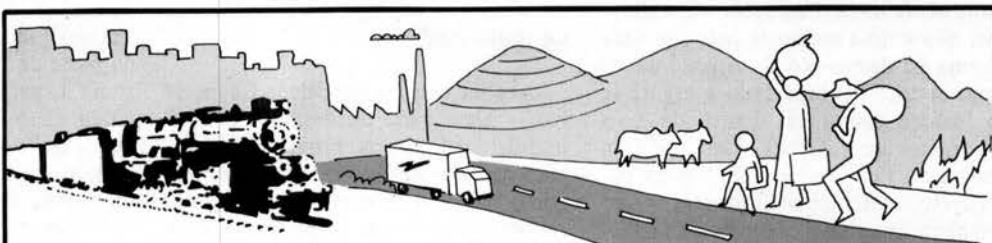


Tabela 1
Causas próximas do desmatamento

Motivos presentes principais	Elo com desmatamento	Importância por classe de propriedade	
		Pequenas propriedades	Grandes propriedades
1. <i>Especulação de terra</i>	Derrubada estabelece o direito de posse, eleva valor de venda da terra	Importante em áreas de grileiros colonos tentativamente documentados em áreas oficiais de colonização	Importante em áreas tomadas por grileiros bem como em áreas legalmente documentadas (difíceis de defender contra posseiros)
2. <i>Incentivos tributários</i>	Empresas podem evitar o pagamento de impostos devidos em outros lugares do Brasil se o dinheiro for investido na Amazônia	Nenhum fator	Importante em projetos aprovados pela Sudam (maioria no Pará) ou pela Suframa (no Amazonas)
3. <i>Maiores impostos</i>	Maiores impostos para terras em "desuso", isto é, sem serem desmatadas	Não importante	Pode tornar-se importante
4. <i>Empréstimo de interesse negativo e outros subsídios</i>	Financiamentos do governo aprovaram projetos para fazendas com taxas de interesse mais baixas que a inflação	Nenhum fator	Importante. Assim como incentivos tributários, mais importante no sul do Pará
5. <i>Cronogramas para projetos incentivados</i>	Projetos de fazendas aprovados pelo governo aderem a um cronograma para se qualificarem a incentivos contínuos	Nenhum fator	Importante em áreas de projetos da Sudam e Suframa; muitas fazendas recebem subsídios sem o cumprimento
6. <i>Empréstimos especiais para culturas</i>	Cacau, café, borracha, pimenta preta, cana-de-açúcar e culturas anuais são financiadas em algumas áreas. Essas culturas não seriam atraentes sem os termos favoráveis dos empréstimos	Importante em áreas de colonização oficial	Relativamente importante para poucas fazendas grandes, embora propriedades de tamanho médio (quinhentos a 2 mil hectares) sejam beneficiadas em Rondônia
7. <i>Produção exportável</i>	Carne e em menor escala cacau, arroz de sequeiro e outras culturas vendidas em outras regiões ou países	Importante entre pequenos fazendeiros que dependem da venda das colheitas para dinheiro de sobrevivência de ano para ano. Benefícios especulativos são um presente para eles, embora um número significativo de lotes seja de propriedade de especuladores não residentes para quem a produção agrícola é uma consideração menor	Importante, embora frequentemente fazendas maiores estejam integradas em carteiras de investimentos mais diversificadas. No caso de operações grandemente motivadas por subsídios e oportunidades especulativas, venda da produção, mesmo escassa, acrescenta aos lucros da derrubada
8. <i>Produção de subsistência</i>	Relativamente menor	Menor, especialmente em áreas de colonização do governo, onde a maioria da derrubada é para plantação de culturas para venda	Não significante

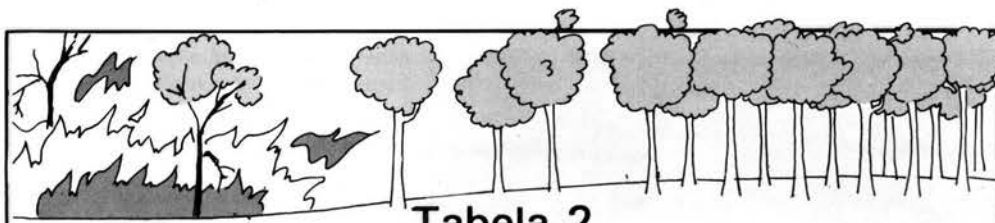


Tabela 2
Causas subjacentes do desmatamento

Causa	Resultado
1. Inflação	a) Especulação em bens imóveis, especialmente terras de pastagem b) Atratividade crescente de empréstimos bancários com juros baixos para derrubadas
2. Crescimento populacional	a) Demanda crescente para produção de subsistência (fator menor) b) Capacidade crescente para derrubar e plantar para ambos, subsistência e culturas para venda c) Pressão política crescente para construção de estradas (com retroalimentação ao item 4)
3. Mecanização da agricultura no sul do Brasil e absorção de pequenas posses por grandes proprietários no Sul e Nordeste	a) Imigração de trabalhadores sem terra (aumentando as derrubadas como posseiros e como trabalhadores em outras propriedades) b) Imigração de pequenos proprietários para comprar terra (ambos aumentam item 5)
4. Construção e melhoria das estradas	a) Imigração para Amazônia (com retroalimentação ao item 5) b) Aumento na derrubada por pessoas já presentes
5. Baixos preços da terra	a) Usos extensivos da terra (por exemplo, pastos) b) Pouca preocupação quanto à sustentabilidade da terra c) Atração para pequenos proprietários imigrarem para a Amazônia d) Pouca motivação para que os proprietários de terras defendam áreas não desmatadas dos posseiros e) Ganhos especulativos potenciais maiores
6. Política nacional	a) A tendência dos residentes do interior da Amazônia de apoiar governos já empossados fornece um estímulo para o aumento da representação política dessas áreas pela criação de novos territórios e Estados, justificados pelo crescimento da população conseguido através dos programas de colonização e construção de estradas b) Durante períodos específicos de tensão social em partes não amazônicas do Brasil, como em 1970, vê-se que os programas de colonização e construção de estradas na Amazônia foram um meio de aliviar a pressão pela reforma agrária. Parece que o efeito da publicidade em torno dos programas é mais importante do que o fluxo real da população
7. Geopolítica internacional	Líderes do governo justificam frequentemente a colonização e construção de estradas próximas às fronteiras como proteção contra invasões do país. Essas justificativas podem ser eficientes para racionalizar programas do governo, desejáveis por outros motivos
8. Concentração da posse da terra na Amazônia	Deslocamento da população por demandas de posseiros ou pequenas posses são tomadas por grandes fazendas. As pessoas desalojadas mudam para derrubar novas áreas
9. Medo da floresta	A aversão psicológica profunda pela floresta e o medo de animais perigosos impedem os usos da terra com floresta. Esse medo é especialmente poderoso entre os recém-chegados de outras regiões
10. Status pelo gado	A antiga tradição ibérica de atribuir um status social mais alto aos criadores de gado do que aos agricultores leva à preferência pela pastagem independentemente do lucro
11. Disponibilidade de investimentos alternativos em outros lugares	Pesados descontos de esperados custos e retornos futuros para investimentos na Amazônia, levando à pouca preocupação quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção
12. Distribuição dos custos ambientais do desmatamento pela sociedade em geral	Aumenta a atratividade econômica relativa para o investidor individual de usos de terra que requerem grandes áreas desmatadas, comparados com usos intensivos que pequenas áreas derrubadas ou administração sustentada de florestas em pé
13. Escolha de usos insustentáveis para áreas de derrubadas	Derrubar mais áreas para substituir terras não mais produtivas
14. Pouca mão-de-obra exigida pelo uso predominante da terra (por exemplo, pastagem)	a) Uma pequena população pode derrubar e explorar uma área grande b) Pouca contribuição para resolver problemas de desemprego, subemprego e falta de terra, o que encoraja mais desmatamento
15. Baixa produtividade agrícola	a) Aumento das áreas necessárias para suprir demanda de subsistência (relativamente menor) b) Dinheiro dos subsídios do governo gastos em fazendas improdutivas e outros projetos alimentam a inflação pelo aumento do poder aquisitivo dos beneficiários, sem as quantias correspondentes de contribuição pela produção (com relação ao item 1)

Tabela 3
Motivos adicionais esperados para futuro desmatamento

Motivo	Razão esperada
1. Exportação de madeira	Espera-se um aumento com o próximo fim das florestas úmidas do Sudeste da Ásia, atualmente suprindo os mercados mundiais
2. Produção de carvão	Espera-se um aumento para a produção de aço do Projeto Grande Carajás na parte leste da Amazônia. Ambos estão planejados, o corte da floresta nativa e as plantações
3. Suporte para os pólos de desenvolvimento mineral	Espera-se que acompanhe o desenvolvimento em Carajás, Trombetas, Serra Peleda e outros lugares
4. Projetos hidrelétricos	Projetos planejados em Tucuruí (Tocantins), Balbina (Uatumbá), Samuel (Jariari) e Itapuna (Jari) totalizariam uma área de reservatório de 4,4 mil km ² , mais áreas adicionais desconhecidas no rio Tocantins (sete grandes barragens, além de Tucuruí, mais dezenove menores) e no rio Xingu (nove a dez grandes barragens). Barragens atuais na região de Curuá-Una (rio Curuá-Una) e Paredão (ou Coary Nunes, rio Araguari) e Tucuruí (rio Tocantins) totalizam 2,5 mil km ² . Algumas novas áreas serão derrubadas por pessoas desalojadas pelas 32 barragens, bem como por comunidade de suporte. As flutuações na liberação do fluxo de água, como em Balbina, também matarão áreas substanciais de florestas rio abaixo das barragens. As perdas de florestas pelos projetos hidrelétricos, entretanto, são pequenas quando comparadas com as perdas pela criação de gado e outras atividades.

Fonte: Tabelas extraídas do artigo "Causas do desmatamento na Amazônia brasileira" de Philip M. Fearnside, publicado em *Pará Desenvolvimento*, nº 23, janeiro-julho de 1988, foram suprimidas as referências bibliográficas.

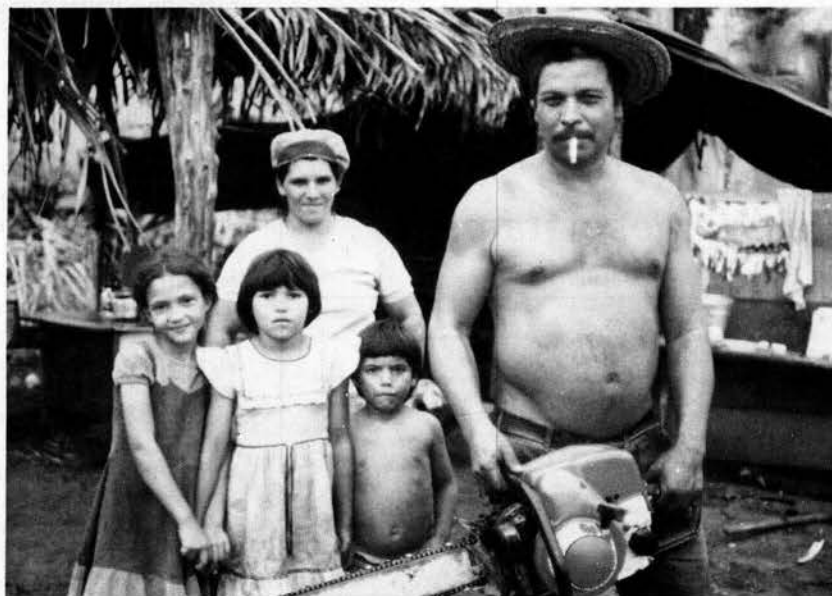
trução de estradas não deve ser permitida antes de completar a demarcação de reservas indígenas, extrativistas e outras. Isto não está acontecendo no caso da rodovia BR-364, que está sendo asfaltada de Porto Velho (Rondônia) até Rio Branco (Acre). A demarcação das reservas indígenas tem sido bloqueada pelo Conselho de Segurança Nacional, devido ao programa Calha Norte, enquanto a construção rodoviária procede a todo vapor. Quando a demarcação das reservas está atrasada, a opção de ter as áreas como reservas é rapidamente perdida porque estas são invadidas por garimpeiros, madeireiros e posseiros. A situação no Acre é uma repetição do que ocorreu em Rondônia sob o programa Polono-roeste, onde a melhoria da rodovia foi completada enquanto muitas reservas ainda não foram demarcadas. A simultânea construção de estradas e demarcação de reservas comprovadamente não funciona, como mostra o exemplo de Rondônia. Portanto, a demarcação tem que ser completada antes de começar qualquer construção rodoviária.

Fortalecer o Rima — O Relatório sobre Impactos ao Meio Ambiente (Rima) se tornou obrigatório no Brasil em janeiro de 1985. Apesar de todas as falhas na legislação e na sua execução, o Rima é o que nós temos, e precisa ser melhorado e colocado em funcionamento. Meios mais eficazes são necessários para garantir que as partes interessadas não influenciem nas conclusões dos relatórios. O sistema atual de relatórios elaborados por empresas de consultoria, que são pagas pelos proponentes dos projetos, claramente não funciona.

O Rima precisa ser completado, publicamente debatido e devidamente aprovado, antes que quaisquer passos sejam tomados e tornem o projeto proposto em um fato consumado irreversível. Isto não ocorreu no caso de vários grandes projetos iniciados depois que o Rima se tornou obrigatório. O caso mais conhecido é o da Ferrovia Norte-Sul, para a qual a licitação de contratos de construção foi realizada após poucos dias da divulgação pública da existência do projeto, e antes que qualquer avaliação tenha sido sequer iniciada. Os incentivos fiscais para os projetos de ferro-gusa na área do Grande Carajás foram também aprovados e as primeiras usinas construídas depois do Rima se tornar obrigatório, também sem nenhum estudo ambiental.

O Rima precisa visar garantias sobre uma larga gama de projetos colate-

Colono
e família,
às margens
da BR-429
em
Rondônia



Adrian Cowell

rais que se tornam viáveis devido à existência de um determinado grande projeto. Por exemplo, a infra-estrutura da ferrovia e da mina do Projeto Ferro Carajás permite que um recurso de mineral de alto valor seja aproveitado com relativamente pouca perturbação ambiental direta. No entanto, os impactos indiretos são enormes. O Projeto Grande Carajás, que foi justificado pela existência da ferrovia, inclui um programa agrícola cobrindo os 900 mil km² da zona do programa, e um projeto altamente destrutivo para a produção de ferro-gusa. Considerações ambientais devem incluir todos os desenvolvimentos relacionados e não apenas as obras públicas iniciais, tais como a ferrovia.

O caso mais imediato no horizonte onde precisa estabelecer-se uma ligação na avaliação dos impactos é o caso da série de seis barragens planejadas na bacia do rio Xingu. A primeira barragem (Kararaô) é muito menos danosa que as outras cinco (Babaquara, Iriri, Ipixuna, Kokraimero e Jarina). Apesar

do fato de que a represa de Kararaô inundará algumas terras indígenas, as outras barragens serão desastrosas para uma longa lista de tribos. Uma das represas (Jarina) até inundaria parte do Parque Indígena do Xingu. A primeira barragem produziria uma grande quantidade de energia com um reservatório relativamente pequeno, porém a construção da barragem e a sua linha de transmissão têm o perigo de fazer viáveis as outras barragens mais danosas. A regulação do fluxo de água feita pelas barragens do rio acima e a absorção da carga de sedimentos se tornam argumentos progressivamente mais atraentes para construir as demais barragens, uma vez que a primeira já existe. Qualquer Rima dando um aval ambiental à primeira barragem precisa, portanto, ser condicionado a um compromisso irrevogável de não se construir as outras barragens. Em 1988, a Eletronorte afirmou que apenas a primeira barragem estava sob discussão, e que decisões sobre as outras barra-

gens seriam tomadas posteriormente. Esta posição é muito diferente daquela de se comprometer em não construir as outras barragens.

Um exemplo desta diferença crítica é fornecido pelo enchimento do reservatório de Balbina, perto de Manaus. Em 1987, a Eletronorte concordou em encher o reservatório apenas até a cota de 46 metros acima do mar, após o que a qualidade da água seria avaliada antes de se tomar qualquer decisão a respeito de encher o reservatório até a sua capacidade máxima de 50 metros. A quantidade de água do rio Uatumã foi insuficiente para encher a represa mesmo até a cota de 46 metros antes do início da época seca de 1988. Em 1988 as declarações da Eletronorte mudaram para dizer que o enchimento até a cota de 50 metros seria em apenas um ano (ou seja, na época chuvosa de 1988/1989), o que vale dizer que a decisão "adiada" não tinha nenhum efeito e que o reservatório seria enchido até a cota de 50 metros tão rápido quanto a disponibilidade de água permitisse. O exemplo do enchimento "adiado" de Balbina deixa clara a necessidade de um mecanismo eficaz de obter compromissos firmes de não tomar ações danosas futuras ao invés de simplesmente adiar a decisão.

Como um todo os procedimentos de avaliação de impactos ambientais podem ser bastante fortalecidos para garantir que projetos destrutivos sejam evitados na região. Atualmente estão sendo criados precedentes extremamente perigosos porque estes dificultam as reais avaliações dos impactos de futuros projetos.

Conclusões — O desmatamento precisa ser diminuído de forma drástica e rápida; senão, as melhores opções para o uso sustentado vão ser perdidas. Medidas baratas e potencialmente eficazes incluem: 1) cobrar impostos sobre especulação de terras; 2) não reconhecer a pastagem como uma "benfeitoria" para fins de estabelecer a posse da terra; 3) acabar com incentivos fiscais e outros subsídios; 4) reduzir e controlar a construção de estradas; e, 5) fortalecer os procedimentos referentes ao Relatório sobre Impactos ao Meio Ambiente (Rima) para grandes projetos de desenvolvimento.

Philip M. Fearnside é pesquisador do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), em Manaus. Este artigo foi publicado na revista *Amazônia Brasileira em Foco*, em setembro de 1989. Agradecemos a CNDDA pela cessão do mesmo.

Aconteceu
Bispos protestam contra fechamento de seminários
Aconteceu em 12 de outubro de 1989. Edição 100. Preço: R\$ 1,50. Págs. 12 e 13.

Aconteceu

Assinatura anual NCz\$15,00
Assinatura de apoio NCz\$ 25,00
Exterior US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 fundos, CEP 22241, Rio de Janeiro, RJ
 aos cuidados do Setor de Distribuição

A ESTRATÉGIA DO GENOCÍDIO

Há quinze anos eles não conheciam a coqueluche, a fome ou a prostituição. Agora, o governo entregou a reserva dos Yanomami à gula do ouro e os índios não têm mais que cinco anos de vida

Memélia Moreira

Sem qualquer respeito à Constituição, que ainda nem completou seu primeiro ano de vida, e sem qualquer preocupação com o impacto sobre aqueles que serão atingidos, os ministros Rubem Bayma Denys (general do Exército, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e da Secretaria de Defesa Nacional) e Vicente Fialho (das Minas e Energia), além do governador do Estado de Roraima, Romero Jucá Filho, traçaram o plano que vai transformar o território Yanomami em um matadouro verde: a criação das reservas garimpeiras, dentro do Floresta Nacional de Roraima.

E onde estava a Funai para defender seus tutelados, e o Ibama para manter em pé suas árvores? Conscientes de suas impotências, conscientes de que a decisão final repousa acima de suas cabeças, nem Íris Pedro de

Oliveira, da Funai, nem Fernando César Mesquita, titular do Ibama, sentaram-se à mesa onde, no dia 25 de julho, se decidiu rasgar a Constituição. Mesquita já deu murro na mesa contra o projeto. Perdeu.

E a Constituição é clara. Não deixa dúvidas. No seu artigo 231, parágrafo sétimo, proíbe o garimpo nas áreas indígenas. Mas isso não foi obstáculo para os representantes do governo. Eles encontraram a fachada legal para encobrir o desrespeito. Encomendaram ao obscuro deputado federal Alcides Lima, de Roraima — que não assinou a Constituição — um projeto de lei para legalizar o garimpo na área indígena. E, no dia 1º de agosto, esse deputado que se destacou no time da Universidade de Brasília como goleiro, entregaria o projeto de lei. A área, oficialmente, é reserva florestal. Mas ela

sempre fez parte do território Yanomami. No mesmo dia, estaria decretada a morte dos Yanomami, sem troca de tiros e sem necessidade de se convocar a Cavalaria. Agosto começou mal para os Yanomami. Com eles morrem também os rios de Roraima, do Uraricoera ao Catrimani, do Ajarani ao Branco.

Com a legalização do garimpo nos 5,7 milhões de hectares que compõem as florestas nacionais, não há mais alternativas para os Yanomami. Em cinco anos eles serão submetidos ao mais eficaz genocídio da história brasileira. Não há como escapar dessa sinistra previsão dos especialistas. O relato da situação atual desses índios não deixa dúvidas. Eles são, hoje, a imagem mais próxima das hordas famintas que povoam Biafra, Etiópia. Há quinze anos, eram senhores absolutos de suas terras, uma área contínua de 10 milhões de hectares. Não conheciam a fome, a coqueluche, a prostituição e o aspecto degradado desse exército indisciplinado que percorre o país, escavando terra, envenenando os rios com mercúrio e transportando nos seus corpos magros as mais variadas doenças, da malária à Aids — os garimpeiros.

Estratégia — A estratégia que vai determinar a extinção dos Yanomami foi traçada com precisão matemática,

Interior da maloca de Paapiú: sinais da boate dos garimpeiros



com cuidados de ourives. Ela começou em 1987, quando Romero Jucá presidia a Fundação Nacional do Índio. Na ocasião, ainda havia tempo para expulsar do território Yanomami os garimpeiros que chegavam. Jucá preferiu, entretanto, expulsar da área as testemunhas do genocídio. E foi assim que proibiu a entrada de missionários, médicos, antropólogos e jornalistas, dispostos a denunciar as irregularidades.

Ao mesmo tempo, nos gabinetes do Palácio do Planalto, Jucá, em companhia dos militares que controlam a Secretaria de Defesa Nacional, ajudava a delinear as linhas do Projeto Calha Norte. O projeto, aparentemente, parecia interessante: mostrar a presença institucional brasileira nos distantes 6 milhões de quilômetros de nossa fronteira norte. Na prática, o Calha Norte abriu campos de pouso facilitando a entrada de garimpeiros. E os representantes do governo no Calha Norte, quebrando a monotonia de servir em postos tão longínquos, entregaram-se à prática do garimpo. Alguns já foram punidos, mas o Exército mantém esse caso em sigilo.

Em menos de um ano, a implantação do Calha Norte fez suas vítimas: 68 Yanomami sucumbiram às doenças européias, e aos tiros dos garimpeiros, que chegaram ao requinte de matar índios como se abate caça.

O passo seguinte da estratégia foi a nomeação de Jucá para o governo de



Garimpeiros em Boa Vista: 1985, armando a invasão

Roraima. Ele seria o aliado ideal. Logo após sua nomeação, e antes de se promulgar a Constituição, no silêncio asséptico do quarto andar do Palácio do Planalto, o governo, de uma só canetada, reduziu 70% do território Yanomami. Dos 9 milhões de hectares delimitados no governo Figueiredo, eles foram confinados a dezenove áreas — as “ilhas” — num total de 2,4 milhões de hectares. O restante se transformou em Floresta Nacional. Essa flo-

resta também está ameaçada de extinção. Ela não suporta os desbarrancamentos dos rios. Vai morrer.

Dólares — Jucá, indagado pela imprensa sobre a redução territorial, apelou para um enigmático discurso ecológico, tão em moda. Era necessário justificar diante da opinião pública mundial os desmandos cometidos no Brasil contra a ecologia. Era preciso calar as sociedades ambientalistas dos nossos



Murilo Santos/CEDI

A TODOS OS POVOS DA TERRA

Davi Yanomami

Liderança da aldeia do Demini, em Roraima, Davi entregou cópia desta carta ao presidente Sarney, em Boa Vista, no dia 1º de setembro último. Testemunha do drama vivido pelo seu povo desde 1987, com a grande invasão garimpeira, Davi ameaça devolver o prêmio Global-500, que recebeu em 1988 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, se o governo dos brancos não tomar providências urgentes para evitar o genocídio

O governo não está nos respeitando. Ele pensa em nós como animais. Nós temos o direito de reclamar. Pessoal de fora ajuda a gente, mas se a gente não faz nada, eles não podem ajudar. Se a gente manda para lá uma carta, eles vão pressionar o nosso governo, mexer alguma coisa.

Eu estou pensando muitas coisas. Eu sou Yanomami. Nós Yanomami pensamos que o homem branco era bom para nós. Agora eu estou vendo que é a última invasão da terra indígena, as outras já estão todas invadidas. Chegaram para tomar a nossa terra. Estão tomando. Outro pessoal de fora está ensinando ao brasileiro a destruir o nosso lugar.

A mesma coisa aconteceu lá fora com outros irmãos índios, na América; agora acontece aqui na nossa terra. O governo não deveria fazer isso. Ele sabe que nós somos os brasileiros mais antigos, que nascemos aqui, que nos chamamos Yanomami. O nosso nome é conhecido no mundo. Não sabemos de dinheiro, sapato, roupa, poucos Yanomami entendem o que está acontecendo. O governo nos pegou de surpresa. Eu estou começando a entender.



A empresa Goldmazon está instalada na pista de Paapiú, em território Yanomami

credores porque o Brasil, devedor contumaz, precisa de dólares. E a forma encontrada foi o discurso ecológico, que não resistiu onze meses. Jucá explicou que a subtração do território indígena serviria para criar um "cinturão verde", protegendo os Yanomami contra invasores. As consciências ecológicas nacionais se apaziguaram

Houve, na época, quem acreditasse na súbita conversão de Jucá, e seus comandantes, à causa ecológica. O dis-

curso ralo, entretanto, não convenceu um minúsculo grupo de missionários, antropólogos e juristas. Foi aberto inquérito civil público na Procuradoria Geral da República, pelo procurador Carlos Victor Muzzi. Está em fase final. O próximo passo a ser dado pela Procuradoria será abertura de novo inquérito denunciando todas as autoridades que não estão cumprindo o dever legal de destruir os campos de pouso clandestinos nas áreas indígenas, reti-

rando os garimpeiros e seus equipamentos. É crime de prevaricação, entendem os procuradores.

Os dólares não chegaram. Jucá foi obrigado a retomar seu discurso real. Deixou cair a máscara que escondia os verdadeiros objetivos de se subtrair o território Yanomami, criando a Floresta Nacional, num cerco sem precedentes aos índios. Para se deslocar entre as ilhas, os Yanomami são obrigados a cruzar com seus inimigos próximos. E a história é rica em exemplos mostrando que os enfrentamentos entre esses dois grupos é destrutivo, e sempre em prejuízo dos índios. Quem sai ganhando com esse quadro?

Deserdados — Os vencedores não são nem os índios, nem os garimpeiros, e menos ainda a população tradicional de Roraima e de outros Estados. Eles mantêm as dragas extraindo ouro dos rios, e garimpeiros mal pagos violentando a parte mais íntima da Terra. E o ouro sai pelas pistas tomando diferentes caminhos da América do Sul.

Os deserdados desse processo que faz fortunas em questão de horas são, em primeiro lugar, os índios. Mortos de fome, ameaçados de genocídio, eles — em sua grande maioria — nem sabem que estão sendo espoliados. Alguns de seus representantes se tornaram cúmplices dos saques. Na história de todos os povos há sempre um Joaquim Silvério dos Reis.

O governo não conhece o costume, o nosso pensamento. Nós também não conhecemos os costumes e o pensamento do governo. Eles só conhecem negócio de dinheiro. O nosso pensamento é a terra. Nosso interesse é preservar a terra, para não criar doença para o povo do Brasil, não só dos índios. Garimpeiro, posseiro, não têm terra, por isso eles invadem a terra dos índios. Se eles tivessem a sua terra, eles não invadiriam a nossa área.

Eu também vejo o branco sofrer na cidade, fome, tudo caro, falta de casa, comida, todos estão sofrendo. Eles estão preocupados, mas não têm coragem para pressionar o nosso chefe presidente. Ele também está enganando o povo dele, porque Sarney é também mandado por outros países para destruir a nossa terra, fazer estradas, tirar minério.

O governo é também mandado por outro homem rico; quando ele pede dinheiro de fora, ele dá o dinheiro para maltratar a nossa terra.

Os rios, os peixes, as matas estão pedindo socorro, mas o governo não está sabendo escutar. Ele diz que nós vamos

morrer de fome se fechar o garimpo. Se eles não pararem de garimpar, nós vamos sim morrer de fome. Mas se parar o garimpo, nós plantamos macacheira, banana, cará, taioba, mamão, cana, pupunha, e ninguém morre de fome. Nós Yanomami queremos nossa terra própria. Não queremos acabar com nossos costumes. Até hoje não perdemos nossa língua e a terra, por isso esta luta. Este governo é nosso chefe, mas não está fazendo bem para o povo brasileiro viver em paz.

Nós estamos unidos, todos os índios do Brasil; não queremos brigar com outros parentes. Já estão começando a nos enganar, como aconteceu com os Makuxi e outros índios. Começam a dizer que padre não é bom, que não dá presentes, que Davi não é bom. Colocam irmão contra irmão para nos enfraquecer. Os outros chefes Yanomami, que nunca vieram aqui, que nunca tiveram contato com os brancos, não sabem o que está acontecendo aqui. Eu sei, eles estão querendo me usar porque eu sou mais conhecido, mas eu não deixo não.

Aí eles estão usando os mais fracos primeiro, outros tuchauas que não falam

português. Eles acham que os garimpeiros são amigos e vão ser sempre amigos. O garimpeiro então dá comida, dá roupa; mas passa o tempo e os brancos começam a dizer que índio não serve para nada, não trabalha, só pede e vão nos chamar de urubutheri, aqueles que não caçam mais, não pescam mais, vivem de restos, do resto que sobrou no prato dos brancos. Não sabem mais trabalhar, mais pescar, só pedem. Esquecem de pegar fruta no mato, esquecem os costumes, esquecem a língua.

Eu não quero perder isso, na minha comunidade não quero deixar garimpeiro entrar. Eu quero que continue como antes. Eu fico muito preocupado com nossos filhos. Eles vão sofrer mais que agora. Eu sempre lembro os netos, eles vão sofrer mais que nós se a gente não lutar para defender, para salvar a vida do povo.

O governo diz que a terra não é nossa. A gente pode pescar, fazer roçado, caçar longe, usar lago, rio. Ele diz que estamos usando terreno do governo; mas a terra é nossa, a gente sabe há muitos anos. O governo não é bom. A gente bri-



Renato dos Anjos/AE

Pista de Paapiú: ampliada com recursos do Projeto Calha Norte e tomada pelos garimpeiros

Os garimpeiros também são deserdados. Tão vítimas quanto os índios, eles morrem assassinados por seus próprios companheiros, na afeição do ouro, morrem de doenças que não conseguem curar, e morrem com a desilusão por não "bamburrar" e sair da miséria.

Há também os habitantes de Roraima. As famílias tradicionais já iniciam seu êxodo. Não suportam a perda da qualidade de vida da outrora risonha cidade de Boa Vista. Com baixos salá-

rios, não conseguem pagar dez cruzados por uma dúzia de ovos, ou 2 mil cruzados por uma modesta casa de dois quartos. Boa Vista assiste entristecida a perda do bucolismo dos cajueiros e mangueiras, e lamenta o ritmo imposto por um governador que não escolheu.

Essa mesma população derrotada aponta o governador como um dos proprietários de dragas e barrancos. Romero Jucá já até ganhou apelido: "Leite Ninho". A tagarela população de Boa Vista cochicha, temerosa, uma grave acusação: Jucá receberia latas de leite Ninho, com ouro, pela autorização ilegal de garimpagem. São as conversas de comadre naquela cidade.

Profecia — E esse projeto traçado com precisão matemática é barato. Ele vai eliminar índios sem necessidade de se convocar os *soldiers blues* do general Custer. Para exterminar esse povo basta apenas acenar com a fortuna de uma pepita, para que garimpeiros de todos os lugares corram dispostos a chacinar e a chafurdar na lama, tentando a sorte grande. Não é preciso verbas para manter esse exército. Nem uniformes azuis eles usam. São os des-camisados.

Além de barato, o projeto tem outra vantagem. Seus responsáveis não precisam sequer carregar a consciência pesada para o julgamento da história.

ga, briga, mas ele não dá. Por isso está custando a demarcação, por isso ele não quer demarcar a terra Yanomami. Dentro da terra Yanomami tem muitas coisas que eles querem usar: tem minério, tem ouro, tem cassiterita, tem madeira, dá para plantar.

E ele só fala para a gente escondido, no escritório dele, não chama a gente para decidir, para saber se índio concorda. Mas eu não estou à toa nessa luta, não; eu estou para defender o meu povo Yanomami. E não só o meu povo, mas os Wapixana, Ingariko, Makuxi e outros parentes. Nós estamos tentando ajudar, podemos dar apoio àqueles que não sabem se defender, explicar o que está acontecendo àqueles que não entendem.

Nós Yanomami estamos morrendo por causa de doenças, malária, gripe, diarreia, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidas pelos garimpeiros que vêm de fora. Essas doenças de índio já pode curar, mas de branco a gente não pode curar.

Eu sempre peço à Funai, mas a Funai não toma providências. Pedi também

ao presidente José Sarney a retirada dos garimpeiros da terra Yanomami. O presidente prometeu a retirada dos garimpeiros imediatamente, mas nada fez, só deixa invadir mais. Nós Yanomami achamos que ele não gosta de ajudar os povos indígenas do Brasil. Eu sei que ele é contra nós. Ele não quer demarcar a nossa terra.

Eu recebi muitas notícias de parentes que moram na cabeceira do rio Catrimani, do rio Mucajaí e do rio Parimiu, na fronteira com a Venezuela. Os parentes me falaram que tem quatro malocas vazias: morreram todos, crianças, adultos e rapazes. Nas malocas Xideatheri, Ahuahipiktheri e Pahaiaitheri, morreram todos e outros continuam a morrer por falta de assistência. A Funai sabe que está morrendo muito Yanomami, mas não está fazendo nada. Poucas pessoas da Funai querem trabalhar, mas não têm apoio. Em outras comunidades no rio Mucajaí meus parentes estão prejudicados pelos garimpeiros; acostumaram eles a tomar cachaca misturada ao caxiri, agora estão adoentados e não sabem mais o que fazer. E também muita doença venérea e malária.

No rio Catrimani e na serra do Rio Lobo de Almada, os garimpeiros estão fazendo as suas casas. Construíram pistas, fizeram roças e depois querem fazer uma vila. Isto vai ser muito perigoso para os Yanomami. Eu sei que se eles fizerem uma vila lá não vai dar certo, porque os Yanomami vão começar a pegar doenças.

Os parentes Opiktheri estão sendo enganados pelo Zeca Diabo, um empresário de garimpo. Estão tentando arrumar conflito entre os índios. Zeca Diabo é que vai ajudar, dar comida, dar roupa, ensinar a trabalhar, fazer um roçado, plantar e colher arroz, para os Yanomami acostumarem depois a trabalhar por eles mesmos.

Mas eu acho que não é bom que os brancos ensinem os índios a trabalhar. Nós Yanomami sabemos trabalhar, há muitos e muitos anos; sabemos plantar, limpar, brocar. Yanomami não morre de fome, só morre de doença; eles têm tudo para sobreviver onde não tem garimpeiro. Meus parentes não estão pedindo comida dos brancos; só pedem quando entra o garimpo que acaba tudo. Já te-

O extermínio se fará longe da presença dos principais envolvidos. Os acusados pelos assassinatos serão os garimpeiros. E se alguém for para a cadeia serão esses "queixadas" (porcos), denominação usada pelo índio Davi Kopenawa Yanomami, Prêmio Global 500, da ONU.

Se não há punições para os verdadeiros responsáveis, há, no entanto, temas de reflexão para a sociedade. E há também, para quem acredita em bruxas, uma curiosa coincidência: Jucá, nome de família do governador, em tupi-guarani, significa morte, morrer, matar. Coincidência?

Esse governador, cuja história se confunde com a Nova República, vem, finalmente, cumprir a profecia de um desastrado coronel da Aeronáutica, que já administrou Roraima: Fernando Ramos Pereira. Em um momento de extrema franqueza, o coronel ditou: "Na minha opinião, uma terra rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de índios, atravancando o desenvolvimento". Ramos Pereira se referia aos Yanomami, os que devem morrer no matadouro verde chamado Floresta Nacional de Roraima.

(Publicado no *Jornal de Brasília* em 28 de julho de 1989 — Caderno 2)

Memélia Moreira é jornalista.



Renato dos Anjos/AE

Surucucus:
destacamento
militar
implantado
pelo
Projeto
Calha Norte
nas
proximidades
de uma
maloca
Yanomami

mos criação de animais, anta, caititu, mutum, queixada, plantamos banana, temos tudo em nossa floresta.

Não precisa nos ensinar a trabalhar para pegar os costumes do branco. O costume do branco é muito complicado para nós Yanomami. O nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas, açai, bacaba, castanha, cacau, ingá, buriti, o que já tem, o que Omam criou. Eu, Davi Kopenawa Yanomami quero preservar isso tudo. O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco.

O governo retalhou a nossa terra, dividiu em pequenos pedaços. A Floresta Nacional é nossa terra também, e as ilhas não servem para nada, só para enganar os índios, para deixar eles presos como porcos no chiqueiro. Nós Yanomami queremos uma área única e contínua, para nosso povo, para poder viver em paz, sem briga com o governo, com os militares, com os garimpeiros, com ninguém; não queremos invadir a terra dos outros. Yanomami respeita a terra dos brancos.

Na serra do Surucucu mataram mais outros Yanomami nesse mês de agosto. A Funai não tomou providências. A polícia nunca prende esses criminosos. Nós Yanomami não estamos gostando, nós estamos revoltados com a Funai e o governo, por que o governo não quer resolver o nosso problema, o problema da terra Yanomami.

Na nossa terra temos muitas serras: Koimak é o Pico da Neblina, Hakomak é o Peito da Moça, Watorik é o Pico Rondon, Kuumak é a serra do Taraqua, Yapihukak é a serra do Lobo de Almada, Arahaiyk é a serra do Catrimani e tem muitas outras serras. Dentro das serras moram os Xapori, Hekura, os espíritos da natureza. Entre as serras tem os caminhos dos Xapori, ninguém vê, só o pajé conhece essas ligações. As serras são lugares sagrados, lugares onde nasceram os primeiros Yanomami, onde as suas cinzas foram enterradas. Os nossos velhos deixaram seus espíritos nesses lugares. Nós Yanomami queremos que as serras sejam respeitadas, não queremos que sejam destruídas. Queremos que estes lugares sejam preservados para não acabar

com nossa história e com nossos espíritos. Nós chamamos os Hekura para curar nossos doentes. Há muitos anos usamos eles, eles não acabam. Omam deixou esses espíritos para defender o povo Yanomami. Omam é muito importante para os índios Yanomami, os Makuxi, os Wapixana, e todos os brancos, todos os negros: ele deu origem a todos, ao mundo inteiro. Por isso é muito importante preservar as serras onde o espírito dele mora. Gostaria que os brancos entendessem essa história antiga, que a respeitassem.

Nós Yanomami queremos os brancos ao lado dos índios para não deixar invadir nossa terra. Nós queremos que os brancos ajudem a defender, para não prejudicar nossas vidas. Eu Davi Kopenawa Yanomami quero ajudar os brancos a aprenderem conosco para fazer um mundo melhor.

Boa Vista, 31 de agosto de 1989
Davi Kopenawa Yanomami

AMAZÔNIA É UM GRANDE GARIMPO

Nos últimos dez anos, a garimpagem empresarial alastrou-se por toda a Amazônia, transformando a fronteira agrícola em fronteira garimpeira

Alberto Lourenço

Por volta do mês de maio, quando as chuvas de verão escasseiam, centenas de cidades e lugares por toda a Amazônia voltam a fervilhar. Do sul do Pará aos limites setentrionais de Roraima, do Amapá à fronteira boliviana de Rondônia, da periferia urbana de Cuiabá ao noroeste do Maranhão, a Amazônia é um grande garimpo.

A palavra "garimpeiro" foi cunhada em Diamantina, Minas Gerais, para designar os homens que, desrespeitando o monopólio da coroa portuguesa, mineravam escondidos nas "grimpas" das serras. "Garimpeiro" é, por-

tanto, sinônimo de clandestino, ilegal.

"Garimpeiro" é o patrão e o operário. Os garimpeiros podem ser mergulhadores nos afluentes do rio Tapajós ou escavadores de uma montanha como Serra Pelada. São camponeses pobres trabalhando manualmente no oeste do Maranhão ou empresários coreanos, proprietários de enormes dragas automáticas no leito do rio Madeira. Existem jazidas na área metropolitana de Cuiabá e em locais ermos da floresta tropical, onde o acesso se faz exclusivamente por avião ou helicóptero, como no Tapajós e Roraima. Toda essa pluralidade é o garimpo, hoje

presente em todos os Estados da Amazônia, com exceção do Acre.

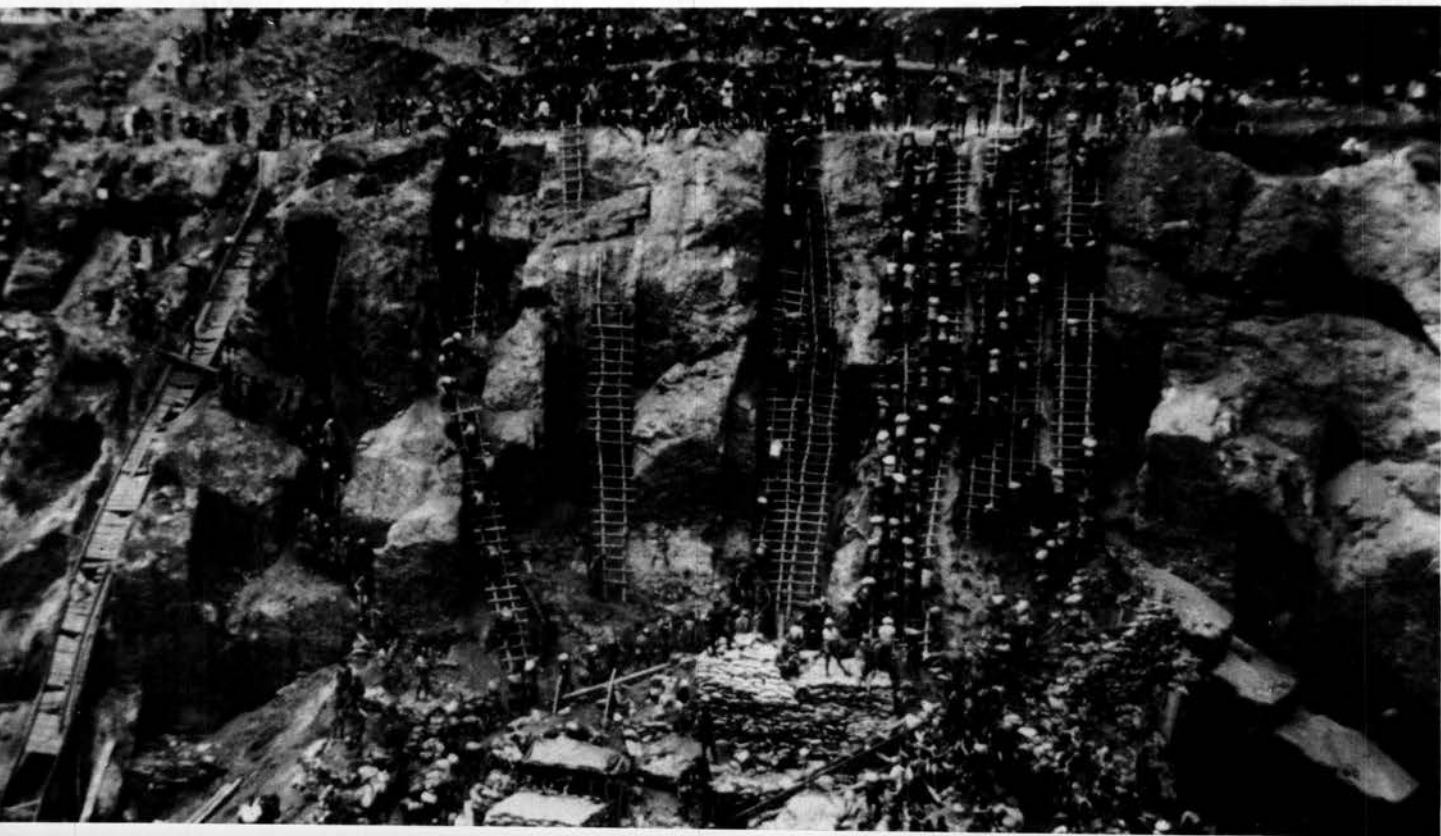
A primeira ocorrência segura de ouro na Amazônia data de 1612, na região do rio Gurupi, no Maranhão. A exploração era conduzida por padres jesuítas, utilizando mão-de-obra escrava. A partir daí ocorrem centenas de descobertas nos Estados de Goiás e Mato Grosso. Ao fim do século 18, a decadência atinge as regiões mineradoras e a atividade involui para a faiscção esporádica, dispersa e de pequenas proporções.

A longa hibernação só se interrompe em 1952, quando garimpeiros descobrem e exploram cassiterita em Rondônia.

Em 1958 se descobre o ouro do Médio Tapajós. Naquela região se organiza um modelo de garimpagem baseado no transporte aéreo e no monopólio das pistas de pouso que persiste, crescente, até hoje.

O ciclo de descobertas será retomado na década de 70, culminando com Serra Pelada, em fevereiro de 1980. A partir de então se inicia uma explosão garimpeira na Amazônia. As novas jazidas, especialmente de ouro, se sucedem e a atividade mobiliza milhares de migrantes. As cidades crescem da noite para o dia. A fronteira agrícola se torna fronteira garimpeira.

As relações sociais no garimpo se alteram radicalmente. O garimpo manual é substituído por formas mecanizadas e os trabalhadores são separados dos meios de produção. A "lei do



Adrian Cowell

garimpo", um código rígido de normas pré-capitalistas que enfatiza a solidariedade e a liberdade do trabalho, dá lugar ao controle policial de setores do Estado. Enfatiza-se a figura do "dono do trecho", em geral empresário alheio à tradição do garimpo.

Estimamos que cerca de 600 mil pessoas estejam diretamente envolvidas na atividade. Como comparação, note-se que a população economicamente ativa da região Norte era de 2,1 milhões de pessoas em 1980, que a Zona Franca de Manaus gerava um total de cerca de 130 mil empregos diretos, e que todo o setor mineral empresarial brasileiro empregava, em 1980, 86,3 mil pessoas. Embora a produção registrada nos garimpos de ouro tenha alcançado 34,2 mil quilos em 1988, a produção real deve ser estimada em cerca de 120 mil quilos. O que corresponde a 1,54 bilhão de dólares, cerca de 9% do PIB da Amazônia, ou três vezes o valor da produção de ferro de Carajás.

Raízes sócio-econômicas do garimpo na Amazônia — A política dos governos militares para a Amazônia previa sua ocupação econômica pelos grandes empresários. Impedia-se o acesso de camponeses destituídos às grandes extensões de terra que se abriam ao resto das novas estradas. A fronteira amazônica já nasce fechada pelo grande capital especulativo. A desproporção entre o fluxo de migrantes pobres e as possibilidades reais de acesso à terra provoca tanto a agudização das tensões fundiárias quanto um grau imprevisto de urbanização da "fronteira agrícola".

Assim como a superfície, também o acesso ao subsolo foi fechado. Grandes empresas, divididas em centenas de subsidiárias, detinham direitos de pesquisa mineral sobre quase todas as áreas geologicamente promissoras. Qualquer substância descoberta dentro destes limites pertenceria, por lei, à empresa concessionária. Quando os garimpeiros descobriam novas jazidas, se tornavam "garimpeiros", clandestinos e ilegais. Aconteceu assim em Serra Pelada, Cumaru, Tucumã, no Pará, e em outras regiões produtoras.

Mas, ao contrário dos camponeses, que geralmente perderam a luta pelo acesso à terra, os garimpeiros mantiveram a posse das jazidas. As explicações para esse desfecho surpreendente são várias: o garimpo, pela própria natureza da atividade, tem grande capacidade de estabelecer coalizões na região, em especial com o comércio, serviços e setores políticos. O Estado perdera a capacidade de impor um projeto capitalista para a região, estava divi-

dido, e o garimpo chegou a desfrutar um status oficial de atividade redentora. O garimpo se adaptava melhor à exploração de pequenas jazidas de alto teor em locais de difícil acesso, onde o grande capital tinha custos muito elevados. A grande concentração fundiária não oferecia alternativa de emprego para a massa de migrantes, o garimpo sim.

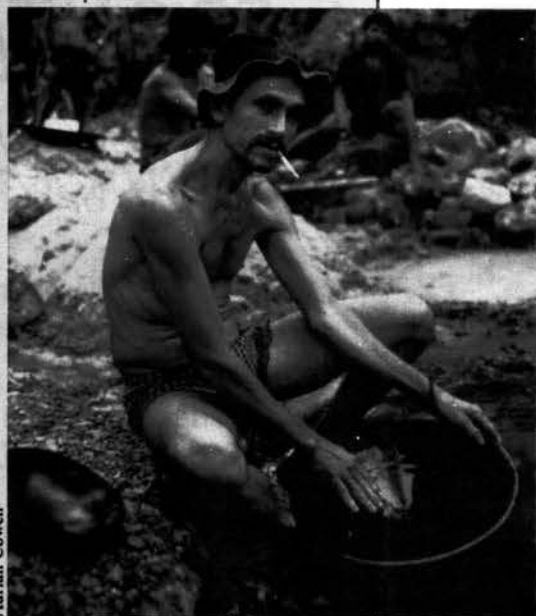
O surto prosseguiu por toda a década. Hoje o "Eldorado" é Roraima, onde já existem cerca de 50 mil pessoas extraindo uma quantidade estimada de 20 mil quilos anuais de ouro. Embora a Constituição tenha proibido a mineração ou garimpagem em terras indígenas, a exploração prossegue com o beneplácito das autoridades estaduais e da Saden. Ameaçam pela corrupção, doenças e violência aberta um dos grupos étnicos mais peculiares da América, os Yanomami.

Para onde? — A Constituinte deu status legal à garimpagem mas as leis complementares ainda não foram definidas. Pensa-se em estimular o cooperativismo, restringir as áreas de atuação e aumentar o controle estatal. O exemplo da cooperativa de Serra Pelada desencoraja prognósticos otimistas. A atividade é individualista, o risco é alto e desigual. O garimpo se move espacialmente em função da disponibilidade de jazidas viáveis, independente de definição legal. O controle estatal é muito difícil em região tão vasta e desocupada. Quando ocorre, pode gerar resultados piores que o descontrole absoluto, como se pode deduzir da experiência paramilitar de Serra Pelada e Cumaru. Consequentemente, o potencial de conflito com outros grupos, especialmente índios e empresas mineradoras, continua elevado.

Por outro lado, o garimpo é uma atividade adequada para a Amazônia, do ponto de vista econômico. Gera condições de sobrevivência para uma força de trabalho sem outras alternativas. Enquanto houver crescimento da produção, o garimpo deverá prosseguir. Mas é atividade incerta. A exaustão das jazidas pode causar desemprego em largas proporções. Os Estados da região não estão preparados para essa hipótese. Se a desmobilização da atividade ocorrer subitamente, as consequências sociais serão as mais penosas que se possa imaginar.

Alberto Lourenço é professor de Economia da PUC/MG, com tese de mestrado junto ao Cedaplar intitulada *Garimpo e fronteira — as transformações dos anos 80*.

QUEM SÃO OS GARIMPEIROS?



Adrian Cowell

Uma pesquisa do Cedeplar/UFMG, feita em meados de 1984, na região garimpeira de Tucumã, no sudeste do Pará, entrevistou 470 garimpeiros de três áreas distintas. Os resultados permitem traçar um perfil sociológico médio do trabalhador garimpeiro.

É maranhense, tem entre quinze e 25 anos. Nasceu na área rural onde trabalhou com o pai, posseiro ou arrendatário. Como a terra não comportava a família, migrou em busca de trabalho. Passou por Imperatriz, e se dirigiu ao Pará em busca do garimpo, de que teve notícia por amigos ou parentes. Fica um mês em cada garimpo, mas a rotatividade se restringe à microrregião. Ganha bem mais do que na lavoura, ou como assalariado, mas gasta quase toda renda "brincando" (bebida e prostituição). Os que guardam dinheiro, compram gado, de que o pai cuida. Já teve muitas malárias, que aponta como a pior parte da vida de garimpeiro. No período de chuvas, quando é impossível garimpar, voltam à casa dos pais para o trabalho na roça. Os mais velhos querem abandonar o garimpo, e o fariam imediatamente se tivessem terra. Aos mais novos não interessa possuir terra. Querem continuar no garimpo, se possível onde exista bastante ouro.

POLONOROESTE

A FRONTEIRA DO DESMATAMENTO ACELERADO

O Polonoroeste fracassou inteiramente no propósito de abrir uma nova fronteira agrícola auto-sustentável em Rondônia e oeste de Mato Grosso. Ao contrário, seus resultados têm sido a pecuarização da terra, intensa concentração fundiária e invasão das áreas indígenas e reservas naturais

Ricardo Arnt e Steve Schwartzman

O Polonoroeste foi o primeiro programa de desenvolvimento regional integrado da Amazônia. Seus documentos de origem, em 1981, manifestam a intenção de orientar a colonização de uma área de 410 mil km², em Rondônia e no oeste do Mato Grosso, instalando comunidades de pequenos produtores baseadas na agricultura auto-sustentada, com atendimento básico de saúde, educação e escoamento da produção assegurados, protegendo, ao mesmo tempo, a floresta e garantindo as terras e as culturas indígenas. Uma fronteira agrícola foi instaurada no Noroeste, mas não foi essa.

O governo brasileiro investiu 1,6 bi-

lhões de dólares, dos quais 457 milhões do Banco Mundial, em um ambicioso programa de obras — das quais a maior foi a pavimentação da estrada BR-364, no trecho Cuiabá-Porto Velho — e ações de assistência social, extensão agrícola, crédito rural, assistência médica, educação, criação de reservas naturais e promoção de comunidades indígenas. O país vivia, em 1982, um intenso processo de concentração fundiária e multiplicação de conflitos pela terra. Uma queda real dos salários, e as campanhas publicitárias do governo incentivando a migração, canalizaram uma explosiva onda migratória para o Noroeste. Em poucos anos,

Rondônia virou o Estado de mais rápido crescimento populacional do Brasil e cenário de um dos mais intensivos processos de desmatamento do mundo.

Em cinco anos, 500 mil pessoas invadiram o Estado em busca de lotes de terra dos projetos de colonização do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). De 1984 a 1986, depois do asfaltamento da BR-364, entraram em Rondônia 160 mil migrantes por ano. A área desmatada, cerca de 3% do total do Estado, em 1980, ultrapassou os 17%, em 1987, indicando aparentemente, um processo exponencial de crescimento. Outros estudos de sensoriamento remoto sugerem cifras mais elevadas: 18,7%, ou 23,7%. A continuar essa tendência explosiva, a área total do Estado, 243 mil km², poderá ser totalmente desmatada até o ano 2000.

O Polonoroeste fracassou no propósito de proteger o meio ambiente e as terras indígenas e de abrir uma nova fronteira agrícola auto-sustentável. Verifica-se o contrário: intensa concentração fundiária, altas taxas de abandono



Kim-Ir-Sen/Agil

O desmatamento ainda não atingiu as terras dos Gavião do Igarapé Lourdes (RO)...

dos lotes pelos colonos, migração rural-urbana e péssimas condições de saúde e educação. Os custos sociais e ambientais são elevados e de ampla distribuição, enquanto que benefícios e lucros revertem para uma pequena elite.

Um conjunto de fatores foi responsável por esse resultado. A grande maioria dos solos, cerca de 90% da área do Estado, são inaptos para a agricultura anual. O governo incentivou o plantio de culturas perenes (café, seringa, cacau) nos solos mais pobres. Tais culturas requerem capital ou renda suficiente para a sustentação da família rural durante seis anos, até o começo da produção, além de investimentos em insumos, crédito, extensão rural e condições de escoamento da produção. Essas medidas, por sua vez, dependiam de ações institucionais complexas e sincronizadas no contexto de um Estado de fronteira, com instituições fracas e descoordenadas e condições de transportes e comunicação precárias.

Muitos dos colonos assentaram-se em áreas de solo extremamente pobre ou até inapto para a agricultura (especialmente os projetos de colonização mais recentes, como Machadinho, Cujubim e Urupá), sem assistência, sem condições de escoamento da produção e sem capital ou acesso a crédito suficiente. O resultado tem sido um processo maciço de desistência, chegando até 80% em um período de cinco anos, uma crescente pecuarização da terra e concentração fundiária. Com o aumento especulativo no preço da terra, e em alguns casos, um retorno negativo para a agricultura, grande número de colonos foram forçados a transformar os lotes em pastagem e vendê-los.

A legislação fundiária que classifica a formação de pasto e o desmatamento como referências de uso produtivo da terra, condição básica para obtenção do título de posse da terra, estimulou tanto os grandes proprietários quanto os pequenos a desmatar o máximo possível. O fracasso da agricultura em pequena escala e as altas taxas de desistências induziram ao desmatamento, à invasão das áreas indígenas e reservas naturais, às migrações (rural-urbana e para outros Estados, como o Acre) e à pecuarização. A predominância dessa última ressalta o naufrágio da política agrícola do Polonoroeste: o aumento das terras cadastradas para pecuária, entre 1980 e 1985, foi cerca de 200% — de 5 mil km² para 15 mil km² —, um crescimento muito superior ao de qualquer outro uso. Em 1986, as culturas perenes ocupavam cerca de 18% das terras cadastradas e as pastagens 46%. Em 1986, o segundo item das exportações para o Estado foi “animais vivos” — quase a metade do valor total de exportações. Nenhum produto da pecuária consta da lista de exportações de 1984 a 1985. Em 1986, o único produto agrícola exportado foi o cacau.

Um contexto político social mais amplo determina o processo migratório. A migração para a fronteira alivia as pressões e conflitos pela terra, principalmente no Sul, onde as forças políticas impedem a reforma agrária. Por outro lado, a própria política agrícola nacional brasileira dificulta o acesso à terra agricultável, uma vez que a legislação fiscal permite que empresas ou indivíduos excluam do Imposto de Renda até 90% de lucros com a agricultura. Esse benefício tributário influencia

o valor da terra de forma desigual: para empresas e proprietários com renda alta, a agricultura representa um investimento cada vez mais atraente; para pequenos produtores e trabalhadores sem terra, a aquisição de terras valorizadas pelo benefício tributário é uma hipótese longínqua. Não lhes resta alternativa senão buscar terras na fronteira, onde ela é abundante. Os dois fatores sugerem que o processo de migração e especulação de terras em Rondônia não será resolvido unicamente por medidas institucionais ou políticas tomadas no Estado, por mais abrangentes que sejam.

Ricardo Arnt é subeditor de Ciência e Meio Ambiente do *Jornal do Brasil*.

Steve Schwartzman é antropólogo do Programa Internacional da organização ambientalista norte-americana *Environmental Defense Fund* (EDF), em Washington.



...mas já chegou às terras dos Uru-Eu-Wau-Wau, pelas vicinias das rodovias BR-364 e BR-429, como detecta também a imagem de satélite

"O TEMPO DOS PRIMEIROS ENCONTROS"

*Enquanto os movimentos sociais na
Amazônia ampliam-se e se diversificam, o
Estado afunila seus canais de interlocução*

Alfredo Wagner B. de Almeida

Os movimentos sociais na área rural da Amazônia, que desde meados dos anos 70-80 vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos sindicatos de trabalhadores rurais uma de suas expressões maiores, conhecem atualmente certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma organização sindical.

Programas como uma ordem — Conflitos localizados, envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo, têm se agravado até um ponto insustentável de extrema tensão. No bojo destes antagonismos aguçados manifestam-se, todavia, condições favoráveis à aglutinação de interesses de grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados baixo o poder nivelador da ação do Estado. A própria intervenção de forças coatoras é que propicia o estabelecimento de interesses comuns mesmo que, em certa medida, circunstanciais.

Unidades de mobilização — Sem representarem necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais grupos têm se organizado em consistentes unidades de

mobilização não somente na Amazônia, mas em todo o país. O valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas a despeito disso, verifica-se um elevado grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política.

Tais unidades de mobilização, por se encontrarem atreladas a lutas localizadas e imediatas, circunscrevem, inicialmente, seu raio de atuação em uma mobilização autodefensiva na qual está em jogo a manutenção do meio de produção básico. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. As terras indígenas, as áreas remanescentes de quilombos, as áreas tituladas e aquelas de posse aparecem aí integrando um bloco compacto de reivindicações em que grupos sociais afetados lutam para não serem removidos compulsoriamente (caso de atingidos por barragens, campos de treinamento militar, portos, ferrovias, centros de lançamento de foguetes) ou para que não sejam forçosamente fixados (caso dos garimpeiros face ao anteprojeto que institui o "regime de permissão de lavra mineral", onde mudar a área explorada constituiria crime). O direito de imobilizar ou de remover de forma compulsória aparece como atributo de aparelhos de poder que representam os atingidos como cidadãos de segunda categoria.

Os grupos sociais assim delineados mobilizam-se organizadamente em núcleos que recebem as seguintes denominações: "comissões" (de atingidos por barragens), "conselhos" (de seringueiros), "associações" (de garimpeiros e de "assentados") e "comunidades" de resistência (Pankaruru, Kaingang). Seguindo lutas localizadas constituem-se, pois, em unidades de mobilização, de cuja coesão social não se pode duvidar, tanto pela uniformidade de suas práticas quanto pela força com que se colocam nos enfrentamentos diretos. Movimentos mais amplos vão tornando estas unidades organismos legítimos de representação, que não mais podem ser descartados das mesas de negociações, quando das tentativas de resolução dos conflitos. Suas formas de luta transcendem as realidades localizadas e geram mobilizações de maior abrangência que as agrupam, a saber: Comissões Regionais de Atingidos por Barragens, Conselho Nacional de Seringueiros, União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal e Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão.

Universalização e localismo — Ainda que incipientes, enquanto modalidade de organização política, tais núcleos realizaram inúmeras assembleias de delegados e representantes, denominadas "encontros", nos primeiros meses de 1989. Trata-se de uma forma superior de luta ou

eventos maiores de universalização do localizado. Fosse necessária uma periodização, se poderia classificar o referido período como “o tempo dos primeiros encontros”. Assim, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu realizado entre 20 e 25 de fevereiro em Altamira (PA) foi um ato contra a construção da UHE de Cararaô e a inundação de terras indígenas. O 1º Encontro dos Povos da Floresta foi realizado entre 25 e 31 de março em Rio Branco (AC), juntamente com o 2º Encontro Nacional dos Seringueiros, definindo um amplo programa de lutas pela reforma agrária, com a implantação imediata de reservas extrativistas, pela demarcação das áreas indígenas, contra a implantação das “colônias indígenas” etc. O 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens foi realizado em Goiânia (GO) entre 19 e 21 de abril reivindicando não apenas uma nova política para o setor elétrico, mas também “reforma agrária já” e demarcação das áreas indígenas e das “comunidades negras remanescentes dos quilombos”. O 1º Encontro dos Atingidos de Tucuruí foi realizado em Belém nos dias 12 a 16 de maio. Na primeira semana de maio foi fundada a Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão (Assema) no Vale do Mearim e nos dias 28 a 30 de julho foi realizado o 3º Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

Acrescente-se que em 15 de abril foi publicado o manifesto intitulado “Urutu, na Amazônia, é cobra” em que o fundador da Usagal, José Altino Machado, protestou contra o anteprojeto de lei sobre atividade garimpeira enviado à presidência da República pela Saden.

Proposições comuns — O agrupamento das unidades de mobilização nos “encontros” se, por um lado, explicita o caráter de relativo consenso das demandas locais, por outro, evidencia que há proposições comuns entre as diferentes entidades em nível regional e nacional. As “cartas” e “declarações finais” aprovadas nos “encontros” bem manifestam este outro nível de consensualidade. À exceção da Usagal, todas aquelas entidades recém-criadas defendem medidas imediatas de reforma

agrária e de demarcação das áreas indígenas, bem como de preservação ecológica. A exclusão da Usagal atém-se à sua posição de defesa da atividade extrativa mineral em áreas indígenas, manifesta explicitamente no “encontro” que reuniu todos os líderes garimpeiros de Roraima, realizado em Boa Vista no dia 28 de junho.

As temporalidades próprias dos diferentes planos de confronto, tomadas separadamente, parecem condensar-se em questões essenciais em um momento único de enfrentamento mais direto e incisivo com os aparelhos de poder. Pescadores, índios, posseiros, seringueiros, castanheiros, barranqueiros, colonos, artesãos, remanescentes de quilombolas e assentados subscrevem, em uma reciprocidade ideal, as mesmas proposições básicas. Os movimentos, através dos “encontros”, sugerem desaguar todos eles em uma mesa única e ideal de negociação, embora cada um deles, em seu campo próprio, tenha como interlocutores aparelhos de poder com competências específicas.

O funil autoritário — Enquanto os movimentos sociais no campo se ampliam e se diversificam em um aparente estilhaçamento de categorias e formas de organização já consolidadas, buscando níveis de convergência, os centros de poder, no que se refere à Amazônia, impõem um interlocutor único para um conjunto diferenciado de questões e problemas, retomando algumas das práticas administrativas centralizadoras mais caras ao pensamento autoritário. As unidades de mobilização pressionam por parte a cada um dos aparelhos de poder, sem menosprezar os critérios mais gerais que norteiam o conjunto dos projetos oficiais na região. Discutem juntos ou separadamente, aqui e ali, com a Eletronorte, Companhia Vale do Rio Doce, Ibama, Incra, DNPM, Funai e órgãos de governos estaduais. Em uma contra-estratégia para assegurar a imposição de seus projetos, o Estado afunila seus canais e concentra autoridade em um único centro de poder, objetivando disciplinar as decisões relativas à Amazônia. Aceita que instituições oficiais discutam com índios, posseiros, atingidos por barragens e garimpeiros. Permite que se



Murilo Santos/CEDI



Alair Paixão/CEDI

Encontro dos povos indígenas em Altamira (PA), fevereiro de 1989

Rio Branco (AC), março de 1989



João R. Ripper

sentem à mesa de discussões, assimilando as pressões. Entretanto, quem vai regendo gradativamente o pano de fundo das negociações por parte do governo não aparece para discutir e, sem fazê-lo, dita as regras do jogo. A neutralização dos instrumentos básicos de reforma agrária, no decorrer de 1986 a 1988, e o esvaziamento do Mirad, da Funai e do IBDF, deixaram em aberto, como que vago, um lugar institucional de

grante hipertrofia deste centro de poder que reedita medidas administrativas e de coerção nos moldes do Getat e do Gebam no fortalecimento dos múltiplos projetos especiais do Calha Norte, na coordenação do Projeto Nossa Natureza, na criação de colônias indígenas, no controle dos projetos de colonização em Roraima, no controle do programa de obtenção de fotos de satélites para fiscalização dos desmatamentos,

no anteprojeto que redefine a atividade garimpeira, no controle da política indigenista e em medidas ligadas às reservas minerais estratégicas. Esta concentração de poderes, empalmando funções, contrasta com um momento de "transição à democracia", que preconiza idealmente medi-

zônia Brasileira, ocasião em que o general Rubem Bayma Denys, secretário-geral da Saden, debateu com os governadores o "Nossa Natureza". Na mesma cidade, nos dias 6 e 7 de agosto de 1989, cerca de 37 entidades empresariais promoveram o 1º Encontro dos Empresários da Amazônia, defendendo a manutenção dos incentivos fiscais e creditícios.

Dramática tensão — Em contrapartida a este afunilamento, os movimentos sociais, através dos "encontros", ampliam sua capacidade mobilizatória e multiplicam as formas de participação de amplos setores sociais, que vivem em uma condição de semicidadania. Politizam as diversas situações de confronto, tanto pela universalização de lutas específicas e localizadas, quanto pela coesão dos "novos sujeitos" em conflitos abertos, possibilitando a formação de lideranças próprias e de unidades autônomas de mobilização. Configura-se a partir daí uma dramática tensão entre a contraestratégia autoritária dos aparelhos de poder e o revigoreamento dos movimentos sociais no campo, cujos desdobramentos não são de modo algum evidentes.

Alfredo Wagner B. de Almeida é antropólogo. Este artigo é uma síntese do texto "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia", mimeo., junho de 1989.

Em uma conjuntura dita de "transição à democracia" percebe-se que os conflitos agrários permanecem, todavia, como matéria de segurança nacional.

A questão ambiental, a mineral, a indígena e os antagonismos decorrentes encontram-se direta ou indiretamente afetos aos quadros especializados da Saden

interlocução para as demandas dos movimentos sociais no campo. Em uma conjuntura dita de "transição à democracia" percebe-se que os conflitos agrários permanecem, todavia, como matéria de segurança nacional. A questão ambiental, a mineral, a indígena e os antagonismos decorrentes encontram-se direta ou indiretamente afetos aos quadros especializados da Saden. Assiste-se a uma fla-

das não coercitivas para a resolução de antagonismos sociais.

O Estado parece afunilar seus canais de interlocução no que tange às demandas sociais na Amazônia. Sua ação, entretanto, não vem dissociada de articulações com setores do empresariado e segmentos do poder local. Assim, foi realizado em Manaus, entre 6 e 8 de março, o 3º Encontro dos Governadores da Ama-



CHICO MENDES: Uma vida de lutas

Resgatando a trajetória do líder sindical e ecologista Chico Mendes, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a Central Única dos Trabalhadores publicaram, com o apoio do CEDI e outras entidades, o caderno especial *Chico Mendes*, que conta a sua vida, suas lutas e propostas, através de uma entrevista inédita, dos programas que defendeu e de depoimentos daqueles que acompanharam sua caminhada.

36 páginas — NCz\$ 10,80

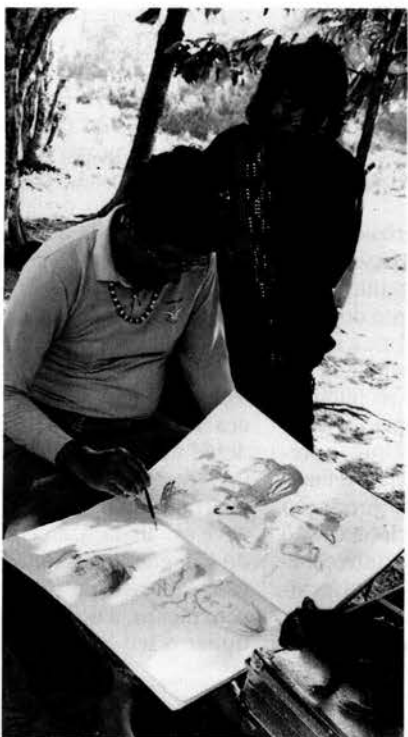
Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983 CEP 01238, São Paulo (SP) ou vale postal para a agência do correio 403911 (Santa Cecília, São Paulo)

MILTON NASCIMENTO NO JURUÁ

Carlos A. Ricardo/CEDI



Carlos A. Ricardo/CEDI



Ao lado, Matuck: iconografia da viagem. Abaixo, Milton com os Kampa, no rio Amônia, fronteira do Brasil com o Peru

A convite do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e da União das Nações Indígenas (UNI), Milton Nascimento navegou dezessete dias pelas águas castanhas do Alto Juruá e do rio Amônia, no extremo oeste do Acre, fronteira do Brasil com o Peru, no mês de agosto passado.

Trocou seu tradicional boné por um chapéu de palha e "veio ver de perto pra saber de certo" a realidade dos povos da floresta, cuja aliança firmada em Rio Branco durante o 1º Encontro realizado entre índios e seringueiros em março de 89 (ver declaração final no encarte *Amazônia/Documento* desta revista) havia sido anunciada para "os povos das cidades" num show dele, no mês de maio, em São Paulo. A viagem pelo Juruá, até as aldeias Campa das cabeceiras do Amônia, foi organizada e documentada pelas equipes do CEDI e da Quilombo Produções em colaboração com a UNI, a CPI-Acre, o CNS e a Associação dos Seringueiros do Rio Tejo.

Macedo foi o mestre. Terri e Mauro Almeida, antropólogos acreanos,

orientaram as descobertas, registradas pelas câmeras de Siá Kaxinawa, Charles Vincent (vídeo) e Márcio Ferreira (fotos). Rubens Matuck, artista plástico, fez a iconografia das pessoas, da natureza.

O batelão da Associação dos Seringueiros não passou da Cachoeira do Gastão, próximo à Vila Taumaturgo. Tempo de verão, águas baixas, bancos de areia e pausados. Embora pilotado por especialistas na navegação fluvial, como o Zé das Águas, o barco encalhou dezenas de vezes.

Pernoites nas praias, nas casas dos ribeirinhos, assuntando as novidades de um cotidiano marcado pela abundância dos roçados de várzea, das piracemas de mandi e pela alegria das famílias Campa veraneando em tapiris nas praias, bebendo caissuma, ou tecendo os cusmas de algodão e cantando cantigas nas miragens do cipó *ayahuasca*. Botos cor-de-rosa brincando no vapor matutino das águas mornas.

Histórias de desmandos de patrões seringalistas, da vida dura na floresta, do projeto da reserva extrativista do rio Tejo, das mudanças de Campas do Peru para o Brasil, fugindo do recrutamento compulsório que o exército peruano tenta impor a algumas aldeias, para combater o Sendero Luminoso.

Milton falou pouco, mas reparou em tudo com muita atenção. Recebeu dos ribeirinhos peixes e frutas presente, como merecia um "cantor famoso" anunciado pela Rádio Floresta, mas nem sempre reconhecido pelo nome. Aproveitou esse semi-anônimo para cantar canções de outros autores, sempre acompanhado por conjuntos improvisados com a participação de músicos locais. Ao final, a viagem foi avaliada pelo próprio Milton e pelos demais integrantes do grupo como uma experiência marcante, que trará bons fluidos para o disco e shows que fará no próximo ano, para apoiar a "Aliança dos Povos da Floresta".

(Carlos A. Ricardo)

Márcio Ferreira



PROFFAO

O "CALHA SUL"

O Proffao (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental), como o Projeto Calha Norte, foi concebido pelos militares da extinta Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), substituída pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), e por eles será coordenado. É um projeto que visa a criação de infra-estrutura na região, além do fortalecimento da já existente, para garantir a entrada do grande capital. Um desenvolvimento, entretanto, filtrado pela doutrina de segurança nacional e inserido na estratégia da Pan Amazônia.

Abrangendo uma faixa de 150 km de largura ao longo da fronteira com o Peru e a Bolívia, o Proffao atinge o sul do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso. Sua faixa de abrangência estende-se desde Benjamin Constant, no Amazonas, até Cáceres, no Mato Grosso.

Não há nenhuma informação disponível sobre o quanto já se gastou e o

orçamento previsto para a implantação do Proffao. Em depoimento na Comissão do Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio da Câmara dos Deputados, a 26 de abril último, o general-de-divisão Rubens Bayma Denys, secretário geral da Saden, afirmou que no dia 3 daquele mês o órgão de segurança havia encaminhado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República solicitação de recursos para este ano. Não especificou, entretanto, o valor requerido.

No final de abril, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que participa da elaboração do Proffao, se reuniu para preparar o orçamento do Programa para os anos 1990, 1991 e 1992. Conforme o general, o orçamento será encaminhado à Seplan "de modo a ser incluído nos futuros projetos das leis de diretrizes orçamentárias".

Desenvolvimento militarizado — A justificativa do Proffao é o desenvolvimento e a integração dos municípios e Estados da região ao restante do país. Para se chegar a isso, conforme a Exposição de Motivos nº 002 formulada pela já extinta SG-CSN, mas só publicada na íntegra no dia 10 de março deste ano, no Diário Oficial da União, prevê-se para a região a ampliação da malha viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a racionalização das atividades extrativistas, a interconexão da malha viária com a de países vizinhos e "a regularização de questões fundiárias, indígenas e garimpeiras",

com "assistência às respectivas comunidades". A Exposição de Motivos fala do envolvimento no Programa de quinze ministérios, todos coordenados pelo órgão de segurança.

Em relação aos povos indígenas que habitam a região, o que preocupa é o que a Saden entende por "regularização de questões indígenas". No Projeto Calha Norte, que prevê algo semelhante, a preocupação com o índio vem se concretizando na instalação de unidades militares em suas terras e na demarcação de um número considerável de áreas como colônias indígenas, parques e florestas nacionais, num flagrante desrespeito ao que determina a Constituição federal.

Na própria área de abrangência do Proffao, há um precedente indicando que para os povos indígenas na região o tratamento não será outro. No dia 15 de setembro do ano passado, por determinação da Saden, fixou-se os limites de dezenove áreas indígenas no sul do Amazonas e Acre, inclusive como colônias indígenas. As áreas, além de localizadas na região do Proffao, são abrangidas pelo Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI), coordenado desde março de 1988 pela Saden.

Apesar disso, e diferente do que ocorreu com o Calha Norte, o Proffao deve ser ainda submetido à apreciação do Congresso Nacional por determinação expressa da Constituição. Será, pelo menos, a oportunidade de se questionar o seu caráter militarista.

FUNDAÇÃO MATA VIRGEM ESTÁ INSTITUCIONALIZADA NO BRASIL



Jorge Rosenberg/Ed. Abril

Depois de fazer sucesso no exterior com a turnê de Sting e Raoni pela Europa, Estados Unidos e Canadá, entre maio e junho passados, a proposta da Fundação Mata Virgem está se institucionalizando no Brasil.

Registrada em Brasília no dia 20 de junho, sob o número 82.690, são instituidores da Fundação o músico inglês Sting (cujo nome oficial é Gordon Matthew Sumner), o cineasta belga Jean Pierre Dutilleul e o deputado Fábio Feldmann.

Os instituidores indicaram quatro dos sete membros do Conselho Administrativo da Fundação no Brasil: o antropólogo e indigenista Olímpio Serra como presidente, o Kaiapó Megaron (vice-presidente), a advogada Eunice Paiva, a antropó-

loga Carmem Junqueira, que, por sua vez, indicaram o indigenista André Villas Boas e o Kaiapó Paiakã. O sétimo membro deste Conselho é o médico Roberto Baruzzi, na condição de presidente do Conselho Consultivo da Fundação, cuja composição total de quinze membros ainda não está definida. São membros honorários da FMV o músico Sting, sua esposa Trude e Raoni.

Após duas reuniões, a última realizada em São Paulo, na Escola Paulista de Medicina, o Conselho Administrativo está estudando a lista de nomes para compor o Conselho Consultivo, além de elaborar uma proposta de regimento interno e a primeira série de projetos concretos para colocar em prática os objetivos da Fun-

Sigilo — Se a íntegra da Exposição de Motivos nº 002 chegou a ser publicada no dia 10 de março deste ano não foi pela boa vontade do secretário geral da Saden, o general Bayma Denys. Foi, antes, por determinação do Tribunal Federal de Recursos (TFR). Após tentar, sem conseguir, obter cópia da Exposição de Motivos do Proffao pelas vias normais, o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, impetrou a 2 de março deste ano junto ao TFR mandado de segurança visando consegui-la em juízo. No dia 8, o general Bayma Denys foi intimado a explicar o motivo da sonegação de informações sobre o Programa. Dois dias depois, a íntegra da Exposição de Motivos era publicada no Diário Oficial da União.

Pan Amazônia — O Proffao não é apenas um projeto a mais dos militares para a Amazônia, como tampouco o é o Calha Norte e outros programas de desenvolvimento para a região. Antes, inserem-se todos na estratégia denominada Pan Amazônia, elaborada por militares do Exército já há alguns anos. O tema foi desenvolvido pelo general Meira Mattos no livro *Uma geopolítica pan-amazônica*, publicado em 1980 pela Biblioteca do Exército Editora.

Nessa concepção, a Amazônia, incluída a área abrangida por outros países, é uma "hinterlândia sul-americana, isolada e pobre". Essa enorme região merece uma estratégia de desenvolvimento

dação em relação, prioritariamente, às terras dos Kaiapó no Mato Grosso e Pará.

Em Brasília a Fundação vai operar com uma sede a ser ainda alugada e com um quadro mínimo de quatro pessoas, das quais já foi contratado o agrônomo Luís Carlos Pinaje, ex-funcionário da Funai no Parque Xingu, como gerente.

No plano internacional a FMV está ligada à Rainforest Foundation International, com sede em Londres, através de uma representação em um Conselho Coordenador do qual fazem parte representantes de filiais ou de instituições filiadas em mais quatorze países. À Rainforest cabe centralizar e canalizar fundos para a Fundação Mata Virgem no Brasil mediante aprovação de projetos que especifiquem a aplicação dos recursos, além de uma face educativa diante da opinião pública de cada um dos países membros.

(Equipe PIB/CEDI)

que a aprecie como "uma unidade geográfica e apresente planos de desenvolvimento sub-regional e multinacional". O resultado seria a criação de novas áreas econômicas articuladas entre si, vertebrando por dentro do continente sul-americano, somando-lhe novas riquezas, novo poder, aumentando-lhe a importância no cenário mundial.

Para se chegar a isso, as estradas e os povoados teriam papel fundamental. Essas medidas, afirma o general Meira Mattos, com iniciativas semelhantes por parte dos países vizinhos, permitiriam o estabelecimento de três "áreas interiores de intercâmbio fronteiriço", que, articuladas entre si, começariam a "vertebração dessa massa central sul-americana". A primeira seria formada pelo sistema fluvial do alto rio Negro-Branco, a segunda pelo Solimões e a terceira pelo Madeira-Purus.

O sistema rio Negro-Branco articularia uma área de intercâmbio fronteiriço, tendo como pólo central Boa Vista, capital de Roraima. Essa cidade se ligaria com Manaus por via terrestre, o que já ocorreu, com Lethen, na Guiana, e Santa Helena, localidade venezuelana.

O segundo pólo internacional seria a área fronteiriça do rio Solimões, onde se localizam Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia, no lado brasileiro, a colombiana Leticia e Ramón Castillo, no Peru.

A terceira "área interior de intercâmbio fronteiriço" formaria-se em torno de Porto Velho, e envolveria Guajará-Mirim e Rio Branco, no lado brasileiro, e Riberalta e Cobija, na Bolívia. Cada um desses pólos se irradiariam, por sua vez, para outras regiões dos distintos países.

Foi exatamente sobre a criação desses pólos, através da implantação de sistemas de transporte terrestre, que o general Bayma Denys falou com tanta insistência durante o seu depoimento na Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio da Câmara dos Deputados. E é nessa perspectiva que devem ser entendidos projetos como o Proffao e o Calha Norte. Como outros já implantados na região, o Proffao será mais um passo na militarização da Amazônia e da questão indígena, além de propiciar não o desenvolvimento, mas favorecer interesses que não são os das nações indígenas e da população não-indígena que lá habitam.

(Nota divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi, órgão oficial da CNBB, em 12 de maio de 1989, intitulada *Proffao, mais um programa militarista para a Amazônia*)

CPI DA AMAZÔNIA

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia foi instalada em 9 de março de 1989, tendo como objetivo "apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias". A comissão, presidida pelo senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), apresentou um relatório preliminar em 31 de maio de 1989, cujas principais conclusões foram:

1) 5,12% da Amazônia Legal teria sido desmatada. Se fossem somados os desmatamentos antigos, esta cifra aumentaria para 7,01%.

2) A estimativa de Dennis Mahar, consultor do Banco Mundial (de que 12% da floresta amazônica já foi desmatada), estaria infundada.

3) Seriam meramente especulativas as estimativas de Thomas Lovejoy, do World Wildlife Foundation (de que 15 a 20% da Amazônia já foi desmatada) e do deputado Fábio Feldmann (de 10%).

4) O percentual de desmatamento da Amazônia Legal seria "relativamente pequeno". O verdadeiro motivo de preocupação seria a velocidade do crescimento do desmatamento (230% em uma década).

5) A floresta amazônica como "pulmão do mundo" seria uma falácia, resultante da ignorância de botânica e geofisiologia.

6) Os países industrializados seriam os maiores poluidores da atmosfera terrestre pela emissão de gás carbônico, mas o Brasil contribuiria com mais de 300 milhões de toneladas/ano para essas emissões.

7) A média de queimadas/ano teria diminuído de 87 para cá, mas ainda seria necessário um melhor controle.

8) A comissão recomenda a urgente adoção de uma política de ocupação racional da Amazônia, que leve a um desenvolvimento sustentado e conserve a floresta. Os trabalhos da CPI da Amazônia ainda estão em andamento.



A. Monteiro/AE

ANDAMENTO DO PROCESSO CHICO MENDES

O juiz de Xapuri (Acre) decidiu, em sentença de 3 de julho de 1989, pronunciar os três acusados de assassinar Chico Mendes. Isso significa que ele chegou à conclusão de que há indícios suficientes de que Darly Alves da Silva, Darci Pereira e Jardeir Pereira tenham sido responsáveis pela morte de Chico Mendes e, portanto, devem ser julgados por júri popular. Darly era



Pilly Cowell

o dono do seringal "Cachoeira", em Xapuri. Ele tornou-se inimigo de Chico Mendes depois que esse liderou um "empate" (mobilização dos seringueiros para impedir a derrubada das matas) no seringal que Darly pretendia desmatar para criar gado. Em razão do conflito gerado pelo "empate", o seringal de Darly foi desapropriado e transformado em reserva extrativista. Darci, filho de Darly, é acusado de ter assassinado Chico a mando do pai. Jardeir, empregado da fazenda, teria sido cúmplice de Darci. Darci e Darly estão presos, ao passo que Jardeir está desaparecido.

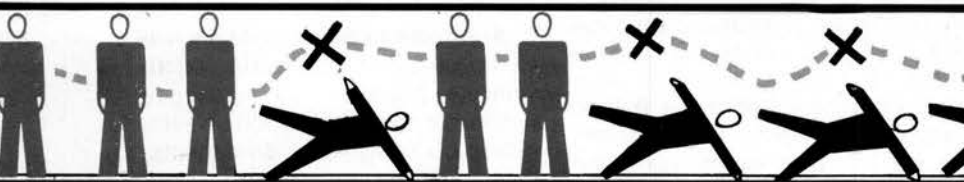
O advogado dos acusados recorreu da decisão judicial alegando, entre outras coisas, que Chico Mendes foi um "instrumento de agitação política, usado por pessoas que tinham interesses econômicos e políticos". O recurso ainda não foi julgado. Sabe-se que os advogados de Darci e Darly são pessoas ligadas a latifundiários e à UDR. Os advogados da família de Chico Mendes acham que eles são apenas alguns dos responsáveis pelo assassinato.

(Juliana Ferraz da Rocha, da redação)

RESERVA EXTRATIVISTA NO RIO TEJO

No rio Tejo, um afluente do rio Juruá situado no município acreano de Cruzeiro do Sul, os seringueiros reivindicam a implantação oficial de uma reserva extrativista. O projeto, coordenado por Antônio Luiz Batista de Macedo com apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros, e já apresentado ao Incri e ao Ibama, pretende garantir a integridade de uma área de cerca de 350 mil hectares, habitada atualmente por cerca de quinhentas famílias que dependem do extrativismo para sua sobrevivência. Essa área, já estudada por biólogos e antropólogos da Unicamp e outras instituições, apresenta uma grande diversidade de microambientes, com fauna e flora excepcionalmente ricas. Os seringueiros da região combinam a exploração dos recursos naturais (principalmente a borracha) com a caça e a pesca, e uma pequena agricultura. Organizados na Associação dos Seringueiros do Rio Tejo, dividiram a área em doze comunidades, cada uma das quais deverá contar com um posto comercial (em sistema de cooperativa e já implantados), escola e posto de saúde. Estão instalando um sistema de transporte e comercialização que já conta com uma rede de canoas, barcos e caminhos na floresta. O passo seguinte será implantar oficinas e pequenas unidades de beneficiamento, usina para processamento de borracha e novas técnicas para tirar proveito econômico da floresta sem destruí-la. Uma característica importante da Reserva Extrativista do Rio Tejo é a aliança entre índios e seringueiros, que antes eram tradicionais inimigos. A Reserva do Tejo é de fato cercada por terras indígenas (Kaxinawa, Jaminawa-Arara, Campa) que serão, com o projeto, interligadas por uma floresta contínua. Os projetos econômicos que incluem todos esses moradores da área constituem assim um exemplo concreto da chamada "Aliança dos Povos da Floresta". Outra característica importante é que a Reserva do Tejo possui limites naturais, formados pelos divisores das águas do Tejo. Inclui assim todos os mananciais que alimentam suas águas, garantindo a integridade dos ecossistemas que a constituem. Sofrendo pressão constante dos "patrões" tradicionais da região, os seringueiros preocupam-se ainda com a anunciada extensão da BR-364 para o oceano Pacífico. A Reserva Extrativista do Rio Tejo constituirá para eles e para os índios da região a única garantia contra os efeitos da estrada sobre o ambiente e a população local.

(Mauro Almeida)



Assassinatos em conflitos de terra na Amazônia (1985 a 1988)

UF	Número de mortes				Total
	1985	1986	1987	1988	
Mato Grosso	8	51	13	4	76
Rondônia	7	27	23	1	58
Acre	—	—	2	5	7
Amazonas	4	3	1	14	22
Roraima	1	—	—	3	4
Pará	97	93	49	20	259
Maranhão	43	8	28	7	86
Goiás	4	10	7	6	27
Total	164	192	123	60	539

Fontes
CPT-Norte 2. Relatório de conflitos 1987
Contag, Fetags e STRs. Informações diversas
CCA/Mirad. Conflitos de terra, v. 1, 2 e 4, 1986
apud Almeida, A.W.B. de, O intransigente da transição — conflitos agrários e violência na Amazônia, mimeo, 1989 e CPT, Conflitos no campo — Brasil 88, Goiânia, abril de 1989.

FLORESTA EM PÉ É MAIS NEGÓCIO

Na floresta amazônica o extrativismo é mais rentável do que a pecuária ou o comércio de madeira. Este é um argumento que encontra apoio em várias pesquisas recentes feitas por cientistas brasileiros e estrangeiros e que reforça as posições daqueles que criticam o atual modelo de desenvolvimento da região.

Um estudo publicado por cientistas do Jardim Botânico de Nova Iorque (Peters, Gentry & Mendelsohn, na revista *Nature*, volume 339, junho de 1989) apresenta pistas importantes sobre a viabilidade do extrativismo em relação à venda de madeira e à pecuária. Realizado na região de Iquitos, na Amazônia peruana, a equipe chegou à conclusão de que o valor econômico da floresta em pé é entre duas e três vezes maior do que seu valor quando destinada à pecuária ou à agroindústria.

O inventário de um hectare de floresta revelou quinze espécies de frutas comestíveis com valor comercial na praça de Iquitos, bem como o látex da seringa. Empregando cálculos econômicos convencionais, e levando em conta os custos de transporte e o valor da mão-de-obra investida, chegou-se à cifra de 8,4 mil dólares para o potencial econômico do hectare.

As 273 árvores no hectare estudado, derrubadas e vendidas de uma só vez, resultariam em uma renda imediata de mil dólares. Mas com a eliminação do estoque de madeiras comerciais, e com os danos provocados às árvores frutíferas, o potencial econômico da área ficaria quase nulo.

O manejo sustentável da madeira, sendo comercializada de tal modo que não diminuísse o estoque total no hectare, resultaria em um potencial econômico de quase quinhentos dólares, ou seja, somente 6% do valor com a produção de frutas.

Tomados juntos, a produção de frutas e o manejo sustentável de madeiras, poder-se-ia chegar a um valor de quase 9 mil dólares por hectare. Porém, o valor adicional da venda de madeira seria reduzido a zero se somente 5% das árvores frutíferas sofressem danos na extração da madeira.

Empregando os mesmos conceitos econômicos, o potencial do hectare de floresta, uma vez destinado à pecuária, seria somente de 2,9 mil dólares, devido à sua não-sustentabilidade ecológica. Computados os gastos com manutenção de pastos e de cercas, e com gastos veterinários, o valor ficaria ainda mais reduzido.

Portanto, das três opções, a mais interessante do ponto de vista econômico é exatamente aquela que mantém a floresta em pé.

Outro estudo recente (Browder, publicado na revista *Interciencia*, maio/junho de 1988) demonstra como a pecuária na Amazônia é um péssimo negócio para o Brasil, dependendo de subsídios governamentais e associada à não-fiscalização do desmatamento. Calcula-se que em cada tonelada de carne bovina da Amazônia produzida durante os anos 70 estava incorporado um valor de 4 mil dólares de custos sociais (subsídios da Sudam, créditos rurais do Banco Central e o valor da madeira desperdiçada). Ao mesmo tempo, o Brasil comprava carne bovina no mercado internacional por um preço médio de mil dólares a tonelada. Ou seja, com os mesmos recursos utilizados para subsidiar os pecuaristas da Amazônia, o Brasil teria adquirido uma quantia quatro vezes maior de carne.

Fica cada vez mais evidente que, além dos argumentos de justiça social e preservação ambiental, aqueles que lutam por outros modelos de desenvolvimento para a Amazônia têm bons argumentos econômicos também.

(Tony Gross)

"PROGRAMA NOSSA NATUREZA" EPÍLOGO CONGRESSUAL

O governo Sarney remeteu ao Congresso Nacional um conjunto de projetos de lei para modificar a legislação de meio ambiente e propor políticas específicas para a Amazônia.

Este pacote fazia parte do "Programa Nossa Natureza" gestado sob controle e orientação da Saden.

No sentido de barrar o retrocesso representado pelo pacote, o dep. Fabio Feldmann, vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara Federal, promoveu duas audiên-

cias públicas para a discussão do mesmo: em Belém, PA (15/5/89), e em São Paulo, SP (17/5/89).

A partir de propostas elaboradas por grupos de trabalho que se formaram nestas oportunidades e de grupos isolados que não tiveram oportunidade de estar presentes a essas audiências, foi elaborada uma série de emendas que retiraram o caráter atrasado do projeto elaborado pela Saden e significaram um avanço na legislação de proteção ao meio ambiente. As inovações são as que seguem.

Pesquisas na Amazônia — A lei federal nº 7796, de 10/7/89, criou a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas da Amazônia (Corpam), composta por um representante das seguintes instituições: Ibama, Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (SCT), Sudam, Sudeco, Inpa, Embrapa, Finep; três representantes das universidades da Amazônia Legal indicados pelo Protocolo de Integração das Universidades; três pesquisadores indicados pela SBPC; dois representantes das entidades ambien-



Vera Jursys/CEDI

Deputado
Feldmann:
audiências
públicas e
emendas

talistas e um representante dos Estados indicado pelo Isea. O mandato da Corpam é definido como órgão assessor da SCT na "definição de diretrizes, alocação de recursos e acompanhamento da execução do programa do trópico úmido".

Fundo do Meio Ambiente — O Fundo Nacional de Meio Ambiente foi criado pela lei federal nº 7.797, de 10/7/89, com a finalidade de apoiar projetos "que visem o desenvolvimento nacional e sustentável dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população".

Os recursos poderão ser aplicados por entidades oficiais (federais, estaduais ou municipais) e privadas cujos objetivos "estejam em consonância com os objetivos do Fundo", que é administrado pela Seplan-Previdência da República e pelo Ibama.

Agrotóxicos — Com relação à lei federal nº 7.802 de 11/7/89 que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro e a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins", as novidades são:

1) Entidades de classe, profissionais, partidos políticos, entidades ambientalistas e de defesa do consumidor possuem legitimidade para re-

querer cancelamento ou impugnação de registro de agrotóxicos e afins armando prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais;

2) Ficou instituído o receituário para venda e uso de agrotóxicos e afins;

3) Regulamentou-se as multas administrativas que variam de 100 a 1.000 MVRs;

4) Instituiu-se a figura do crime ecológico, com penas de um a quatro anos de reclusão.

Código Florestal — A lei federal nº 7.803 de 18/7/89, modificou o Código Florestal. As principais mudanças foram:

1) Alterou-se a faixa de preservação ao longo dos rios;

2) Alterou-se a área de reserva legal (parte que não pode ser desmatada) das propriedades rurais, impondo a obrigação legal de averbar a margem da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação;

3) Impõe-se que a reserva legal é de 50% na Amazônia e 20% no resto do país;

4) Impõe-se o registro de motosserras e que a licença de uso e porte das mesmas é válida por dois anos e dispõe sobre pena de reclusão de um a três meses, além de multas e apreensão do equipamento, o seu uso e porte não-autorizado.

Política nacional no meio ambiente — A lei federal nº 7.804, de 18/7/89:

1) Criou o Conselho Superior de Meio Ambiente (CSMA), composto pelos ministros da Justiça, Marinha, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes, Agricultura, Educação, Tra-

balho, Saúde, Minas e Energia, Interior, representante da SBPC, três representantes do Poder Legislativo, cinco representantes de entidades ambientalistas não-governamentais. O CSMA tem função de assessorar o presidente da República. O Conama assessora o CSMA e delibera sobre normas e padrões ambientais;

2) Transferiu ao Conama competência para apreciar o EIA/RIMA em áreas consideradas patrimônio nacional (Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Zona Costeira);

3) Instituiu a pena de reclusão para o poluidor, definido como degradador do meio ambiente, que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou tornar mais grave a situação de perigo existente. As penas variam de um a três anos e são aumentadas em dobro se resultar em: a) dano irreversível à flora, à fauna e ao meio ambiente; b) lesão corporal grave;

4) Penalizou a poluição decorrente de atividade industrial ou transporte;

5) Nos casos de delitos praticados à noite, domingos ou feriados, incorrerá no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas;

6) Criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Estes avanços só foram possíveis porque houve mobilização das ONGs e de pesquisadores e cientistas preocupados com o desenvolvimento sócio-econômico do nosso povo.

(Antônio Carlos Alves de Oliveira e Rubens Harry Born, da Oikos - União dos Defensores da Terra - e assessores do deputado federal Fabio Feldmann-PSDB/SP)

Será possível evitar?

RORAIMA: O AVISO DA MORTE

AÇÃO PELA CIDADANIA

Os Yanomami estão cercados por milhares de garimpeiros. Na região do lavrado e das serras, as terras dos Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó estão invadidas por fazendeiros. Um relato direto sobre a situação, publicado numa coedição CEDI/CCPY/CIMI, contendo propostas de solução, resultou da visita à região de uma comissão da Ação pela Cidadania.

Leia e nesta luta pela vida dos Yanomami e pela demarcação e desintração das terras indígenas em Roraima.

50 páginas, fotos, NCz\$ 11,50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI - Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983, cep 01238, São Paulo SP

Áreas reservadas para quê?

TERRAS DA UNIÃO DESTINADAS AO USO ESPECIAL DAS FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA PELOS DECRETOS PRESIDENCIAIS Nº 87.571/82, 95.859/88 E 97.596/89

Nº no mapa	Denominação	Área (ha)
Rondônia		
1	Gleba Iquê, Projeto Fundiário Corumbiara, Vilhena, Lotes 70 a 78	7.378
2	Gleba Iquê, Terras Devolutas, Vilhena	8.047
3	Gleba Iquê, PF Corumbiara, Vilhena, Lote 359A	688
4	Gleba Iquê, PF Corumbiara, Vilhena, Lotes 42 e 43	795
5	Gleba Iquê, PF Corumbiara, Vilhena, Lote 34A	355
6	Gleba Iquê, PF Corumbiara, Vilhena, Lote 40A	355
7	Gleba Cuniã, PF Alto Madeira, Porto Velho, 60 lotes	53.634
30	Glebas Traçadal, Samaúma e Conceição, PF Guajará-Mirim, Guajará-Mirim	484.828
Subtotal		556.080
Amazonas		
8	Parte da Gleba Mirari e do imóvel Alvaro Maia 1, PF Humaitá, Humaitá	47.676
9	Glebas Boa Esperança e Pupunhas, PF Humaitá, Humaitá	468.790
10	Gleba Alto Crato, PF Humaitá, Humaitá	1.813
11	Área Devoluta, S. Gabriel da Cachoeira	1.016.350
31	Glebas 25 de Setembro e Afluente, PF Boca do Acre, Pauini Boca do Acre	49.100
32	Gleba Tacana, Tabatinga	122.490
33	Gleba Rio Pardo, Presidente Figueiredo	188.750
34	Gleba Juma, Careiro	106.500
Subtotal		2.001.469
Roraima		
12	Gleba Caracará, PF Roraima, Caracará	86.098
13	Gleba Niquilá, PF Roraima, Caracará	350.960
14	Gleba Niquilá, PF Roraima, Caracará	106.911
15	Gleba Niquilá, PF Roraima, Caracará	166.103
Subtotal		710.072
Pará		
16	Gleba Cinzento, PF Tocantins, Marabá	165.800
17	Gleba Aquiri, PF Tocantins, Marabá	141.400
18	Gleba Mossoró, PF Altamira, Altamira	315.790
19	Gleba Limão, PF Cachimbo, Itaituba	696.500
20	Gleba Cururu, PF Cachimbo, Itaituba	439.583
21	Gleba Juruena, PF Cachimbo, Itaituba	429.500
22	Gleba da Prata, PF Cachimbo, Itaituba	220.034
23	Gleba Damião, PF Cachimbo, Itaituba	440.500
36	Campo de provas das Forças Armadas (Serra do Cachimbo), Itaituba	3.907.200
Subtotal		6.756.307
Tocantins		
24	Gleba Xixebel, PF Araguaína, Araguaína	1.203
25	Glebas Conceição, Puraquê e Araponga, PF Araguaína, Araguaína	30.953
26	Gleba Todos os Santos, PF Araguaína, Araguaína	2.407
Subtotal		34.563
Mato Grosso		
27	Gleba Matrinxã, PF Vale do Araguaia, Barra do Garças	5.300
28	Gleba Santa Rita, PF Vale do Guaporé, Porto Espiridião	36.684
29	Gleba Flexas 2, PF Vale do Guaporé, Cáceres	1.900
Subtotal		43.884
Maranhão		
35	Gleba 14, Açailândia, Lote 243	10.840
Subtotal		10.840
Total		10.113.215

(Ver localização no mapa da página central do Encarte Amazônia/Documentos)

Com apenas três decretos presidenciais, 10 milhões de hectares de terras na Amazônia foram reservados aos militares, somente na década de 80.

Trata-se de um saldo apreciável da tutela que aplicaram sobre o poder executivo federal durante o processo recente de "transição democrática" (por cima) no país.

Do ponto de vista da sociedade civil, com os dois decretos de 1988 e 1989 concedendo 35 áreas, ficam ampliadas as suspeitas sobre o uso que os militares vão fazer dessas terras, ponto ainda não esclarecido com relação ao Campo de Provas da Serra do Cachimbo, cuja área foi reservada em 1982 (ver relação das áreas no quadro ao lado).

Seis das áreas "afetas ao uso especial do exército" sobrepõem-se, total ou parcialmente, a terras indígenas: a Gleba Tacana está integralmente dentro da Área Indígena Ticuna Évare 1 (interditada pela Funai, Portaria de 31 de julho de 1987); a Gleba 25 de Setembro e Afluente incide parcialmente na AI Penedo-Tacaquiri, dos Apurinã (interditada pela Funai, Portaria 3.763/87); a Gleba Rio Pardo, parcialmente incide no limite sudoeste da AI Waimiri Atroari (homologada pelo decreto presidencial nº 97.837, de 16 de junho de 1989); a Gleba Matrinxã, que incide quase totalmente na AI São Marcos (demarcada, decreto nº 76.215, de 5 de setembro de 1975); o Campo de Provas da Serra do Cachimbo, que incide parcialmente na AI Bau-Mekragnoti, dos Kaiapó; e as Glebas Juruena e Curuás, no Alto Tapajós, incidentes sobre terras dos Mundurucu.

Somadas às terras indígenas transformadas em Florestas Nacionais (no Alto Rio Negro e no território Yanomami, entre Roraima e Amazonas), as decisões recentes do poder executivo tutelado pelos militares subtraíram aos índios na Amazônia, inconstitucionalmente, cerca de 12 milhões de hectares de terras.

RESERVAS EXTRATIVISTAS DESAFIOS À SUA IMPLANTAÇÃO

Mary Helena Allegretti

Na defesa do meio ambiente as alternativas tradicionais sempre excluíram os seres humanos dos espaços a serem protegidos, considerando-os mais predadores do que conservacionistas. No debate em torno da Amazônia, entretanto, a proposta das reservas extrativistas chama a atenção ao colocar os grupos sociais regionais como protagonistas principais da conservação.

Sugerida pelos seringueiros e estabelecida como requisito de desembolso de recursos pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, a proposta passou a ser aceita também pelo governo brasileiro. Em pouco mais de um ano, desde que foi definida conceitual e juridicamente, foram oficialmente criadas quinze áreas, em um total de 2 milhões de hectares, beneficiando uma população de 3,7 mil famílias. (ver quadro)

A idéia é simples e lógica. As populações que dependem dos recursos da floresta para viver são as principais interessadas em conservá-los, desde que

A proposta das reservas extrativistas coloca os grupos sociais regionais da Amazônia como protagonistas principais da conservação ambiental

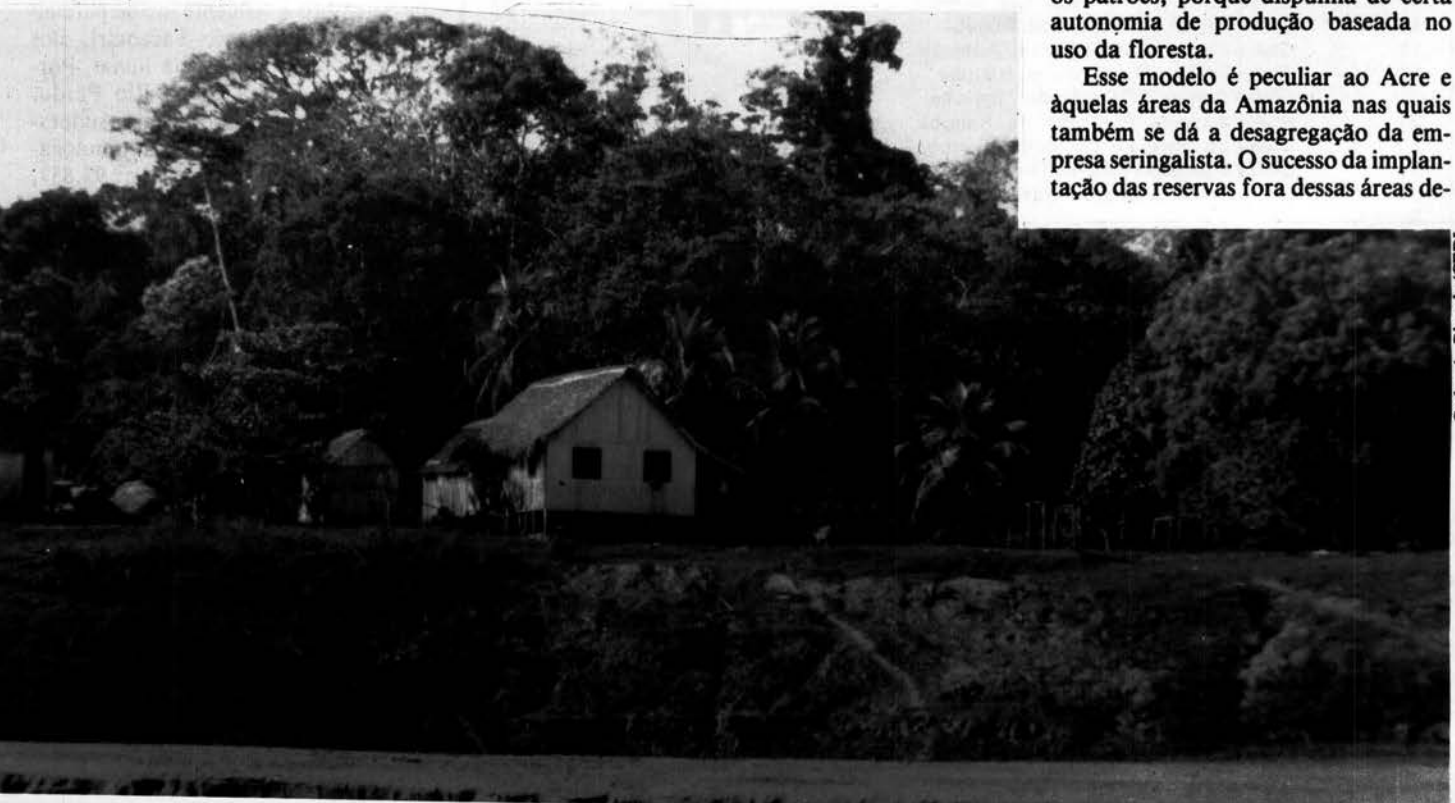
possam, ao mesmo tempo, melhorar suas condições de vida. Considerando que ocupam grande parte da área não devastada da Amazônia, e que dispõem de tecnologias que lhes permitem usar os recursos florestais adequadamente, nada mais lógico do que propor uma política que garanta a eles a permanência nas áreas, obtendo, dessa forma, um freio imediato à devastação.

Ao mesmo tempo, a proposta é extremamente complexa. A reserva extrativista é simultaneamente uma unidade de reforma agrária, de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico e social. Trata-se de combinar a autonomia e controle, por parte dos grupos sociais, sobre seus territórios, com a atuação do Estado na definição das políticas públicas para as áreas. E

além disso, de demonstrar que é viável econômica e politicamente. Os principais desafios resultam dessa delicada articulação de idéias e interesses.

O modelo — A proposta de criar reservas extrativistas surgiu no Acre, com base na estrutura fundiária, econômica e social predominante nos seringais tradicionais e em um movimento organizado de defesa da posse ali existente desde o início da década de 70. A desagregação da empresa seringalista tradicional deu origem aos "seringueiros autônomos", produtores que utilizam a floresta e comercializam borracha e castanha por conta própria. São territórios explorados há gerações nos quais existe uma estrutura social consolidada que pode se manter, sem os padrões, porque dispunha de certa autonomia de produção baseada no uso da floresta.

Esse modelo é peculiar ao Acre e àquelas áreas da Amazônia nas quais também se dá a desagregação da empresa seringalista. O sucesso da implantação das reservas fora dessas áreas de-



pende da percepção antecipada da adequabilidade ou não desse modelo a outras situações. Em algumas áreas propostas para reservas é possível encontrar recursos extrativistas sendo explorados por populações locais, há muitas décadas, sem que tenha se consolidado uma estrutura social, espacial e cultural homogênea; ou, sem que esses recursos tenham permitido a permanência e estabilidade, por gerações, dessa população nos mesmos territórios ou em espaços contíguos como, por exemplo, nas chamadas "áreas de avanço" para coleta de castanha, no Amapá. Nesse caso, o conceito jurídico e institucional elaborado com base no Acre poderá não ser adequado e a reserva extrativista se constituir em alternativa artificial e sem significado para os habitantes dessas áreas.

Viabilidade econômica — Os seringueiros constituem uma categoria econômica em transição. A borracha oriunda dos seringais nativos não tem preços competitivos com a dos seringais de cultivo do sudeste asiático que chega ao Brasil duas vezes e meia mais barata. O que permite a absorção, pela indústria, da borracha nativa é uma política que equipara o preço do produto importado ao nacional, originada na 2ª Guerra Mundial e que se mantém até hoje em função da posição hegemônica dos grandes seringalistas, na definição das políticas para Amazônia.

A reserva extrativista pode se constituir em alternativa econômica que consolida uma situação existente — de produtor extrativista autônomo — desde que se consiga identificar outros usos para a floresta que não unicamente a borracha. Ou seja, a consolidação econômica da reserva extrativista depende da concretização de uma teoria: que a floresta em pé tem mais valor do que derrubada. Essa tese vem sendo, hoje, demonstrada por vários pesquisadores (Hecht, 1988; Schwartzman e Allegretti, 1988; Charles, 1989). Experiências de comercialização da castanha e de outros produtos, como resinas e frutas, vêm sendo desenvolvidas em algumas áreas do Acre.

Concretamente, porém, a reserva extrativista somente poderá se consolidar como proposta econômica, ambiental e social para a Amazônia quando for inserida em uma nova política estrutural para a região que tenha a floresta, e seus usos potenciais, valorizada como recurso produtivo. Isso significa ir além da política de fiscalização e incentivar o uso da floresta em pé, dos recursos derivados daquilo que constitui o maior capital da região — a

diversidade biológica — em benefício da população regional.

Viabilidade política — O movimento dos seringueiros pode ser extremamente forte para realizar um "empate" e evitar o desmatamento de uma área de floresta, mas frágil e inexperiente para garantir e controlar, autonomamente, um espaço institucionalmente definido como "concessão de uso", dentro do qual passam a vigorar novas normas e novos poderes. Também tem sido hábil para negociar em situações de conflito e conseguir aliados dentro do governo, do movimento ambientalista, dos partidos políticos, mas não necessariamente entende toda a trama de significados que passou a existir em torno desse conceito e da defesa da Amazônia, especialmente após o assassinato de Chico Mendes.

Do ponto de vista político, a possibilidade das reservas serem implantadas como alternativa para as populações que vivem na floresta, e de acordo com as suas necessidades, depende diretamente da capacidade de pressão dos principais interessados que, enquanto grupo social, é quase nula ou insignificante. Os extrativistas são poucos, vivem isolados entre si, dentro da floresta, e distantes dos centros regionais e nacionais (os seringueiros, por exemplo, recenseados pelo IBGE em 1980, somaram 70 mil. Multiplicados pelo tamanho médio da família, com base em pesquisas na região, as pessoas diretamente ligadas somente a esse tipo de extrativismo somariam cerca de 400 mil — *nota do editor*). A eficácia na concretização de seus interesses resulta da grande capacidade de ação direta e



João R. Ripper

de autodefesa que genuinamente detêm, e da política de alianças que vêm mantendo com outros setores da sociedade.

A viabilidade política das reservas depende, hoje, da compreensão, por parte dos diferentes grupos sociais potencialmente aliados dos extrativistas (órgãos governamentais, ambientais e fundiários; partidos políticos de tendência socialista, social democrata ou libe-

to do eq. urbana
 por onde
 não
 o antigo



João R. Ripper

ral; movimento ambientalista nacional e internacional; pesquisadores e profissionais da mídia), da dinâmica própria existente na posição dos seringueiros na estrutura econômica e política local, nacional e internacional, que é extremamente peculiar e foge aos padrões tradicionais da ação política e que deriva sua força exatamente desse fato.

Em síntese, o movimento dos seringueiros é forte porque baseado em uma proposta que tem profundo significado para seus protagonistas; porque potencializa politicamente o campo de tensão existente em sua posição na estrutura econômica, ou seja, sua transitoriedade; porque apresenta uma alternativa econômica que combina desenvolvimento com conservação; por-

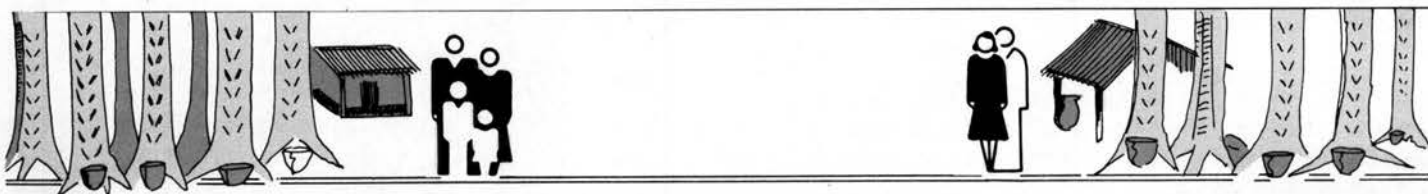
que vem tendo aliados que conseguem articular a identidade peculiar desses trabalhadores com interesses gerais de segmentos sociais mais amplos.

A reserva extrativista poderá se consolidar, na Amazônia, se essas características forem mantidas, valorizadas e compreendidas pelos órgãos governamentais, pelos partidos políticos e pelos grupos de pressão. Isso requer, porém, modificações profundas nos parâmetros que conduzem as ações de cada um desses segmentos. E não ocorrerão sem disputas. Antes de tudo, porém, uma medida urgente precisa ser tomada para garantir que todas essas propostas venham a existir no futuro: o controle, rigoroso, sobre a destruição da floresta e a imobilização, imediata, de

todas as áreas ocupadas pelos extrativistas, em todos os cantos da Amazônia.

Essa tarefa pode ser abarcada por inúmeros grupos de apoio, nacionais e internacionais. O futuro das reservas está, hoje, mais nas mãos deles do que diretamente na capacidade de organização e controle dos seringueiros sobre seus territórios. Deixados em paz, sem pressão de desmatamentos, sem ameaças de fazendeiros, sem tutela de órgãos públicos, definindo por conta própria suas regras internas, existe mais chance de êxito.

Mary Helena Allegretti é antropóloga, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), de Curitiba (PR).



Quadro geral dos projetos de assentamento extrativista (PAR) oficialmente criados e em criação na Amazônia até setembro de 1989 *

Estado	Projeto	Portaria Mirad	Área (ha)	População (famílias)	Situação fundiária	Recursos extrativos principais
A) Acre	São Luiz do Remanso	472/87	39.752	130	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha
B) Acre	Santa Quitéria	886/87	14.000	150	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha
C) Acre	Cachoeira	158/89	24.973	80	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha
D) Acre	Macauã	Projeto em criação	103.000	343	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha e açaí
Subtotal			211.725	703		
E) Amapá	Maracá 1	1440/88	75.000	214	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha e açaí
F) Amapá	Maracá 2	1441/88	22.500	94	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha e açaí
G) Amapá	Maracá 3	1442/88	226.500	760	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha e açaí
Subtotal			324.000	1.068		
H) Amazonas	Antimari	1055/88	260.227	867	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha
I) Amazonas	Terruã	001/89	139.295	126	Área desapropriada e destinada	seringa, castanha
Subtotal			399.522	1.293		
J) Pará	Polígono dos Castanhais	P/1011 Projeto criação	200.000	200	Área desapropriada	castanha
L) Rondônia	Rio Ouro Preto	As cinco áreas são indicadas no Plano de	130.000	220	50% da União e o resto indefinido	seringa, castanha
M) Rondônia	Rio Pacaas Novos	Zoneamento	140.000	110	parte da área desapropriada	seringa, castanha
N) Rondônia	Rio Cautário	Sócio-Econômico	145.000	150	50% da União e o resto indefinido	seringa, castanha
O) Rondônia	Rio Pedras Negras	Ecológico	180.000	**	50% da União e o resto indefinido	seringa, castanha
P) Rondônia	Rio Jaci e Mutum Paraná	de Rondônia (Dec. 3782 — 14/06/89)	192.000	**	O seringal Boa Esperança desapropriado; o restante indefinido	seringa, castanha
Subtotal			787.000	480		
Total			1.922.247	3.744	(Ver localização no mapa da última página do Encarte Amazônia/Documentos)	

Fontes — Instituto de Estudos Amazônicos (IEA). Relatório final do seminário "Planejamento e gestão do processo de criação de reservas extrativistas na Amazônia" Curitiba, setembro de 1988.
Ministério da Agricultura, SEASC, Departamento de Apoio Técnico. Coordenação do Projeto de Assentamento Extrativista "Proposta de Programação Plurianual para a Região Amazônica" Brasília, março de 1989.

Obs: — * Não inclui as áreas reivindicadas e em negociação na região amazônica: três no Acre (RE Figueira, Floresta, Vale do Rio Tejo), uma em Rondônia (Rio Candeias), uma no Amazonas (Carauari) e seis no Amapá (Jari 1, Jari 2, Jari 3, Cajari 1, Cajari 2, Cajari 3);

** Dados não divulgados e/ou desconhecidos.

IMPASSES E PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NA AMAZÔNIA

Luiz Pinguelli Rosa

Estudos sobre a dinâmica de desenvolvimento nacional e transformações sócio-econômicas da Amazônia partem da premissa de que os futuros prováveis do país devem ser analisados condicionando-os à evolução da economia mundial. Embora, em princípio, esta inserção seja correta para estabelecer limites e possibilidades, como dizem os autores, deve-se alertar que esse condicionamento introduzido na análise não deve ser inibidor da busca de maior autonomia nas diretrizes do desenvolvimento nacional. Esse alerta faz sentido neste momento, após um período longo caracterizado não só pelo autoritarismo do Estado como pela excessiva subordinação da economia aos interesses externos, mesmo quando interiorizados via presença das empresas transnacionais.

João Ramid/Ed. Abril

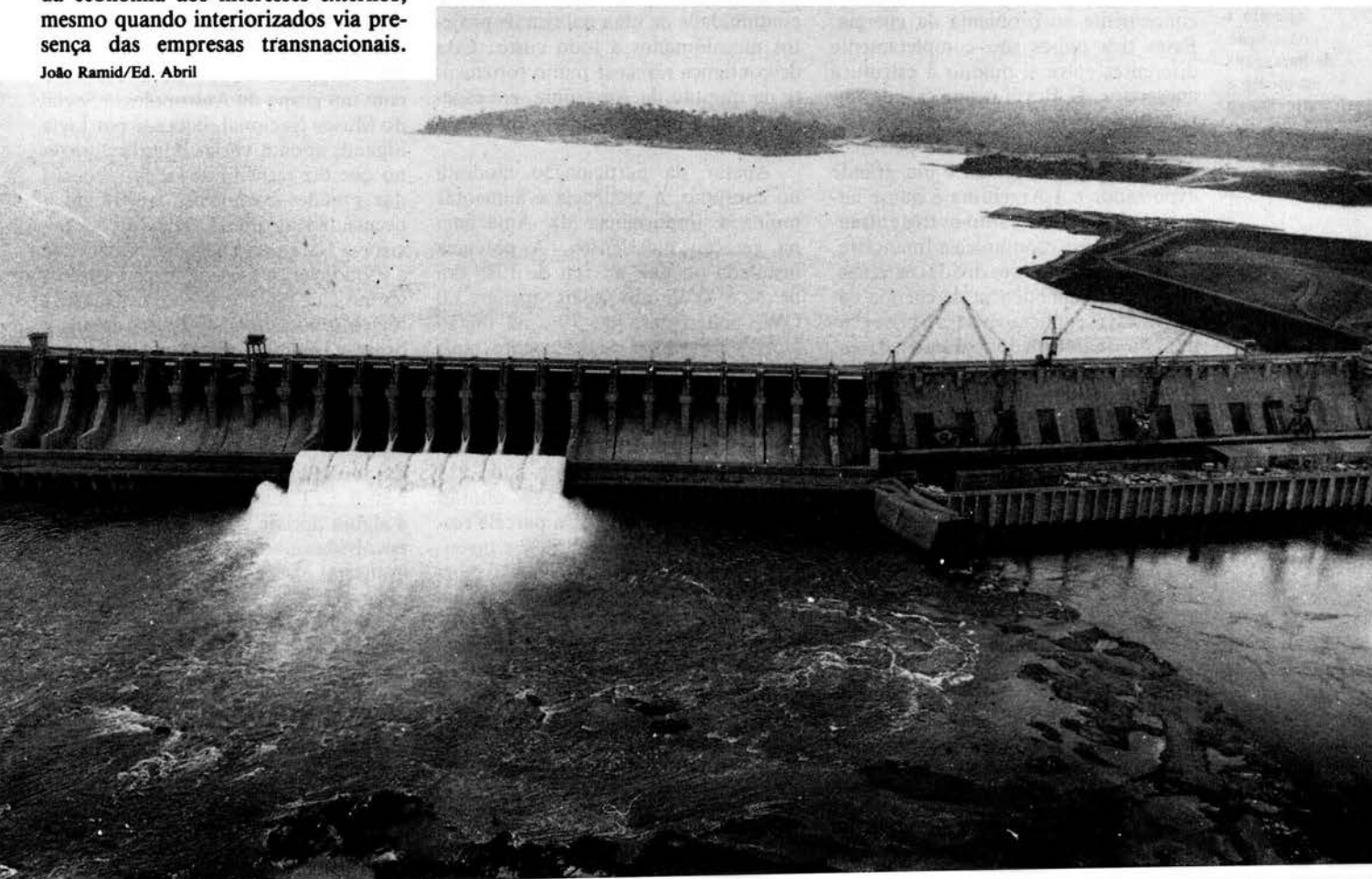
O aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia não tem atendido os interesses da região e de seu meio social

Apesar das exceções importantes, este fator foi geralmente negativo do ponto de vista do objetivo de um desenvolvimento mais equilibrado socialmente e, talvez, regionalmente, com implicações fortes para a região amazônica, embora possa ter sido positivo para o crescimento econômico em si.

A região amazônica foi alvo deste processo especialmente no que tange aos recursos naturais — cujo aproveitamento tem sido a tônica dos investimentos na região, seja pelo capital transna-

cional seja pelo capital nacional oriundo do Sul, intermediado pelo Estado e estimulado por incentivos. A crítica que se coloca é a quase sistemática ausência de adequação dos empreendimentos assim gerados às condições regionais, como retratado no estudo da Eletronorte. Na ausência de um plano minimamente ajustado a uma política de desenvolvimento regional menos subordinada aos interesses alheios à região e ao seu meio social, os aspectos negativos do tipo de desenvolvimento em cur-

Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins: o reservatório inundou 2.430 km² afetando camponeses e índios





Os Kaiapó visitaram Tucuruí a convite da Eletronorte. Escutaram explicações, mas decidiram no Encontro de Altamira que não querem a construção de barragens no médio e alto Xingu

volvimento em curso na Amazônia sobressaem, especialmente pelos seus impactos ambientais — físicos e sociais — preocupantes.

A dívida externa, que atinge mais de 800 bilhões de dólares no Terceiro Mundo e 200 bilhões no conjunto dos três países latino-americanos mais industrializados — Brasil, Argentina e México — aponta para uma questão concernente ao problema da energia. Esses três países são completamente diferentes entre si quanto à estrutura energética. O Brasil é um grande importador de petróleo e o era mais ainda na época dos choques do petróleo, enquanto que o México é um grande exportador e a Argentina é quase auto-suficiente. Entretanto os três enfrentam séria crise econômica e financeira, ostentando as maiores dívidas externas. O mito da dependência de energia como variável explicativa para a crise econômico-financeira dos países em desenvolvimento é aqui posto em cheque. É claro que a energia é fator importantíssimo, mas há outros fatores que se sobrepõem. Isso é válido para a política energética para a Amazônia.

Nesse ponto vem à tona a crise das estatais do setor de energia. Elas são hoje atacadas pelos mais diversos setores da sociedade, desde os grandes grupos transnacionais até algumas áreas da esquerda, passando pelo empresariado nacional. O esforço de rearticular politicamente a defesa do papel do Estado na economia, reciclando a imagem das estatais para a sociedade brasileira, é fundamental nesse momento para evitar a perda da capa-

cidade de sustentar qualquer projeto nacional e social com um mínimo de autonomia, seja ele qual for. Nesse aspecto, a preocupação com o meio ambiente e com as reações sociais aos projetos energéticos destaca-se como uma necessidade histórica. Entretanto há a desconfiança latente na sociedade de que essa preocupação não passe de um verniz para disfarçar a continuidade de uma política de projetos megalômanos a todo custo. Essa desconfiança revela-se muito fortemente na questão da Amazônia, em especial quanto aos aproveitamentos hidrelétricos.

Apesar da participação modesta no consumo, a tendência é aumentar muito a importância da Amazônia na geração hidrelétrica. A potência instalada no país ao fim de 1986 era de 42,8 GW, dos quais apenas 3,0 GW, pouco mais de 7%, na região Norte, ficando o Sudeste com mais de 55%, ou 23,7 GW — 96% da geração por hidrelétricas, cujos reservatórios inundam 20,1 mil km², 0,23% do território nacional.

O potencial hidrelétrico é de 213 GW, dos quais quase 50 GW estarão aproveitados até 1991. Da parcela restante, cerca de 164 GW, 59% é inventariado e 41% estimado. A região Norte representa o maior potencial. A distribuição desse potencial é: 59,6 GW no Norte/Marabá; 24,8 GW no Norte/Cuiabá; 16,8 GW no Norte/margem esquerda do Amazonas; 30,4 GW na Sudeste/Centro-Oeste; 26,6 GW no Sul e apenas 8,8 GW no Nordeste. Esses dados mostram o grau de impacto

que se deve esperar da geração hidrelétrica na região Norte.

Isso é claro na diretriz de que a produção de energia elétrica será *basicamente de recursos hídricos*, ditada pela racionalidade econômica e técnica. O plano enfatiza ser *inevitável* o aproveitamento do potencial existente na região amazônica. A maior parte dessa energia não será consumida na região, será destinada ao Sudeste e ao Nordeste.

A crítica do enfoque ambiental do setor elétrico e o caso da Amazônia — Vários aspectos podem ser criticados no plano 2010, mesmo reconhecendo o avanço desse estudo em relação à abordagem tradicional do planejamento do setor elétrico, cuja evolução foi objeto de estudo.

Quando o plano se refere às interações do setor são enfatizados os níveis regional, estadual, federal e até mesmo internacional, sem referência explícita ao nível local, municipal e mesmo da comunidade, através de suas associações e sindicatos. Aliás, esse tipo de interação jamais é citado em todo o plano, mostrando que, apesar do avanço, o setor elétrico ainda não formula uma proposta efetivamente participativa para discutir seus empreendimentos quanto aos impactos sócio-ambientais.

Uma pesquisa realizada com apoio do IDRC (International Development Research Center) e do CNPq, a Área de Energia da Coppe em cooperação com um grupo de Antropologia Social do Museu Nacional, liderada por Ligia Sigaud, aponta várias questões graves no que diz respeito aos efeitos sociais das grandes barragens, mostrando a necessidade de democratização das decisões. Na mesma pesquisa é criticada a atitude de se considerar os impactos sociais e no meio ambiente físico e biológico *a posteriori*, após ser tomada a decisão técnica e econômica.

Não só nos aspectos acima revela-se essa dificuldade de instituir a discussão democrática com as comunidades afetadas. O mesmo ocorre ao tratar das terras indígenas, onde a referência básica é a Funai. Não se faz referência a algum tipo de relação com entidades envolvidas na defesa das populações indígenas e com as próprias nações indígenas. É claro que em muitos casos esse contato terá de ser intermediado, dependendo do distanciamento cultural. Como aponta o plano da Eletronorte o contato entre culturas muito desniveladas pode ter efeitos desastrosos para a cultura mais frágil. Portanto, a intermediação é imprescindível,

mas não só da Funai, devendo-se tratar com as nações indígenas diretamente e com outras intermediações não oficiais. A participação de entidades é referida no plano 2010 para trabalhos de apoio sob convênio ou contrato. Este é outro ponto a ser cuidadosamente visto: a contratação de trabalhos de consultoria por entidades independentes não deve se confundir com a participação independente de entidades na discussão e no processo de decisão. Embora importante para subsidiar as decisões, o primeiro caso não significa participação efetiva.

No caso da Amazônia são extremamente preocupantes os impactos físicos e biológicos, seja pela riqueza da fauna e flora, seja pelo delicado equilíbrio ecológico que caracteriza seu meio ambiente, exigindo uma excepcional atenção no que concerne a esse tipo de impactos que preocupam autoridades científicas mundiais (ONU, 1987).

Embora também exposta aos impactos da produção de petróleo e do gás natural, em face das reservas já existentes, e do desmatamento para diversos fins, a atenção maior dada aqui é aos graves efeitos das grandes hidrelétricas — já demonstrados serem muito graves na Amazônia. Isso não significa que não se deva dar atenção ao problema da exploração de petróleo e gás natural, como de outros recursos minerais. No caso de desmatamento, a gravidade é tão grande ou maior do que a das hidrelétricas, mas independe do quadro energético — objeto deste texto — pois liga-se à expansão da fronteira agrícola ou da pecuária e à produção de madeira para fins não energéticos.

Conflitos com as sociedades indígenas — Os conflitos são mais dramáticos quando envolvem populações indígenas tão distantes da cultura dominante e expostas ao extermínio.

Os projetos de aproveitamento da bacia do Xingu, dentro do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, são motivos de graves preocupações das organizações voltadas à proteção e defesa das sociedades indígenas ameaçadas. Em trabalho expressivo de Viveiros de Castro e L. Andrade, publicado em livro recente pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, os efeitos das usinas de Cararaô e Babaquara são objeto de críticas extremamente sérias e procedentes. Os reservatórios dessas usinas afetarão os povos indígenas Juruna, Arara, Cararaô, Xikrin, Araweté e Parakanã, pois "seus territórios serão parcial ou total-

mente submergidos, várias de suas aldeias serão deslocadas, terão de enfrentar efeitos desorganizadores", além de serem questionáveis os próprios "benefícios que lhes serão outorgados como compensação". Além desses, outros povos sentirão os efeitos desses e dos futuros projetos. O problema não é só a perda de terras pela inundação mas também os efeitos nas áreas de influência das obras, submetidas a pressões migratórias, grilagem e outras formas de "modernização".

As críticas mais contundentes condenam o tratamento dos índios como um problema ambiental e a realização de levantamentos relâmpago por empresas consultoras para elaboração de relatórios de impactos ambientais, com intuito de cumprir formalmente as exigências legais e as condições dos órgãos financeiros internacionais, como o Banco Mundial.

É óbvio que esta é uma das questões cruciais na Amazônia, por tudo que foi dito. Sem ilusões de conciliar posições tão distantes, parece ser fundamental institucionalizar um fórum nacional para canalizar imediatamente esta discussão, incorporando-a no processo de decisão sobre futuras obras no que concerne às populações indígenas.

Sugestões de mudanças institucionais — A simples comparação do conteúdo do plano 2010, no que concerne aos efeitos sócio-ambientais e à questão das terras indígenas, com as considerações acima, mostra o enorme fosso existente entre o setor elétrico e as entidades civis e setores da sociedade e da comunidade científica, especialmente antropólogos e ecólogos.

Algumas sugestões são dadas no estudo comparativo entre a geração hidrelétrica e a nuclear realizado pela Coppe. No curso desse estudo houve a oportunidade de antropólogos, ecólogos e técnicos do setor elétrico defrontarem-se em ambiente acadêmico, com total independência. Por que não se procurar institucionalizar isso ao invés de apenas procurar contratar os cientistas ou conveniar as instituições como consultores? A participação de técnicos independentes e de instituições acadêmicas em estudos de consultoria deve existir, mas, além disso, o que não parece ter sido ainda bem compreendido, é a necessidade de abrir espaço para interlocutores. Na referência acima citada foi formulada a sugestão de "integrar o planejamento da energia no amplo contexto da economia e da política social" e, continuando, propõe a participação de "diferentes organizações sociais", incluindo sindicatos e associações e modificando a Comissão Nacional de Energia para torná-la mais representativa.

Entre as sugestões está a atribuição de um papel decisivo ao Congresso Nacional na aprovação de grandes projetos. Para esse fim sugere a criação de um instituto do Congresso para estudos em moldes semelhantes ao que faz o *Office of Technology Assessment* do Congresso norte-americano. Além disso, as universidades deveriam ter grupos interdisciplinares para análise crítica de grandes projetos, sem confundir seu papel com o das consultoras.

Luiz Pinguelli Rosa é físico e professor da Área Interdisciplinar de Energia, da Coppe/UFRJ.

E A QUESTÃO NUCLEAR?



Da usina nuclear de Angra dos Reis ao projeto do submarino nuclear de Aramar, a questão nuclear é um assunto polêmico, que a publicação discute de forma acessível, fortalecendo a luta antinuclear numa perspectiva ecológica voltada para o conjunto da sociedade.

Codificação CEDI — Desep/CUT — Nemi — Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba
138 páginas, 13,5x20,5 cm, NCz\$ 16,50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição, CEP 01238, São Paulo, SP, ou através de vale postal para a agência do correio 403911, Santa Cecília, São Paulo, SP

IS AMAZONIA SO ENTERTAINING?

Na Itália, os índios e a floresta amazônica se tornaram bens vendáveis no grande mercado da informação e da imagem

Franco La Cecilia

Eis a vocês a Amazônia... A velha Europa está redescobrendo a floresta. Ao fazê-lo, descobre ter laços antigos, romances, desejos abandonados, amantes índios e descobre que tudo está acabando; que restam poucos anos, tão poucos que a Amazônia diz respeito a todo cidadão italiano, homem ou mulher, rico ou pobre, desgraçado ou afortunado. A Itália se descobre amazônica. De Mita (primeiro ministro italiano até início de julho) por embaraço, mas Giulio Andreotti (atual primeiro ministro) por convicção (teria ele falado sobre isso com Lula?), são amazônicos. Mas como, senhor primeiro ministro, e antes? E os projetos Italsider no Carajás, e a nossa loucura de criar gado na América Latina? O que dizer? Que antes não existia a consciência ecológica? Que antes não se podia saber?

O Partido Comunista diz claramente que suas prioridades atuais são a questão juvenil, a dos imigrantes e, naturalmente, a floresta amazônica. Não existe encontro, paróquia, bar-

zinhô, onde não sobressaia a urgência de tratar-se, finalmente, e o mais depressa possível, da Amazônia. Inclusive, estamos sofrendo os efeitos colaterais (*side-effects*). Um cartaz em Bolonha feito por uma Unidade de bairro qualquer diz: "Salvemos a nossa Amazônia, salvemos o parque de Granarolo ou não sei o quê". A Amazônia vence, desbanca tudo. O WWF recebe telefonemas deste tipo: "Somos de tal Associação, damos sempre prêmios a alguém, sejam literatos ou benfeitores, vocês não poderiam, por favor, nos indicar um índio que possamos premiar?". Os índios são procurados; se, por acaso, é realizado um encontro ambientalista e não está presente um deles, ou alguém que pelo menos de longe tenha sido parente ou conhecido de Chico Mendes, o encontro não se realiza pois não é sério. A caça ao índio é, hoje, um esporte das fundações culturais e ambientalistas dos partidos. Todos se apressam: a emergência amazônica quer dizer incorporá-la à problemática de cada um; torná-la inteligível

ao "nosso" comitê, partido, associação. O "índio" substituiu, depois de um decênio de ausências, o operário, cuja presença era sempre necessária, caso contrário os encontros pareceriam "muito abstratos". Os índios estão em extinção, como o panda ou a floresta amazônica, e é isto o que importa. Um "valor" improvisado revestiu pessoas e ambientes que, até há alguns anos, eram considerados marginais. Agora, os jornais em papel acetinado e os semanários ilustrados dos grandes diários trazem serviço fotográfico sobre a última tribo daqui ou de lá, quase sempre acompanhado das fotos do último "paraíso" de floresta ou de mar. O importante é que sejam os "últimos" (seria esse o sentido de "os últimos serão os primeiros"?). É a escassez imprevista desses bens, índio e floresta, que lhes dá tanto valor, que os torna sobretudo vendáveis no grande mercado da informação e da imagem. Uma sofisticada "pornoindianologia" adere à uma consolidação da pornoecologia. As fotos dos Xavantes e da

L'Unità

IL DOSSIER

Il Progetto Chico Mendes raccoglie fondi per finanziare piani di sviluppo scelti e proposti dai seringueiros e dai popoli della foresta. Appello agli uomini di buona volontà per salvare il polmone verde del mondo

Amazzonia chiama



Milhares de pessoas foram às ruas de Milão pelos índios e pela Amazônia em manifestação organizada por movimentos ambientalistas em maio de 89. Ao fundo, a Cattedrale del Duomo

Transamazônica são folheadas com o mesmo gosto e participação motivada com que se folheia a *Play-boy*. De outro lado, os índios são e devem ser (ai se assim não fosse) nus e a nudez da natureza, ai de mim, ao acabar no limite da contaminação (do desvirginamento), é também um grande chamariz: “Não percam o último espetáculo; antes que acabe”.

Esta máquina extraordinária que é a *Italian way of fashion* saltou na garupa da Amazônia. Conseguirá salvá-la? Ela certamente não, visto que é a extinção que dá um valor improvisado a tudo isto. Mas então? É tudo inútil e negativo? Naturalmente não; não podemos ser tão ingênuos, mesmo porque, por mais que o público italiano seja sensível às modas, é preciso sempre lembrar que, por detrás das modas, existe uma maneira pela qual a gente exprime a própria cultura e o próprio senso comum. Nesta forte e removente cavalgam as modas. É bom que saibamos, também na Itália, que estamos dismantelando o mundo (nós países “desenvolvidos”) e a floresta amazônica e as campanhas em sua defesa, aqueles 250 mil cartões de protesto pedidos pelo WWF aos leitores da revista *Espresso* e endereçados ao primeiro ministro para bloquear a participação italiana ao Projeto Grande Carajás, fizeram entender pela primeira vez a todos que a Itália não é Cinderela e que está ferrando o mundo, nem mais nem menos, como as insultadas multinacionais americanas.

Dito isto devemos acrescentar que

está em curso uma revisão das questões indígenas, que não é totalmente má. Se os índios não são comparados a espécies em via de extinção (que é o pior) aparece o binômio “direitos humanos — direitos indígenas” e “cultura de equilíbrios naturais — cultura indígena”. Poucos se dão conta que, por outro lado, os índios não são só fotogênicos, como são voluntariamente fotogênicos, isto é, como aconteceu em Altamira, se travestem de indígenas porque sabem melhor do que nós que representam a nossa “consciência infeliz”. Enfim, há vinte anos que os índios andam pelo mundo a advogar a própria causa e já entenderam essencialmente tudo sobre como nos tratar (e sobretudo o nosso jogo de superfície e de imagens).

Mas existe, ainda, um aspecto que continua controverso nos jornais, nas discussões nos ônibus, nas televisões italianas. Trata-se do fato de que, em geral, o “Terceiro Mundo is intertaining”. Fala-se tanto de Terceiro Mundo, e fala-se mais ou menos como há dez anos atrás, com a diferença que alguém esteve por lá e que agora o Terceiro Mundo e a questão ecológica parecem ligados (ah!, os últimos paraísos longínquos em terras nas quais os italianos, para completar, gastam pouco e não têm a poluição romanholá — região italiana de veraneio).

Na realidade, as preocupações com o Terceiro Mundo exibem muito bom senso e pouco senso econômico. As pessoas daqueles países, belas, mas desafortunadas e endividadas, não perce-

bem as riquezas ambientais e culturais que possuem! Pobrezinhos! Têm razão, mas estão mal! Primeiro que parem de fazer filhos, e segundo, mudem de rota, aceitando colocar na balança internacional o patrimônio de recursos ambientais que dizem respeito ao equilíbrio global do planeta. O raciocínio é justo e injusto ao mesmo tempo. É justa a idéia de peso econômico dos recursos não-renováveis (mesmo se o seu valor é só em parte explicável economicamente, está em jogo algo mais complexo). É injusto o paternalismo ecológico para o qual acordamos agora. Arrepêndidos como estamos queríamos que nos deixassem mudar o mundo alheio a nosso prazer. O ecocentrismo europeu ou norte-americano pode não errar nas metas, mas certamente erra nos meios. E o fantasma de um ecoimperialismo existe, mesmo que na Itália, como em outros países, defenda-se somente uma lógica que admita substituir as “redes” dos interesses multinacionais pelas “redes” das organizações não-governamentais, ambientalistas (dos dois mundos) e indigenistas.

Talvez o próximo passo, escapar da pornoecologia italiana, seja mostrar que as imagens observadas por nós nas revistas escondem atores e dinâmicas das quais não podemos tão facilmente nos permitir tomar posse.

Franco La Cecla é autor do livro “Perdersi — l'uomo senza ambiente”, participante da Campagna Nord-Sud e consultor do World Wildlife Fund (WWF) em Roma.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA UM INSTRUMENTO DIPLOMÁTICO A SERVIÇO DA RETÓRICA NACIONALISTA

Márcio Santilli

O debate sobre a Amazônia foi reduzido a um falso esquema ideológico: soberania nacional versus internacionalização. Dentro deste contexto, o Pacto Amazônico se revelou o principal instrumento para se travestir o nacionalismo em regionalismo

Há quem compreenda a Amazônia como uma região cuja ocupação e exploração se constitui em um problema de soberania nacional. Para outros, tal é a escala das implicações que a região tem para a ecologia mundial que se justifica o seu tratamento como uma questão de interesse para toda a humanidade. Ninguém pode negar a legitimidade das populações locais e dos Estados nacionais com presença na Amazônia quanto à decisão sobre os seus destinos. Não se deve, tampouco, ignorar que a fragilidade crescente das condições ambientais planetárias torna cada vez mais interdependentes as ações dos povos e dos governos na sua preservação.

Atualmente, o debate sobre a Amazônia foi apropriado pela ideologia de Estado e reduzido a um falso esquema: soberania nacional versus internacionalização. Assim posto, esse debate obscurece o que de fato a Amazônia é: um subcontinente, habitado por uma pluralidade de povos e sobre o qual se exerce a soberania direta e concorrente de sete países independentes. Portanto, além da impressionante dimensão física da bacia amazônica (7 milhões km² além das áreas similares contíguas), o seu caráter continental está dado pela história da América La-

tina, que cravou nesse espaço físico mais de 10 mil km de fronteiras internacionais só entre o Brasil e os seus vizinhos. Lá sucederam-se conflitos e pendências diplomáticas e forjaram-se tratados que constituíram essa história política que é mais rica do que supõem os nacionalistas estreitos ou os que pensam a Amazônia a partir de outros continentes.

O instrumento diplomático mais importante dessa trajetória política é o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), ou simplesmente Pacto Amazônico, subscrito pela Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Brasil, além do Suriname, que, apesar de não controlar territórios dentro da bacia amazônica, tem características físicas e políticas que o aproximam dos demais países e justificam a sua inclusão no Tratado. Aliás, pelo critério da semelhança geográfica, pode-se considerar também a Guiana Francesa como parte da Amazônia. A circunstância política dela permanecer sob a administração colonial da França a excluiu do Tratado e neste se lê, no seu artigo 27, que não estará aberto a novas adesões.

O TCA se aplica aos territórios amazônicos e similares dos países signatários e faz referências a diversos níveis de cooperação entre eles: nave-

gação, meio ambiente, recursos naturais, pesquisa científica, saúde, transportes, comunicações, comércio fronteiriço, turismo, recursos etnológicos e arqueológicos etc.

A concretização do TCA deveu-se basicamente ao firme empenho da diplomacia brasileira. O fato do Brasil ocupar a maior parte da extensão da bacia e de ter fronteiras comuns com os demais países, exceto o Equador, o coloca em uma posição privilegiada. Porém, não foram poucos os obstáculos enfrentados pelo Itamarati para vencer as resistências dos governos vizinhos que atribuem, com razão, a motivações hegemônicas as iniciativas do Brasil na região. O Brasil teve que ceder em vários pontos e formulações iniciais, sobretudo as que se baseavam no conceito de integração territorial, tomado como sinônimo de expansionismo. O Tratado teve que resguardar os interesses nacionais: as suas decisões exigirão unanimidade de votos, e deverão respeitar as leis nacionais, os acordos bilaterais e o direito internacional.

O TCA surgiu em um período fértil para a diplomacia brasileira. Apesar do regime ditatorial, o governo Geisel inovou vários aspectos da política externa: reconheceu a independência de Angola, Moçambique e Guiné Bissau, definindo uma nova política para a África; aproximou-se da China; realizou o polêmico acordo nuclear com a Alemanha e aprofundou as relações com a Europa Ocidental e o Japão. Foi no contexto dessas inovações e esforços de universalização da diplomacia brasileira que o TCA foi planejado, negociado e concretizado.

No entanto, ele também se inspirou no hegemonismo militar que preconiza a Pan Amazônia, tendo o Estado brasileiro como pólo de gravitação. Um dos principais teóricos dessa geopolítica hegemônica foi o general Gol-

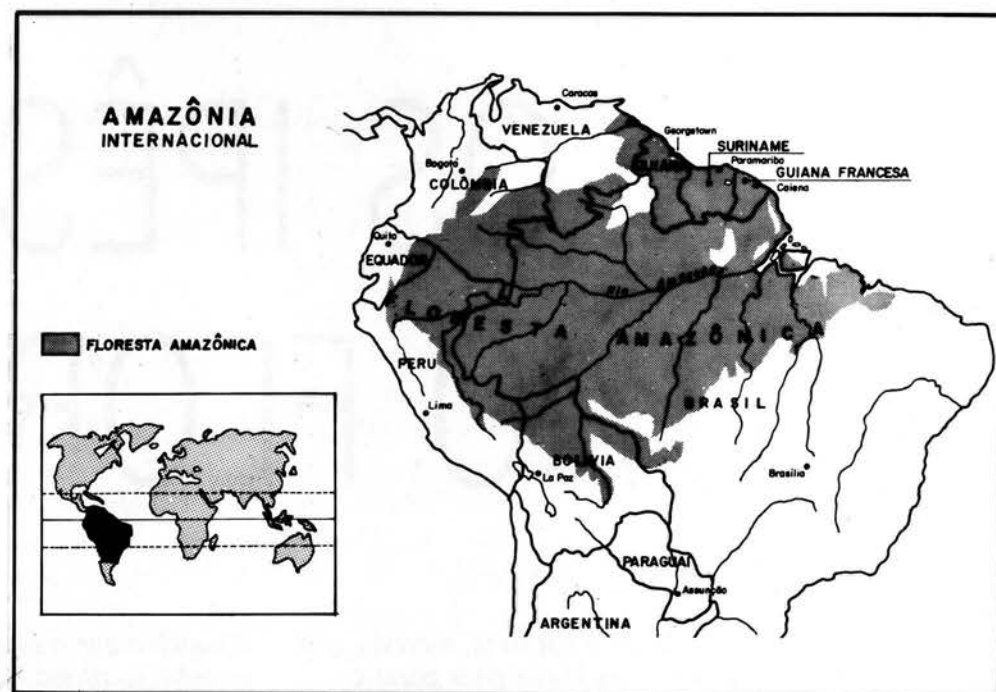
bery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Geisel. Essa dualidade, integração versus hegemonia, é a marca essencial do TCA.

Após sua assinatura a 3 de julho de 1978 (em vigor a partir de 1980), no final do governo Geisel, esse Tratado permaneceu engavetado durante os seis anos do governo Figueiredo. Aliás, nesse período não houve nenhum grande esforço inovador na diplomacia brasileira. Cresceu a bola de neve do endividamento externo, a inflação atingiu patamares mais elevados e a transição política seguiu a passos de tartaruga. Foi um período de marasmo total.

O TCA foi desenterrado em 1985, já no governo Sarney, em função das demandas colocadas pela formulação e execução do Projeto Calha Norte. Este projeto é o principal instrumento para o exercício da tutela militar sobre o poder civil ressurgente quanto às políticas de ocupação da Amazônia. Elaborado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (atual Saden), o Calha Norte foi objeto de detalhamento por um grupo interministerial que envolveu a participação do Itamarati. Nesse grupo, o Itamarati propôs a ressurreição do TCA e o desenvolvimento de uma estratégia para o exercício pelo Brasil da Secretaria Executiva do Tratado.

Havia (e há) no Calha Norte muitas implicações para a política externa brasileira, já que ele se propõe a promover a ocupação militar e econômica da faixa de fronteira ao norte do Brasil. Na sua formulação original, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, fazia referências às opções ideológicas dos governos da Guiana e do Suriname, levantava suspeitas sobre a conjuntura do Caribe, admitia a possibilidade da projeção do conflito Leste-Oeste sobre o norte da América do Sul e propunha o alinhamento dos outros países amazônicos ao Brasil. O Itamarati deve ter tido muito trabalho para explicar aos vizinhos os objetivos do Calha Norte.

O TCA deu origem a alguns acordos multilaterais cujo alcance e efetividade não podem ser ainda bem avaliados. Também não está clara a sua capacidade de auxiliar na solução de problemas e conflitos entre os seus signatários. Por exemplo, há várias disputas fronteiriças entre os nossos vizinhos, na Amazônia ou em áreas contíguas, das quais o caso mais grave é o da reivindicação pela Venezuela de dois terços do território guianense na região do rio Essequibo. Outras questões, co-



mo das migrações desordenadas, parecem estar fora do alcance do TCA, como é o caso da recente invasão da Venezuela por garimpeiros brasileiros procedentes de Roraima.

Mas foi a partir do ano passado que o TCA descobriu uma nova "vocalização" política. O aumento da violência e da destruição ambiental fez com que denúncias a respeito alcançassem grande repercussão no Exterior. As queimadas do segundo semestre, o assassinato de Chico Mendes e os protestos de lideranças indígenas, transformaram o Brasil em um dos principais alvos da mídia internacional. As críticas que antes vinham quase exclusivamente do movimento ambientalista foram incorporadas por governos e organismos multilaterais.

A reação brasileira deu-se através da denúncia da denúncia (sic), por uma retórica nacionalista fácil, pelo menos mais fácil do que a solução de problemas como a degradação ecológica e o absoluto desrespeito aos direitos humanos. O Itamarati tratou de acionar o TCA para amplificar a histeria nacionalista. Houve reuniões preliminares, um encontro dos chanceleres do Pacto na cidade de Quito, Equador, e, finalmente, uma reunião dos presidentes que teve lugar na cidade de Manaus, em maio de 1989. Resultou na aprovação de um manifesto reafirmando as soberanias nacionais sobre a Amazônia e, implicitamente, condicionando qualquer esforço maior de reversão do processo de degradação ambiental a uma solução para o endividamento externo dos países da região.

O governo brasileiro preferiu lançar mão de uma retórica nacionalista fácil a buscar soluções para os problemas ambientais e sociais

Foi uma hábil manobra político-diplomática, compatível com as fragilidades e necessidades conjunturais comuns aos signatários do TCA. Os governos do Primeiro Mundo arrefeceram suas críticas e soltaram alguns cobres para esvaziar a retórica plurinacionalista. Lamentavelmente, a devastação, os atentados e a sangria representada pela dívida externa seguem o seu curso sinistro.

Assim, no seu 12º ano de vida, o TCA se revelou o principal instrumento diplomático para se travestir o nacionalismo em regionalismo. De qualquer maneira, a sua vigência indica que dele poderão fazer uso os governos eventualmente sérios que venham a se instalar no Brasil e nos demais países amazônicos. Quando houver vontade política efetiva para pacificar, preservar e integrar a Amazônia, criando nela as bases de um novo tipo de civilização sustentável, o TCA também poderá servir de instrumento eficaz para uma política internacionalista transformadora.

Márcio Santilli é secretário-executivo do Núcleo de Direitos Indígenas e integrante do Conselho Editorial de *Tempo e Presença*.

OS IPÊS ESTÃO FLORIDOS

Thoureaux, que amava muito a natureza, escreveu que se um homem resolver viver nas matas para gozar o mistério da vida selvagem, será considerado pessoa estranha ou talvez louca. Se, ao contrário, se puser a cortar as árvores para transformá-las em dinheiro (muito embora vá deixando a desolação por onde passe), será tido como um homem trabalhador e responsável.

Lembro-me disto todas as manhãs, pois na minha caminhada para o trabalho passo por um ipê-rosa florido. A beleza é tão grande que fico ali parado, olhando sua copa contra o céu azul. E imagino que os outros, encerrados em suas pequenas bolhas metálicas rodantes, em busca de um destino, devem imaginar que não funciono bem.

Gosto dos ipês de forma especial. Questão de afinidade. Alegrem-se em fazer as coisas ao contrário. As outras árvores fazem o que é normal — abrem-se para o amor na primavera, quando o clima é ameno e o verão está para chegar, com seu calor e chuvas. O ipê faz amor justo quando o inverno chega, e a sua copa florida é uma despudorada e triunfante exaltação do cio.

Conheci os ipês na minha infância, lá em Minas, os pastos queimados pela geada, a poeira subindo das estradas secas e, no meio dos campos, os ipês solitários, colorindo o inverno de alegria. O tempo era diferente, moroso como as vacas que voltam em fim de tarde. As coisas andavam ao ritmo da própria vida, nos seus giros naturais. Mas agora, de repente, esta árvore de outros espaços irrompe no meio do asfalto, interrompe o tempo urbano de semáforos, buzinas e ultrapassagens, e eu tenho de parar ante esta aparição do outro mundo. Como aconteceu com Moisés, que pastoreava os rebanhos do sogro, e viu um arbusto pegando fogo, sem se consumir. Ao se aproximar para ver melhor ouviu uma voz que dizia: “Tira as sandálias dos teus pés, pois a terra em que pisas é santa”. Acho que não foi uma sarça ardente. Deve ter sido um ipê florido. De fato, algo arde, sem queimar, não na árvore, mas na alma.

E concluo que o escritor sagrado estava certo. Também eu acho sacrilégio chegar perto e pisar as milhares de folhas caídas, tão lindas, agonizantes, tendo já cumprido sua vocação de amor.

Mas sei que o espaço urbano pensa diferente. O que é milagre para alguns é cansaço para a vassoura de outros. Melhor o cimento limpo que a copa colorida. Lembro-me de um pé de ipê, indefeso, com sua casca cortada a toda volta. Meses depois, estava morto, seco. Mas não importa. O ritual de amor no inverno espalhará sementes pela terra e a vida triunfará sobre a morte, o verde arrebentará o asfalto. A despeito de toda a nossa loucura, os ipês continuam fiéis à sua vocação de beleza, e nos esperarão tranquilos. Ainda haverá de vir um tempo em que os homens e a natureza conviverão em harmonia.

Agora são os ipês-rosas. Depois virão os amarelos. Por fim, os brancos.

Cada um dizendo uma coisa diferente. Três partes de uma brincadeira musical, que certamente teria sido composta por Vivaldi ou Mozart, se tivessem vivido aqui.

Primeiro movimento, “Ipê-rosa”, andante tranquilo, como o coral de Bach que descreve as ovelhas pastando. Ouve-se o som rural do órgão.

Segundo movimento, “Ipê-amarelo”, rondo vivace, em que os metais, cores parecidas com as do ipê, fazem soar a exuberância da vida.

Terceiro movimento, “Ipê-branco”, moderato, em que os violoncelos falam de paz e esperança.

Penso que os ipês são uma metáfora do que poderíamos ser. Seria bom se pudéssemos nos abrir para o amor no inverno...

Corra o risco de ser considerado louco: vá visitar os ipês. E diga-lhes que eles tornam o seu mundo mais belo. Eles nem o ouvirão e não responderão. Estão muito ocupados com o tempo de amar, que é tão curto. Quem sabe acontecerá com você o que aconteceu com Moisés, e sentirá que ali resplandece a glória divina.

OS PRESIDENCIÁVEIS E A AMAZÔNIA

A revista *Tempo e Presença* encaminhou aos presidentiáveis Aureliano Chaves (PFL), Fernando Collor de Mello (PRN), Guilherme Afif Domingos (PL), Leonel Brizola (PDT), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (PSD) e Ulysses Guimarães (PMDB) a relação de perguntas abaixo:

1. Há discordância quanto aos índices da devastação florestal da Amazônia, mas governo, instituições de pesquisa e organismos multilaterais concordam que a devastação se acelera e que em tempo relativamente curto as consequências serão gravíssimas. O que o seu governo pretende fazer a respeito? O senhor aceita uma moratória da devastação florestal até que os ecossistemas regionais sejam melhor conhecidos e se encontrem técnicas auto-sustentadas para a sua exploração?

2. A ocupação da Amazônia nos moldes atuais vem atraindo grandes fluxos migratórios para a região. Colonos e garimpeiros vêm se instalando desordenadamente e criando toda a sorte de dificuldades para as populações tradicionais da Amazônia, como índios, seringueiros e ribeirinhos. O que o seu governo pretende fazer para assegurar os direitos dessas populações tradicionais que geralmente convivem de forma mais harmônica com os ecossistemas regionais?

3. Nas últimas décadas o governo federal vem planejando e implementando uma série de obras de infra-estrutura na Amazônia, como rodovias e hidrelétricas, sem maiores preocupações com as populações locais ou com o meio ambiente. De que maneira o seu governo pretende consultar essas populações e planejar o futuro ambiental da Amazônia?

4. Algumas das mais graves distorções econômicas da Amazônia estão na política mineral. As reservas minerais do Brasil estão sendo transferidas a baixos preços para os estoques do Primeiro Mundo, sem que o país se beneficie efetivamente de sua exploração. O que o seu governo pretende fazer, por exemplo, para deter o contrabando do ouro? O senhor defende uma política de reservas de minério que possa assegurar o seu usufruto também para as gerações futuras?

A maioria dos candidatos à presidência demonstra um total desconhecimento das questões sociais e ambientais relacionadas com a Amazônia. Quando confrontados com perguntas específicas, eles oferecem respostas vagas e evasivas. Limitam-se a repetir o óbvio: o desenvolvimento da Amazônia deve levar em consideração os aspectos ecológicos. Faltam propostas concretas para se atingir esse objetivo

Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Collor e Fernando Gabeira foram os únicos a nos devolver o questionário. Para completar o painel, a revista fez um levantamento de declarações dos presidentiáveis sobre a Amazônia, extraídas dos principais jornais do país.

Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, garante que não permitirá a execução de nenhum projeto econômico que não seja "compatível" com a "manutenção do equilíbrio ecológico". "O planejamento de um desenvolvimento não-predatório faz parte de nossas responsabilidades para com a humanidade e para com o nosso próprio futuro como nação soberana", afirma ele. Se eleito, o candidato do PRN criará uma secretaria, diretamente vinculada à presidência da República, para estabelecer normas e coordenar as ações federais, estaduais e municipais na área de meio ambiente.

"A preservação de formas econômicas menos lesivas aos ecossistemas exigirá tanto o controle da implantação de projetos privados como a institucionalização das reservas ambientais do poder público", declara Collor. Ele diz que fundações conservacionistas criadas no país poderiam manter os parques e reservas nacionais. Elas estariam autorizadas a receber recursos internacionais.

Collor defende a participação da comunidade científica da Amazônia na discussão de projetos econômicos.

Quando esteve em Paris no mês de junho, Collor disse ao primeiro-ministro francês Michael Rocard que proporia a criação de um imposto especial sobre os países poluidores. A idéia de Collor é de que os países que poluem mais a atmos-

fera paguem mais imposto. Este imposto especial seria calculado na base de cem dólares por tonelada anual de emissão poluente. A ONU seria responsável pela apuração da taxa de poluição de cada país, e o dinheiro seria utilizado em programas de recuperação ambiental.

Segundo matéria publicada no *Correio Braziliense* no dia 28 de julho de 1989, Collor disse a empresários reunidos na Confederação Nacional da Indústria que "os índios são geneticamente diferentes dos brancos". Indignados com a declaração, os líderes indígenas Juruena, Marcos Terena e Aritana foram ao seu comitê no dia seguinte para cobrar uma explicação. Collor não os recebeu. Seus assessores garantiram aos caciques que ele não fez tal afirmação.

Collor está para anunciar o programa "Agro-Collor".

Roberto Freire, candidato do PCB, diz que a Amazônia não é um "santuário" e, por isso, deve servir de "instrumento" do desenvolvimento. Ele diz que pretende aproveitar "racionalmente" os recursos que estão disponíveis na região, "sempre respeitando a ecologia". Freire diz ser contra a construção de "outras Balbinas" (hidrelétrica de Balbina), mas defende o "aproveitamento hídrico" da região.

Ele afirma que a comunidade internacional pode apresentar sugestões, mas não pressionar ou tentar converter a dívida externa. Garante que reavaliará toda a política de incentivos fiscais e os projetos de grande impacto. Promete, ainda, criar um corpo de fiscais do meio ambiente para combater os crimes contra a ecologia nas áreas urbana e rural.

Se eleito, Freire pretende reservar às Forças Armadas a função de ocupar a Amazônia. "Como um estamento do aparelho de Estado, as Forças Armadas brasileiras não podem continuar como guarda pretoriana do capital, mas sim garantir a nossa soberania, ocupando as fronteiras do país e participando de um programa de ocupação da Amazônia", diz ele.

Ele pretende também retirar as missões religiosas das áreas indígenas. Freire diz que a política indigenista de seu governo será de responsabilidade de um novo órgão estatal, "sem os vícios da Fundação Nacional do Índio (Funai)" e com "maior controle da sociedade". Ele acusa o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à CNBB, de interferir na política indigenista do governo. "Entidades representativas da sociedade civil poderão fazer suas propostas, mas não se responsabilizar pela defesa dos índios", afirma.

Ulysses Guimarães, do PMDB, considera o ritmo atual de devastação da floresta amazônica "inaceitável". Ele defen-

precisamos é criar oportunidades de emprego e de ocupação produtiva para milhões de brasileiros em várias regiões do país, especialmente no Nordeste e em outras regiões pobres que funcionam como origem desses fluxos de migração", diz.

Ulysses garante que em seu governo nenhuma obra de porte será realizada sem um estudo profundo do impacto ambiental. Diz ainda que a consulta aos governos locais e às comunidades será sempre o "ponto de partida" para a avaliação de quaisquer projetos federais.

Lula, do PT, acha que o governo brasileiro deveria proibir imediatamente os incêndios e desmatamentos na Amazônia, até que seja realizada uma pesquisa científica das riquezas existentes na região. "A nossa posição (do PT) é de defesa intransigente da floresta, mas sem desprezar uma política de desenvolvimento da Amazônia que seja compatível com a conservação do ambiente", diz ele. "E isto passa por uma política de reforma agrária, pela criação de pequenas propriedades, pela concessão de vastas reservas ex-

inimigo da ecologia é a miséria. É a miséria que está destruindo a floresta amazônica cada vez mais", diz ele. "As pessoas que vivem lá (na Amazônia), por não terem condição mínima de sobrevivência naquilo que praticam, que é o cultivo de suas terras, são obrigadas a vender madeira e a se dedicar ao garimpo, sem o menor controle, usando mercúrio e fazendo escavações próximas aos barrancos dos rios", acrescenta.

Caiado diz assumir o compromisso de criar em seu governo condições para que os favellados dos grandes centros possam ter uma "vida digna" na Amazônia. Ele promete criar a infra-estrutura necessária para que a Amazônia alcance os mesmos índices de desenvolvimento dos Estados do sul do Brasil.

Para o líder ruralista, os países desenvolvidos estão tramando uma "conspiração internacional" contra o Brasil, a pretexto da defesa da ecologia. "Os falsos defensores da ecologia, com apoio do capital transnacional, querem criar uma onda mundial para não deixar que a Amazônia se desenvolva", acusa ele. "Os 4,5 milhões de hectares de terras



de a paralisação de todos os projetos, sistemas de incentivo para projetos de exploração da floresta ou de exploração mineral e agrícola que utilizem "técnicas predatórias".

"Será fundamental redesenhar todas as diretrizes de desenvolvimento nessa região para assegurar a preservação de ecossistemas de maneira equilibrada", diz ele. Para o candidato do PMDB, a instalação desordenada de colonos e garimpeiros na Amazônia é demonstração do "estágio selvagem" de desenvolvimento do país.

"A Amazônia não pode continuar sendo o repositório de tensões sociais não resolvidas em outras regiões do país", diz. Para Ulysses, será "impossível" enfrentar o fluxo migratório para a região amazônica sem uma política de reforma agrária. Essa permitiria a abertura de "frentes" de assentamento de parcelas da população em regiões apropriadas para a agricultura, segundo ele. Ulysses acrescenta que os problemas da região não poderão ser resolvidos "isoladamente ou através de uma abordagem policial e repressora". "Ao contrário, o que

tratativistas aos seringueiros, onde eles possam recolher os produtos naturais, e pela demarcação das terras indígenas", acrescenta.

Lula acha também que é preciso evitar o recurso às grandes centrais hidrelétricas. Ele é contra a construção da usina hidrelétrica de Cararaô, Xingu, que inundará as terras dos índios Kaiapó, no sul do Pará. O programa do PT defende a busca de fontes alternativas de energia (bagaço de cana, energia solar, resíduos agrícolas e urbanos, gás natural).

Se eleito, Lula pretende aproveitar o interesse dos países desenvolvidos pela Amazônia para negociar a dívida externa de forma mais favorável ao Brasil. Para ele, a dívida é maior ameaça à soberania nacional.

Ronaldo Caiado, candidato do PSD, defende o desmatamento da Amazônia. Segundo ele, há provas científicas de que mais da metade da floresta amazônica pode ser desmatada sem prejuízos para o meio ambiente. Caiado afirma que as matas naturais devem ser substituídas por plantações de alimentos. "O maior

da Amazônia Legal não podem ser tidos como horto florestal da Europa e dos Estados Unidos", acrescenta.

Caiado defende ainda a extensão da rodovia BR-364, para que os produtos brasileiros (sobretudo minerais) "tenham acesso ao Oceano Pacífico" e "possam chegar ao Ocidente com preços competitivos".

Brizola, do PDT, defende a criação de um "Bloco Parlamentar Amazônico", formado por deputados e senadores da região. Esses parlamentares encaminhariam projetos de exploração das riquezas e ocupação da Amazônia.

Ele faz duras críticas ao governo Sarney. Acusa-o de só tratar agora da questão amazônica. "O IBDF definhou, o Conselho Nacional do Meio Ambiente nunca teve prestígio, a Sudepe e a Sema eram uma piada", afirma o candidato.

Luís Salomão, ex-secretário de Obras e Meio Ambiente de seu governo, diz que Brizola dará especial atenção aos recursos hídricos. Ele afirma também que Brizola investirá em ações preventivas. "Qualquer novo empreendimento terá

preocupação ecológica no governo Brizola", declara Salomão.

Darcy Ribeiro, antropólogo e vice-presidente nacional do PDT, garante que a defesa da natureza brasileira e das populações indígenas são preocupações de seu partido. Para ele, o que está realmente destruindo a Amazônia é o sistema capitalista. "Não aceitamos a interferência externa, mesmo que seja pela defesa da floresta. Que autoridade têm os países que acumulam armas nucleares, químicas e bacteriológicas?", diz Darcy.

"Nós precisamos do apoio da opinião pública mundial para defender a floresta e os índios, mas sabendo que esta é uma coisa nossa", acrescenta.

Mário Covas, candidato do PSDB, considera a devastação da Amazônia "um crime contra a vida em todas as suas manifestações". Ele defende a adoção de um zoneamento agroecológico para que sejam estabelecidas áreas "intocáveis" dentro da Amazônia Legal. "Os recursos necessários devem ser destinados para se fazer uma 'muralha' em volta

para a região, na medida em que se tornaria um foco permanente de atenção.

Segundo Covas, os tucanos querem que a região amazônica seja "integrada" às demais regiões brasileiras e aos países vizinhos, a partir do "mais estrito respeito aos direitos das comunidades indígenas que lá vivem" e da "preservação do meio ambiente". Ele acredita que os rios da Amazônia devam ser os "eixos" sobre os quais qualquer processo social e econômico se desenvolva. "O solo deve ser utilizado em interação com a água, o transporte predominante deve ser o fluvial e as cidades deverão se formar a partir dos portos fluviais", acrescenta.

Afonso Camargo, do PTB, diz que é necessário "conciliar a questão da soberania nacional com os problemas da economia e da ecologia". Ele condena a "pressão" dos países desenvolvidos sobre o Brasil. Para Camargo, esses países têm que "respeitar" as posições do Brasil.

Camargo defende a utilização da Amazônia como centro de produção agrícola. "A Amazônia dispõe de terras agri-

zação e a criação de condições que permitam a utilização dessas tecnologias modernas farão coexistir a atividade produtiva e a preservação ambiental", afirma.

Maluf defende a extensão da BR-364. Para ele, a rodovia é "de interesse nacional e promoverá a abertura do Pacífico, Japão e Costa Oeste americana à produção amazônica e brasileira".

"O impacto ambiental de rodovia em uma mata densa é praticamente nulo, atendidas as condições de controle da colonização nas suas margens, o que é perfeitamente possível mediante uma administração competente", diz Maluf. Se eleito, Maluf promete criar um "ministério amazônico". Segundo ele, os órgãos de "apoio à Amazônia" seriam "agrupados", e adquiririam "estrutura de ministério".

Afif Domingos, do PL, defende a criação da "Fundação Cândido Mariano Rondon". Ela seria um órgão de caráter científico, formado pelo governo, cientistas, empresários e membros das comunidades. Teria a função de conduzir estudos e pesquisas sobre a Amazônia.



do berço esplêndido de vida que lá se localiza", diz Covas.

Covas é também a favor do "congelamento" da Amazônia, isto é, de sua preservação até que existam informações científicas mais completas sobre os ecossistemas da região. "Se tiver que decidir sobre ações na região amazônica sem que haja certeza de seus impactos imediatos, mediatos e de longo prazo, prefiro congelá-la até que o desenvolvimento científico permita reconhecer as consequências das ações que produzam na região", afirma. Ele defende o reconhecimento da vocação mineral da região, em termos potenciais. "O subsolo da Amazônia guarda riquezas minerais inestimáveis e que, no futuro, terão importância estratégica fundamental", completa.

Covas é autor da idéia de criação de uma "Universidade da Amazônia". Segundo ele, esta seria um centro de pesquisadores e estudiosos de entidades já existentes no Brasil e no exterior, que reunidos em sistema de *brain trust*, estudariam as especificidades do ecossistema da Amazônia. Covas acredita que a universidade ofereceria maior proteção e vigilância

culturáveis em quantidade suficiente para duplicar a área plantada do país", diz ele. "As várzeas dos rios amazônicos oferecem grande potencial agrícola e seu aproveitamento pode ser feito com respeito à ecologia". Ele diz ainda que pretende "fortalecer a presença de antropólogos e indigenistas brasileiros junto às comunidades (indígenas)", pois "a preservação passa pela nossa presença junto às mesmas". Afirma ainda ser favorável à extensão da rodovia BR-364.

Aureliano Chaves, do PFL, defende a "permanente vigilância das riquezas legadas pela natureza". "Considero lesivo aos interesses nacionais o rápido desmatamento praticado por pessoas que, por ignorância pura ou má fé, violentam o meio ambiente", afirma.

Paulo Maluf, do PDS, diz que é possível desenvolver a Amazônia sem qualquer impacto ambiental. "Existem tecnologias modernas para a exploração com controle da poluição ambiental, sem prejuízo da atividade produtiva, especialmente nos aluviões. Uma melhor fiscali-

"A Fundação será o grande órgão de diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade, bem como na esfera internacional. O trato dessas questões (amazônicas) levará à criação do Pacto Ecológico, que tem como princípio a seguinte máxima: 'Quem polui paga a recuperação ambiental'", diz ele.

Para Fernando Gabeira, do PV, as reservas extrativistas constituem uma forma de aproveitamento auto-sustentado da Amazônia. Ele condena a impunidade dos crimes cometidos na região amazônica, e promete "combater os desmatadores e matadores sem tréguas".

Gabeira defende a utilização de fontes alternativas de energia e a celebração de um acordo internacional através do qual o Brasil obtenha, em troca da preservação da Amazônia, a redução de sua dívida externa e o aumento dos preços de seus produtos. Para ele, a preservação da Amazônia é uma "preocupação planetária".

Juliana Ferraz da Rocha, da redação.

A DÉCADA DA DESTRUIÇÃO

O diretor inglês Adrian Cowell e sua equipe passaram, até agora, nove anos filmando as várias formas de destruição da Amazônia. Eles contaram suas experiências para Tempo e Presença

Juliana Ferraz da Rocha

Quando o diretor inglês Adrian Cowell, da Central Independent Television de Londres, veio ao Brasil, em 1980, ele imaginava passar seis meses filmando os primeiros contatos da "civilização" com uma das últimas tribos "arredias" do mundo, no centro-oeste de Rondônia. Cowell havia sido avisado pelo fotógrafo e indigenista Jesco Puttkamer de que a tribo dos Uru Eu Wau Wau seria contactada pela Funai. Até então, ninguém havia documentado os primeiros contatos índio-branco sem interferir no processo.

Portanto, a idéia de "seguir a trilha" dos Uru Eu Wau Wau era suficientemente atraente. Mas acabou indo muito além. O processo de contactação da tribo se arrastou por muito mais tempo do que o esperado. Durante dois anos, os Uru Eu Wau Wau foram abertamente hostis à idéia de qualquer aproximação.

Só que durante estes dois anos, a equipe de filmagens, liderada por Cowell, Vicente Rios (cinegráfista) e Vanderley de Castro (operador de som), da Universidade Católica de Goiás, começou a pres-

tar atenção no que estava acontecendo à sua volta. As imagens da maciça destruição das matas, rios e povos amazônicos sucediam-se, uma após outra, diante de seus olhos. Não era difícil prever que aquela seria a "década" da destruição da Amazônia. E era preciso documentar este "holocausto", trazê-lo ao conhecimento de todos.

Diante disso, Adrian e sua equipe decidiram prolongar o seu tempo de estadia na Amazônia. O material que eles haviam coletado até então foi suficiente para convencer a Central a prolongar as filmagens. Havia uma infinidade de coisas acontecendo neste pedaço do mundo. Chegavam em Rondônia, por ano, 180 mil colonos. Eles vinham em busca de lotes de terra do projeto de colonização do Incra. Na esperança de se tornar independentes proprietários de terras, os colonos abandonavam as suas regiões de origem. Uma vez assentados, eles começavam imediatamente a queimar as matas e plantar alimentos. Para a tribo dos Uru Eu Wau Wau, a devastação de suas matas significava a própria morte. A equipe de filmagens teste-

munhava os intensos conflitos entre os índios e colonos. Convivia com personagens vivos do drama como os colonos Renato Ferreira e Chico Prestes. Chico seguia atentamente os avanços da expedição. Ele tinha esperanças de encontrar seu filho Fábio, de 7 anos, raptado pelos Uru Eu Wau Wau em 1980. A equipe testemunhava de perto a abertura de uma estrada (BR-364) dentro do território indígena e a transformação da floresta amazônica em pastagem. Assistia a decepção dos colonos ao descobrirem que suas terras eram totalmente inférteis. Acompanhava a luta de Chico Mendes, até então um desconhecido líder dos seringueiros, pela preservação da floresta e criação de reservas extrativistas. Testemunhava as dramáticas condições de vida dos garimpeiros da serra dos Carajás, que se submetiam aos riscos da malária e dos frequentes desmoronamentos dos barrancos dos garimpos.

Estas experiências resultaram nos quatro primeiros filmes da série *A década da destruição*: "Na trilha dos Uru Eu Wau Wau", "O caminho do fogo", "Nas cinzas da floresta" e "As tempestades da Amazônia". A enorme repercussão que eles tiveram no exterior — foram exibidos em dezesseis países da Europa, Japão e Canadá e ganharam o prêmio "One World Broadcasting Premier Awards 1984" — trouxe novo fôlego para a equipe.

Depois de presenciar tanta desgraça humana, e convencidos de que a Amazônia havia se transformado no maior "depósito de lixo humano" do mundo, Cowell e Vanderley decidiram não se limitar a observar e documentar o que estava acontecendo. "Era difícil filmar a 'desgraça' e não fazer nada", diz Vanderley. Adotaram então um "estilo participativo". Exibiram seus filmes no Congresso dos Estados Unidos, na tentativa de convencer os parlamentares norte-americanos a bloquear os financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento aos projetos econômicos na Amazônia. Conseguiram convencê-los de que as autoridades brasileiras não estavam respeitando as cláusulas contratuais que previam o respeito aos ecossistemas naturais. Formaram alianças com outros setores da sociedade civil, envolvidos na luta pela preservação da Amazônia e pelo respeito aos seus povos. E passaram a sofrer pressões diretas do governo brasileiro.

No Brasil, os filmes só foram exibidos pela primeira vez em 89, pela TV Cultura. Até o final de 1990, mais cinco filmes serão lançados. Eles serão uma "síntese" da década.

Vicente Rios registrando em 16 mm os primeiros contatos com os Uru Eu Wau Wau



Adrian Cowell

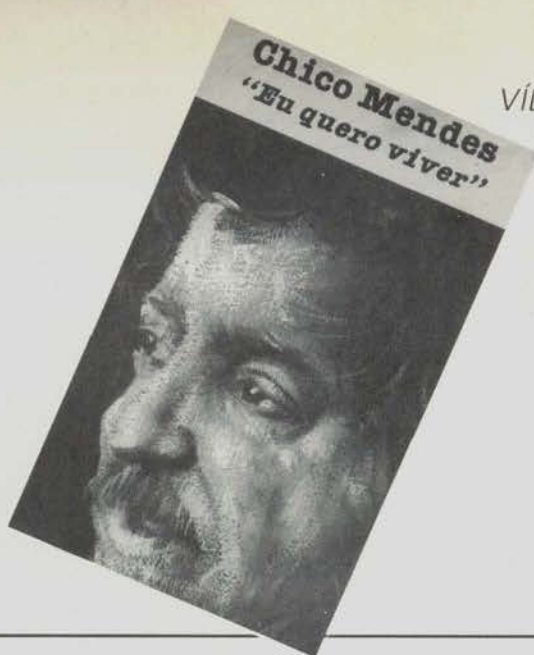
HOLOCAUSTO NA AMAZÔNIA

A DÉCADA DA DESTRUIÇÃO

Convênio Universidade Católica de Goiás — Central Independent

Television/Londres

Direção: Adrian Cowell



Financiando o desastre, partes 1, 2 e 3 — Parte 1

O filme conta a trajetória de Renato Ferreira, colono paranaense que deixa seu Estado de origem em busca de um lote de terra em Rondônia em um projeto de colonização agrícola do Incra. As esperanças de Renato, e de todos os 180 mil colonos que chegam em Rondônia por ano, dependem de um ato que significa um holocausto para a floresta amazônica e para a tribo dos Uru Eu Wau Wau — a queimada de árvores para a plantação de gêneros agrícolas.

Parte 2

Renato descobre que seu pedaço de terra é completamente infértil. Como 80% dos colonos assentados em Rondônia pelo Incra, Renato abandona a terra em que esperava viver para sempre.

Parte 3

Este último segmento mostra a articulação dos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, contra o desmatamento estimulado pela pavimentação da rodovia BR-364 de Rondônia até o Acre.

Chico Mendes: eu quero viver —

O filme conta a história da vida de Chico Mendes, líder dos seringueiros do Acre assassinado em dezembro passado. Chico tornou-se internacionalmente conhecido pela sua luta em favor da preservação da floresta amazônica, através da implantação de reservas extrativistas e da reforma agrária.

Na trilha dos Uru Eu Wau Wau (55 min.) — O filme mostra os primeiros contatos da Fundação Nacio-

nal do Índio (Funai) com uma das últimas tribos indígenas arredias do mundo, a dos Uru Eu Wau Wau. As tentativas de contato arrastam-se por cerca de dois anos. De início, os índios recusam-se a aceitar os presentes que lhes são oferecidos, e repudiam qualquer tipo de aproximação. Paralelamente, desenrolam-se intensos conflitos entre os índios e os colonos que se instalaram em seus territórios em Rondônia.

O caminho do fogo (55 min.) —

Depois de dois anos, os índios Uru Eu Wau Wau fazem as primeiras visitas ao acampamento da expedição da Funai. Inicialmente, limitam-se a aceitar os presentes e desaparecer por longos períodos de tempo. Mais tarde, as visitas tornam-se mais frequentes.

O filme mostra a chegada em Rondônia de milhares de colonos do Sul. Estes colonos entram em conflito direto com os povos da floresta, sobretudo índios e seringueiros.

Nas cinzas da floresta (55 min.)

— Neste filme, o ecologista José Lutzenberger faz uma alarmante previsão: se as taxas exponenciais de desmatamento das matas de Rondônia continuarem, toda a área do Estado estará desmatada em 1990. Lutzenberger defende o uso de formas auto-sustentadas de exploração da floresta. Ele mostra como os seringueiros e castanheiros desenvolvem suas atividades sem alterar o equilíbrio dos ecossistemas naturais. "Cada seringueiro tem suas trilhas e território, mas, como os índios, não tem a concepção de propriedade da terra", diz ele.

As tempestades da Amazônia (25 min.) —

Neste filme, o cientista Enéas Salati mostra como o desmatamento alteraria o clima de toda a região amazônica. Segundo Salati, as árvores "empurram" a umidade para a atmosfera. Através da transpiração, a floresta regenera 50% de sua própria precipitação. Com a derrubada da floresta, as águas da chuva escoam, acarretando a redução da transpiração e precipitação das árvores.

Montanhas de ouro (50 min.) —

O filme mostra a corrida dos garimpeiros em busca do ouro da serra dos Carajás na Amazônia. Os garimpeiros alimentam o sonho de tornarem-se milionários da noite para o dia. Expõem-se aos riscos da malária e dos constantes desmoronamentos dos barrancos do garimpo na perseguição deste sonho. Submetem-se às mais degradantes condições de vida. Na grande maioria dos casos, não realizam seus sonhos. A desilusão e o desespero acabam tomando conta.

Muitos garimpeiros trabalham ilegalmente. Eles não aceitam o fato de que a companhia estatal Vale do Rio Doce detenha o monopólio de exploração das jazidas de Carajás. "O garimpo da serra dos Carajás foi descoberto por um garimpeiro", diz um de seus líderes. Eles são muitas vezes presos e têm seu ouro confiscado.

(JFR)

Nota

Os documentários acima estão sendo comercializados pela Verbo Filmes, rua Verbo Divino, 993, CEP 04719, São Paulo, SP, telefone: (011) 548-5744.

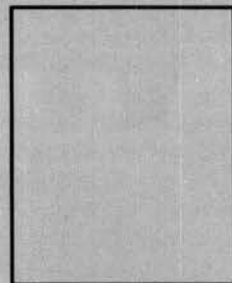


AMAZÔNIA DOCUMENTOS

Este suplemento reúne um conjunto diverso de documentos recentes (1988/89) contendo diagnósticos, teses e propostas para a Amazônia brasileira. Cientistas, líderes sindicais e de associações de classe, índios, seringueiros e empresários promoveram, nos últimos dois anos, vários seminários e encontros, ao final dos quais produziram e divulgaram documentos assinados que registram visões desse “tempo dos primeiros encontros” (ver comentário a respeito no artigo do antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, neste número de Tempo e Presença).

A revista Tempo e Presença tomou a decisão editorial de reunir e publicar na íntegra esses documentos como contribuição ao debate que ora se trava no Brasil e no mundo sobre a Amazônia.

CARTA DA AMAZÔNIA



O 1º Ciclo de Debates sobre Hidrelétricas na Amazônia, realizado em Belém no período de 29 de agosto a 1º de setembro de 1988, com a participação de instituições públicas, entidades não-governamentais, associações, sindicatos, federações de trabalhadores, representantes de comunidades indígenas e camponesas, cientistas, empresas de consultoria e interessados, após debates e reflexões conjuntos sobre a política e a ação do setor energético para a Amazônia, vem divulgar as seguintes considerações, propostas e moções.

Considerando:

1. A necessidade de acompanhamento, discussão e participação no processo decisório de construção de grandes hidrelétricas, em face da gravidade das consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais a curto e a longo prazo, da implantação desses empreendimentos na Amazônia;

2. As críticas ao modelo político e tecnológico vigente de geração de hidroeletricidade e a contribuição de especialistas sobre as possibilidades de fontes de energia alternativa;

3. Os inúmeros prejuízos sociais e ambientais que os empreendimentos hidrelétricos já causaram às populações amazônicas e ao patrimônio cultural e econômico, a exemplo dos casos da UHE de Tucuruí (PA) e da UHE de Balbina (AM) amplamente debatidos e avaliados pela comunidade científica, grupos indígenas e camponeses presentes neste evento;

4. O controle e o monopólio das informações que marcaram a postura da Eletronorte e empresas consultoras ao longo desses anos, privando do acesso às informações cientistas, jornalistas e entidades não-governamentais, o que prejudicou sensivelmente uma discussão mais ampla com base em informações consistentes e atualizadas;

5. Que atualmente os estudos de impactos ambientais e sócio-econômicos, previstos na legislação brasileira vigente, têm sido realizados por empresas privadas e/ou institutos de pesquisa que paradoxalmente dependem de recursos financeiros do próprio órgão responsável pelo empreendimento hidrelétrico, comprometendo seriamente a idoneidade dos resultados divulgados, a exemplo das recorrentes justificativas de minimização dos impactos;

Propõe-se:

1. A transferência imediata da sede da Eletronorte para Belém;

2. Instituir um fórum permanente de debates sob coordenação das instituições amazônicas com a participação ampla da sociedade civil. A esse fórum deve ser assegurado o irrestrito acesso às informações sobre o programa hidrelétrico, exigindo-se das autoridades competentes que as recomendações finais sejam consideradas, doravante, nas tomadas de decisões;

3. Que todas as etapas de implantação de empreendimentos hidrelétricos estejam a cargo de agências estatais com poder acima das concessionárias;

4. Que seja feita uma ampla revisão do Plano 2010 e do modelo institucional de implementação e gestão de política energética para a Amazônia, visando adequá-las às novas normas constitucionais relativas ao meio ambiente e aos povos indígenas;

5. Que os estudos básicos fundamentais à identificação dos impactos nas áreas de influência dos empreendimentos hidrelétricos sejam realizados por instituições e equipes de qualificação reconhecida pela

comunidade científica e independentes financeiramente das empresas envolvidas direta e indiretamente no planejamento, construção e gestão desses empreendimentos;

6. Exigir, do Estado, o cumprimento das ações de assistência de educação, saúde, habitação, transporte etc. das áreas afetadas pelos grandes projetos;

7. O fortalecimento e aparelhamento dos órgãos responsáveis pelo gerenciamento da política ambiental na Amazônia, visando atuação autônoma;

8. Criar e consolidar grupos das instituições de pesquisa da região capazes de proceder os estudos de impacto ambiental;

9. Que os recursos financeiros destinados aos estudos de impactos ambientais e sócio-econômicos não mais sejam gerenciados pelas empresas responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos e sim que recursos com essa finalidade sejam geridos por agências oficiais de fomento à pesquisa;

10. A proibição de propagandas, nos veículos de comunicação, de projetos que não tenham obtido a aprovação de seus respectivos Rimas (Relatórios de Impacto Ambiental);

11. A realização de audiências públicas para a apreciação dos Rimas;

12. A criação da Curadoria do Meio Ambiente e do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará, cuja composição e regimento devem ser discutidos democraticamente com as entidades da sociedade civil;

13. Acesso das entidades interessadas aos Rimas que forem encaminhados às Secretarias de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente dos Estados;

14. Que a empresa construtora seja responsabilizada por todo e qualquer prejuízo causado pelos projetos e cumpra os compromissos assumidos com as populações atingidas;

15. Que a sociedade porte irrestrito apoio à reivindicação que está sendo feita pela Comunidade Gavião junto à Eletronorte, pela indenização de suas terras inundadas pelo lago de Tucuruí;

16. Que seja franqueado o livre acesso e trânsito dos lavradores habitantes do rio Uatumã (Amazonas), atualmente impedidos pelos "portões" da Eletronorte;

17. Prestação de contas à sociedade, pela Eletronorte, do dinheiro público aplicado em suas obras;

18. Refutar a participação dos bancos e entidades financiadoras de grandes projetos no processo decisório da política de desenvolvimento social brasileiro, em face de sabidas e nefastas intervenções anteriores;

19. Que sejam suspensos os projetos hidrelétricos para a região do Xingu, de modo a preservar um dos últimos refúgios históricos imemoriais das populações indígenas do Brasil e do mundo;

20. Repúdio ao enquadramento pela Justiça Federal do cientista Darrell Posey e dos índios Kaiapó Paulinho Payakan e Kube-I, por terem denunciado as ações perversas às comunidades indígenas e ao meio ambiente, previstas com a futura construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu;

21. Apoio irrestrito a todas as lutas das comunidades ribeirinhas e indígenas ameaçadas pela construção de projetos hidrelétricos.

Essas proposições e moções aprovadas na Plenária deste evento contam com o apoio irrestrito das entidades e instituições abaixo signatárias:

Associação de Pesquisadores em Agricultura do Estado do Pará (Aspa-gri); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea); Comissão Pró-Índio de São Paulo; Movimento dos Atingidos por Barragens do Rio Grande do Sul; Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (Marewa); Conselho Indigenista Missionário (Cimi/Norte 1); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Figueiredo/AM; Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas (PT/AM); Ibase; Equipe Indigenista da Prelazia de Itacoatiara; Grupo Espeleológico Paraense; Sociedade de Amigos da Amazônia de Porto Alegre; Comissão Pastoral da Terra (CPT/Norte 1); Comissão Pastoral da Terra (CPT/Norte 2); Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH); Irmãzinhas de Jesus — Altamira/PA; Nação Kaiapó; Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME); Secretaria Regional da SBPC/MT; Associação dos

Geógrafos Brasileiros — Seção Manaus; Nação Gavião; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Móz; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião; Comunidade de Base do Município de Jacundá; Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepas); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia; Sindicato dos Médicos do Estado do Pará; Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará; Federação Nacional dos Sociólogos; Associação dos Professores da Sociedade Civil do Colégio Moderno; Diretório Acadêmico da Unespa — Campus II; Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos — Regional Norte; Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (Sopren); Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará; Divisão de Ecologia da Sespa; UFPA/Cema; Movimento Verde Vivo (MVV) □

UMA TRÉGUA ECOLÓGICA PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia arde: aí se trava uma guerra contra a ecologia e os povos da floresta. Todo o mundo se sensibilizou e créditos internacionais foram suspensos. O governo finalmente anuncia o pacote "Nossa Natureza", tardio, tímido e insuficiente, sem a participação da sociedade. Mas talvez seja o primeiro passo. A defesa da Amazônia depende da mobilização de todos e de cada um. Nós, abaixo-assinados, consideramos que só com a execução das medidas do programa "Trégua ecológica para a Amazônia" este patrimônio fundamental para a vida do planeta será salvo da destruição irresponsável.

Cessar fogo — Suspensão pelo período mínimo de três anos de todos os incentivos e dos empreendimentos minerais, siderúrgicos, viários e hidrelétricos que impliquem em desmatamento em grande escala, mudanças irreversíveis do ecossistema ou prejuízos significativos às populações locais e aos povos indígenas.

Um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia — Revisão global do modelo de desenvolvimento adotado para a região e reorientação dos investimentos para atividades ecológicas e socialmente sustentadas no extrativismo, pesca, turismo, indústrias não-poluíntes e mineração não-predatória.

Definir uma política científica e tecnológica de preservação do meio ambiente com participação de órgãos como universidades, CNPq, Finep, SBPC, com linhas explícitas voltadas para a tecnologia tropical.

Criação das reservas extrativistas — Demarcar e preservar grandes áreas de desenvolvimento de atividades extrativas não-predatórias, sob controle das populações locais, seringueiros, castanheiros, pescadores, através da concessão de uso da terra por período não inferior a trinta anos.

Revisão de toda a política de colonização — Considerando o fracasso econômico, ecológico e social da colonização na



Amazônia, feita como válvula de escape das tensões de todo o país, geradas em grande parte pela não realização da reforma agrária, propomos: zoneamento para um desenvolvimento ecológico e auto-sustentável na Amazônia, baseado em programa de ordenação do território. A rede rodoviária não pode ser a trilha de devastação. Deve ser o canal de uma ligação, de uma rede urbana, provida de saúde, educação e transportes para o desenvolvimento regional equilibrado.

Uma política madeireira para a região — A proibição da exploração de madeiras em tora, conforme consta do pacote "Nossa Natureza", refere-se a uma lei que já fez parte do Código Florestal.

Propomos: política de reflorestamento das áreas degradadas para atividade madeireira. Proibição do uso do "correntão" na Amazônia. Fiscalização efetiva de todas as serrarias e fechamento das serrarias clandestinas. Estimular a exportação de artefatos de madeira, criando empregos na região.

Nova política mineral — Proibição do uso do mercúrio nos garimpos da região efetivando a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente de janeiro de 1988, que o Ministro do Interior se recusou a assinar.

Substituição do mercúrio pelo carvão ativado no processo de apuração.

Obrigar os mineradores a seguirem a nova Constituição, evitando a poluição dos rios e reconstituindo os solos e revestimento vegetal após a exploração das lavras.

Nova política energética — Revisão dos grandes projetos hidrelétricos. Participação das populações atingidas nas discussões públicas dos impactos sociais e ecológicos destes projetos. Considerar o valor econômico da fauna na avaliação dos custos das obras. Financiamento de alternativas de geração de energia não-poluíntes como mini-usinas, termoeletricas a gás ou a babaçu e outras.

Suspensão do Complexo Babakuara-Cararaô no Xingu, preservando as sete nações indígenas que ali habitam. Repúdio ao indi-



ciamento dos índios Payakan e Kube-I por terem alertado ao mundo do etnocídio embutido neste projeto.

Ferro-gusa — Foram aprovados 28 projetos de usinas siderúrgicas no programa Grande Carajás, dos quais quatro implantados e três em construção. Todos estão sendo abastecidos com carvão vegetal de florestas nativas.

Para exportar o ferro-gusa abaixo do preço de custo para um mercado mundial saturado, serão devastados 30 milhões de hectares de florestas nativas nos próximos dez anos.

Propomos: dissolução da Comissão Interministerial do programa Grande Carajás, anulação dos contratos de siderurgia a carvão à lenha e formação de uma nova comissão integrada por técnicos e cientistas conhecedores dos problemas da Amazônia.

Nações indígenas — Garantia de soberania territorial e da cultura, tradição e costumes das nações indígenas. Aplicar de imediato a nova Constituição e demarcar e defender todos os territórios das nações indígenas. Impedir que o programa Calha Norte desfigure os territórios indígenas transformando-os em colônias agrícolas.

Vigilância de batalhões florestais para impedir que mineradoras, madeireiras e grileiros invadam as nações indígenas.

Paz amazônica — Instituição do "habeas-data ecológico", com acesso público às fotografias de satélite, arquivos da Sudam etc. Auditoria das concessões e aplicações dos incentivos da Sudam.

Regulamentação imediata do artigo 225 da nova Constituição no que concerne à criminalização dos delitos ambientais, especialmente às queimadas em florestas nativas e desmatamentos de áreas de proteção e nascentes. Uso dos batalhões florestais na fiscalização e na luta contra o ecocídio amazônico.

Mobilização de toda a sociedade para defesa e desenvolvimento da Amazônia.

Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase)
Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia/UFRJ (Coppe)
Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA)
Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Oikos
Conselho de Seringueiros □

CARTA DOS PARLAMENTARES AOS POVOS INDÍGENAS REUNIDOS EM ALTAMIRA

FEVEREIRO/89

Os parlamentares brasileiros presentes ao 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que reuniu, de 20 a 24 de fevereiro, comunidades indígenas, ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, cientes da importância histórica desse evento e da necessidade do estabelecimento de uma política de desenvolvimento da Amazônia que garanta a sobrevivência dos Povos da Floresta através do uso harmônico e auto-sustentável do seu meio ambiente, manifestam o seu integral apoio à continuidade dessa luta, que consideram essencial para a construção da democracia no Brasil.

A Constituição de 1988 assegura aos índios a sua plena cidadania e os seus direitos, como brasileiros diferentes, às terras que ocupam e ao usufruto dos recursos naturais nelas existentes, além de definir a Amazônia brasileira como patrimônio nacional. Caberá agora ao Congresso Nacional traduzir em lei as condições para o desenvolvimento da Amazônia e para o uso sustentável dos seus recursos, em consonância com as necessidades e aspirações dos povos que a habitam.

Assim, em nome de uma sociedade que quer ver cumprido o texto constitucional, não aceitamos a reprodução de métodos e decisões autoritários e tecnocráticos que impõem à nossa sociedade projetos megalomânicos de enorme impacto ambiental, e elevados custos sociais, que só fazem aumentar a dívida interna e externa do nosso país.

Nesse sentido, convocamos os povos indígenas e a sociedade brasileira como um todo para aprofundarmos o debate



sobre o aproveitamento hidrelétrico do Xingu e da Amazônia em geral, bem como sobre as políticas de ocupação dessa região, no Congresso Nacional, ao qual caberá a decisão final a respeito.

Altamira, 24 de fevereiro de 1989

assinam

Ademir Andrade
Benedita da Silva
Fabio Feldmann
Haroldo Lima
Nelton Friedrich
Otávio Elísio
Tadeu França □



ALTAMIRA — FEVEREIRO/89 DECLARAÇÃO INDÍGENA

Aproximadamente seiscentos índios, de quarenta povos, na maioria Kaiapó, se reuniram em Altamira (PA) para protestar contra o projeto do governo de construir um complexo hidrelétrico no rio Xingu, começando pela barragem de Carará. Na ocasião, aprovaram a declaração que segue:

As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo, afirmam que é preciso respeitar a nossa mãe natureza.

Aconselhamos não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos.

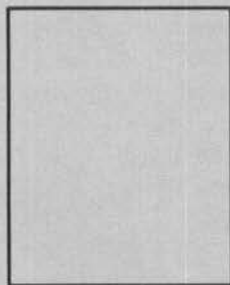
Decidimos que não queremos a construção das barragens no rio Xingu e em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos.

Durante muito tempo o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos nossos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados de nosso povo, morada do nosso criador, que não podem ser violados.

Neste encontro dos povos indígenas do Xingu decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro para protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios. □



CARTA DE CURITIBA



Documento final do seminário “Planejamento e gestão do processo de criação de reservas extrativistas na Amazônia”

No período de 12 a 16 de setembro de 1988, reuniram-se em Curitiba, sob a coordenação do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), representantes de instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, envolvidas com a criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. Este documento manifesta os resultados alcançados no Seminário através da discussão e do debate de experiências em implantação em diferentes regiões da Amazônia — Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Pará.

Os participantes deste encontro reconhecem-se como portavozes de um conjunto de críticas às políticas públicas e privadas que, nos últimos vinte anos, vêm sendo implantadas na Amazônia, especialmente no que se refere à desconsideração, pelo planejamento governamental, das experiências acumuladas por parte de segmentos sociais que vivem integrados à floresta.

Críticas ao atual modelo de desenvolvimento da região amazônica têm sido formuladas de forma contundente nos últimos anos, dentro e fora do Brasil. As queimadas, que no ano passado destruíram 20 milhões de hectares, deverão produzir um desastre ainda maior este ano. Do ponto de vista deste Seminário, no entanto, a crítica se volta para um aspecto específico: a destruição dos recursos naturais na região amazônica significa a eliminação da base de sobrevivência de populações locais que vivem da floresta e que, por gerações seguidas, nos últimos cem anos, a exploraram economicamente sem esgotá-la.

Cientes de que é urgente definir alternativas viáveis para substituir o fracasso das políticas em vigor para a Amazônia, os participantes do Seminário analisaram, detalhadamente, a proposta de criação de Reservas Extrativistas, considerando as especificidades decorrentes dos vários contextos regionais e a viabilidade político-institucional. Algumas considerações de caráter geral resultaram dessa análise:

— Entende-se Reservas Extrativistas como a regularização de áreas ocupadas por grupos sociais que têm como fonte de sobrevivência produtos nativos da floresta e que realizam exploração econômica em base sustentável. Podem ser também desti-

nadas para populações que têm tradição de exploração de recursos da floresta e que, por questões decorrentes da política global para a região, foram afastadas de suas áreas originais e para elas queiram voltar.

— A implantação destas unidades requer três elementos centrais e indispensáveis: a existência de recursos naturais em condições de exploração, a presença de populações com tradição de utilização de florestas e a ação do poder público para legalizar essa forma específica de uso dos recursos naturais. Esses três componentes devem estar harmonicamente organizados para tornar viável a implantação das Reservas.

— A implantação destas unidades requer a adoção de uma metodologia específica que resulte da experiência historicamente acumulada pelas populações, das tecnologias existentes para exploração racional de recursos florestais e da normatização pelo poder público das garantias de uso do espaço de forma exclusiva e permanente.

Com base nesses pressupostos o Seminário estabeleceu critérios metodológicos de ordem geral e específica, visando orientar o processo de implantação das Reservas para os diferentes segmentos sociais envolvidos.

1. Conceituação — É preciso estabelecer uma distinção prévia quando se fala em Reservas Extrativistas. A proposta refere-se àquelas áreas nas quais se desenvolve, ou apresentam potencial para isso, um extrativismo de coleta não-predatório e sustentável, ou seja, cuja exploração não leva ao esgotamento do recurso.

1.1. As Reservas Extrativistas serão criadas em áreas de domínio público, ou de domínio privado desapropriadas para este fim, sem excluir outros instrumentos legais. Serão o reconhecimento público da contribuição que esses povos da floresta Amazônica têm a dar ao futuro da humanidade.

1.2. As Reservas Extrativistas deverão ser criadas a partir de instrumentos legais que reconheçam e institucionalizem áreas de extrativismo sustentável. O instrumento jurídico através do qual esta regularização será efetivada é a concessão de uso de terras do poder público para populações locais, com tradição de exploração racional de recursos florestais, organizadas em associações ou cooperativas.

1.3. As Reservas Extrativistas devem atender às populações que já vivem em áreas de extrativismo sustentável e àquelas



que as abandonaram e para lá queiram voltar. Podem incluir áreas que, embora não ocupadas de forma permanente, façam parte da base de recursos naturais utilizados por comunidades extrativistas, como é o caso das "áreas de avanço" nos castanhais do Amapá.

1.5. Consideram-se como objetivos principais de Reservas Extrativistas a conservação do meio ambiente, a manutenção das populações locais que exercem atividades econômicas tradicionais não degradadoras e o desenvolvimento de pesquisas científicas que visem o aumento da produtividade e a melhoria das condições de vida das populações amazônicas em geral.

2. Metodologia — O Seminário não produziu um modelo acabado do que se entende por Reserva Extrativista, mas gerou um consenso acerca de algumas verdades fundamentais que devem ser levadas em conta pelas instituições envolvidas com a implantação da proposta.

2.1. Não existem esquemas prontos sobre as Reservas Extrativistas porque sua implantação decorre de um processo criado pela própria sociedade. Expressam, portanto, dinâmicas diferenciadas conforme os contextos regionais. Nasceram com a luta de seringueiros do Acre para preservar suas florestas. Tiveram eco com o movimento de resistência dos castanheiros do Amapá ante a espoliação humana e ambiental representada pela Jari. Em Rondônia, tomaram a forma de um planejamento ambiental e agroflorestal destinado a prevenir a repetição dos desastres advindos da história recente de colonização. E no Pará e Amazonas, contrariando sua origem, vêm sendo utilizadas como mecanismos de controle de terra e especulação fundiária.

2.2. Diante da longa e instrutiva história de planos de desenvolvimento fracassados, decorrentes da ausência de enraizamento local, da falta de apoio social e de uma concepção autoritária e burocrática de planejamento, o Seminário reafirmou a necessidade de um *controle social* sobre a proposta de criação de Reservas Extrativistas, envolvendo todos os setores ligados ao planejamento de sua implantação. Isso poderá evitar que sejam utilizadas como pretexto para se escamotear a reforma agrária, ou para alimentar a especulação com terras.

2.3. O controle social depende da existência de organização por parte das populações que se envolverão com a implantação das Reservas. Em alguns casos, como no Acre, esse é um processo já consolidado e ativo. Existem movimentos de resistência aos desmatamentos (empates), escolas e postos de saúde criados pelas comunidades extrativistas e participação, com autonomia, nas negociações com o governo pela criação de áreas de Reservas. Nas demais regiões este processo é incipiente ou até inexistente. Nestes casos, torna-se necessário conectar a implantação das Reservas com processos orientados de inserção das populações locais no planejamento.

2.4. Nas áreas onde as populações locais não estão organizadas em sindicatos, associações ou cooperativas, o processo de implantação das Reservas Extrativistas deve ser feito com base em um planejamento participativo envolvendo, desde o início, as populações beneficiadas pela intervenção governamental como co-gestoras do processo. Sem esse requisito, e sem essa preocupação metodológica, tenderão a resultar em iniciativas burocráticas que não se sustentarão no tempo, exatamente porque não consideram o pressuposto fundamental que está na base da proposta: a *interação já existente entre homem e natureza*.

2.5. Nos casos em que existe organização prévia das comunidades locais, ou representações ativas de seus interesses, é recomendável que, em cada Estado e território da região, sejam estabelecidos mecanismos formais (convênios, contratos de cooperação, ou outro instrumento) que formalizem a gestão participativa na implantação das Reservas, de tal maneira que esse procedimento possa ser permanente e não sofrer modificações com as constantes alterações que ocorrem nas instituições públicas do país.

2.6. O exame comparado das múltiplas experiências registradas durante o Seminário evidenciou a existência de especificidades regionais no que se refere à diversificada natureza das áreas extrativistas, ao desigual nível de conservação de seu potencial extrativista, bem como às variadas formas de organização da produção e demandas de suas populações. Essa diversidade deve ser levada em consideração na implantação das Reservas.

2.7. O sucesso da implantação das Reservas Extrativistas tanto depende do monitoramento exercido pelo movimento social de base quanto da sua inserção no planejamento governamental. Nesse sentido, a criação das Reservas na Amazônia deve estar integrada a um programa de ordenação do território e a escolha das áreas deve seguir critérios resultantes de zoneamento em nível macrorregional.

2.8. A estratégia para a escolha das Reservas Extrativistas deve considerar não só as áreas com ocorrência de conflitos sociais, mas também com elevado grau de preservação ambiental, mesmo que ali não existam populações exercendo a atividade extrativista vegetal nesse momento.

2.9. Na programação da implantação das Reservas deve-se atentar para a real capacidade de controle sobre o processo por parte das instituições governamentais e não-governamentais envolvidas, de acordo com recursos financeiros e humanos, seguindo critérios realistas que garantam resultados reproduzíveis no tempo e no espaço.

2.10. A implantação de Reservas Extrativistas deve ser inserida em um contexto mais geral voltado para a identificação de alternativas de desenvolvimento para o país, que considerem o bem-estar da população e a adequada utilização dos recursos naturais e estejam de acordo com a nova Constituição. Deve-se evitar que se constituam em experiências isoladas e procurar interferir na conceituação de desenvolvimento regional predominante no país.

3. Pesquisa — As áreas destinadas para Reservas Extrativistas devem se constituir em *locus preferencial* de pesquisas básicas voltadas para a definição de modos racionais de aproveitamento dos recursos naturais na Amazônia, que beneficiem a população regional e nacional e interfiram, dando suporte científico, no desenvolvimento da região.

3.1. Para evitar distorções na implantação das Reservas, algumas pesquisas são fundamentais. Entre elas, um mapeamento das formas sociais e econômicas de uso e exploração da floresta, em escala amazônica, evidenciando o real custo do terri-



tório e demonstrando, concretamente, onde estão as áreas que devem ser garantidas como Reservas Extrativistas.

3.2. Pesquisas que visam subsidiar ou cientificamente fundamentar a implantação das Reservas Extrativistas deverão contar com a aprovação e participação das comunidades afetadas e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Propostas e projetos de pesquisa sobre Reservas Extrativistas também deverão procurar mostrar, de forma mais transparente possível, a utilização de dados científicos no processo de planejamento e gerenciamento dos projetos.

3.3. O zoneamento da Amazônia deve ser feito com participação social, visando identificar as áreas que são social e economicamente próprias para o estabelecimento de Reservas Extrativistas.

3.4. Deve-se realizar estudos ecológicos sobre os recursos naturais existentes nas áreas designadas para Reservas, visando seu aproveitamento racional e intensivo, através de técnicas tais como tratamentos culturais para aumento da produtividade, enriquecimento e regeneração natural, criação de animais silvestres etc.

3.5. São necessários estudos sócio-econômicos sobre as populações presentes nas áreas designadas para Reservas Extrativistas, visando determinar modelos adequados para a ocupação humana dessas áreas, a racionalização e possível intensificação de sua exploração, através da formação de cooperativas, redes de comercialização, diversificação de produtos comercializados etc.

3.6. Formar uma rede de comunicação (CNS/IEA) para coordenar os esforços das diversas entidades envolvidas em pesquisa e extensão nas áreas contempladas para Reservas Extrativistas, visando aprimorar o planejamento, colaboração e intercâmbio de experiências.

3.7. Desenvolver estudos econômicos (micro e macro), visando avaliar a viabilidade das Reservas Extrativistas e as alternativas de comercialização de seus produtos.

4. Ação governamental — A partir do momento em que a proposta, originada entre grupos sociais extrativistas, foi incorporada pelo poder público, passou a ser importante atentar para possíveis distorções decorrentes dos diferentes interesses gerados em torno destas áreas. Deve ser mantida a distinção entre Reserva Extrativista, denominação originada entre os seringueiros, e Projeto de Assentamento Extrativista, adotada pelo ex-Incra e atual Mirad. O CNS e grupos de assessores e pesquisadores devem observar com atenção os seguintes aspectos:

4.1. O governo federal deve garantir a manutenção da equidade entre o preço da borracha natural importada e o custo da extração da borracha nativa, política de proteção estratégica dos seringais nativos da Amazônia, como condição necessária para a viabilidade das Reservas Extrativistas.

4.2. Ações devem ser desencadeadas, por parte do governo federal, visando modificar o mercado de terras na Amazônia, eliminando a legislação que equipara desmatamento a benfeitoria e que garante, dessa forma, o acesso ao título de proprie-

dade. Atividades econômicas que impliquem na conservação da floresta devem ser incentivadas, assim como estimuladas as técnicas de produção agrícola que viabilizem o uso contínuo do solo e não a incorporação permanente de novas áreas de mata nativa.

4.3. A elaboração e adoção de zoneamentos, na região, deve dar ênfase à metodologia aqui sugerida e já empregada em algumas áreas e às formas legais de institucionalização já estudadas pelos grupos envolvidos, especialmente no que se refere às áreas já ocupadas.

4.4. O processo de desapropriação com vistas à implantação de Projetos de Assentamento Extrativista (conforme Portaria 627 de 30 de julho de 1987) deve ser realizado com base em levantamentos produzidos sobre a área, trabalhos de campo, indicações vindas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do Conselho Nacional dos Seringueiros, e as decisões devem ser precedidas de consultas às comunidades e outros grupos envolvidos.

4.5. Medidas imediatas de proteção aos recursos naturais e à forma como vêm sendo atualmente utilizados por populações florestais devem ser adotadas em antecipação e como preparação ao processo de desapropriação. A criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), unidades de conservação que disciplinam o uso sem interferir nos aspectos fundiários, poderá ser uma solução para garantia imediata das áreas.

4.6. Os projetos técnicos de assentamento extrativista devem ser elaborados levando em consideração a auto-gestão, adequabilidade da infra-estrutura a ser implantada às demandas reais das comunidades, respeito à estrutura tradicional de ocupação, custos que permitam a independência financeira das comunidades e não-dependência futura e permanente do Estado.

4.7. Deve ser intensificada a rede de cooperação técnica entre as diferentes instâncias governamentais e ser garantido o acesso e a circulação de informações existentes sobre a questão extrativista.

4.8. O Mirad deve criar, imediatamente, o grupo executivo responsável pela implantação dos Projetos de Assentamento Extrativista, conforme portaria que lhe deu origem.

5. Recomendação final — Considerando a população de seringueiros existente na Amazônia e a área média por eles utilizada dentro da floresta, de trezentos hectares por produtor, chega-se a um dado importante: sendo imediatamente garantidas essas áreas, teríamos um total de 21 milhões de hectares racionalmente utilizados e protegidos, ou seja, quase a mesma extensão que foi destruída durante o verão de 1987.

Isso significa que existem 70 mil "fiscais especiais" que, pela sua ação econômica, garantem a conservação da floresta sem gastos públicos e produzindo riquezas para a nação.

O Seminário "Planejamento e gestão do processo de implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia" reivindica, das autoridades governamentais e do poder legislativo a adoção das seguintes medidas de emergência visando controlar o processo de destruição da Amazônia:

5.1. Imediata identificação de todas as áreas ocupadas por populações que vivem de recursos florestais com vistas à transformação em Reservas Extrativistas.

5.2. Aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei nº 812/88 da Câmara dos Deputados, visando a criação da unidade de conservação especificamente denominada de Reserva Extrativista.



5.3. Criação, junto à presidência da República, de um Grupo de Trabalho formado por cientistas, ambientalistas, parlamentares, populações extrativistas, organizações não-governamentais, voltado para a definição de medidas urgentes de proteção à floresta amazônica.

5.4. Realização, por convocação da presidência da República, de uma reunião técnica, com a presença de todos os segmentos sociais envolvidos com a região amazônica, com o objetivo de definir e aprovar critérios de exploração racional da floresta amazônica.

5.5. O projeto de implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia, na medida em que vincula aspectos ambientais, econômicos e sociais no desenvolvimento da região, deve ser considerado como parâmetro de análise sobre formas adequadas de garantia de toda a floresta — patrimônio da nação brasileira e da humanidade.

Curitiba, 16 de outubro de 1988

Assinam

Entidades

Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)
Associação dos Engenheiros Florestais do Acre
Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepar/Pará)
Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA/Acre)
Centro de Trabalho Indigenista (CTI/São Paulo)
Comissão Pastoral da Terra do Amazonas
Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac/Acre)
Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Iama/Rondônia)
Instituto de Estudos Amazônicos (IEA/PR)
Instituto Estadual de Florestas (IEF/Rondônia)
Mater Natura/Paraná
Paróquia de Carauari/Amazonas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari/Amazonas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã/Amazonas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/Acre

Participantes

Alcides Medeiros da Costa (Cepa/AM)
Alfredo Homma (Cepatu/PA)
Ana Luisa Fayet Sallas (Minc/DF)
Angel Torres Queiroz (ITE-CeVe/PR)
Anthony Anderson (Museu Goeldi/PA)
Arnóbio Marques de Almeida Junior (CTA/AC)
Augusto César Fayet (UFPR/PR e IEA/PR)
Carlos Alberto Ricardo (CEDI/SP)
Disney Furtado da Silva (Mirad/AP)
Dora Rodrigues Hees (IBGE/RJ)
Eraldo Aparecido Matricardi (IEF/RO)
Francisco Mendes Filho (STR/Xapuri e CNS/AC)
Genésio Felipe Natividade (IEA/AC)
Gilberto Carmo Lopes Siqueira (Funtac/AC)
Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues (CTA/AC)
Guairacá Carvão Nunes (Mirad/AP)
Héctor Gerardo Valcárcel Toullier (Inade/Peru)
Heloisa Azevedo Passos (Seel/PR)
Iara Ferraz (CTI/SP)
Jaime da Silva Araújo (CNS/AM)
James Lafleur (consultor Planaflo/RO)

João Derickx (Paróquia de Carauari/AM)
João Valentin Wawzyniak (IEA/PR)
Joaquim Calheiros Soreano (Abra/SP)
Jorge Ney Macedo Neves (Funtac/AC)
José Antonio Leyton Duchén (IEA/PR)
José Carlos de Almeida Libânio (consultor/DF)
Karen Follador Karam (IEA/PR)
Lúcia Helena de Oliveira Cunha (consultora/PR)
Luis Angel Yallico Madge (Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza/Peru)
Manoel Pereira de Carvalho (Museu Goeldi/PA)
Marcos Antonio Cordiolli (IEA/PR)
Malú Maranhão (Folha de Londrina/PR)
Marília Emmi (Naea/PA)
Mário Assis Menezes (Mirad/DF)
Mary Helena Allegretti (IEA/PR)
Mauro William Barbosa de Almeida (Unicamp/SP)
Michelle Melone (Ucla/EUA)
Olga Maria Becker (IBGE/RJ)
Paulo Chiesa (IEA/PR)
Pedro Ramos de Souza (STR/AP)
Peter H. May (Fundação Ford/RJ)
Raimundo Mendes de Barros (CNS/AC)
Renato Athias (Oxfam/PE)
Roberto Xavier de Lima (estudante/PR)
Rosineide da Silva Bentes (Idesp/PA)
Rubens Rodrigues Gemaque (Mirad/AP)
Steve Schwartzman (EDF/EUA)
Win P. Groeneveld (Iama/RO) □



AMAZÔNIA LEGAL

(Dados e mapa)

Extensão — A Amazônia Legal compreende os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, oeste do Maranhão e norte do Mato Grosso, somando cerca de cinco milhões de hectares. Constitui 57% do território brasileiro e corresponde a 65% da Amazônia continental. São 11.248 km de fronteiras internacionais.

População — A população total da Amazônia Legal (projetada para 1989) é de cerca de 13 milhões de habitantes, divididos em 342 municípios. O perfil da população economicamente ativa, feito pelo IBGE com base no Censo Demográfico de 1980, aponta para a região Norte (AC, AM, RO, PA, AP, RR) um total de 1.772.834 pessoas, das quais 145.121 foram registradas como caçadores, pescadores e extrativistas vegetais. Dentre esses, os seringueiros isoladamente somaram 68.543 (4%). Este número, multiplicado pelo tamanho médio da família seringueira na região (fator 6) daria um total aproximado de 400 mil pessoas vivendo diretamente desta atividade.

Quanto aos índios, existem atualmente na Amazônia 175 povos indígenas diferentes, com uma população totalizando cerca de 140 mil pessoas. Há dezenas de povos indígenas "isolados", isto é, sem contato regular com a sociedade nacional. Em Roraima, por exemplo, os índios perfazem 72% da população rural e no Amazonas chegam a quase 10%.

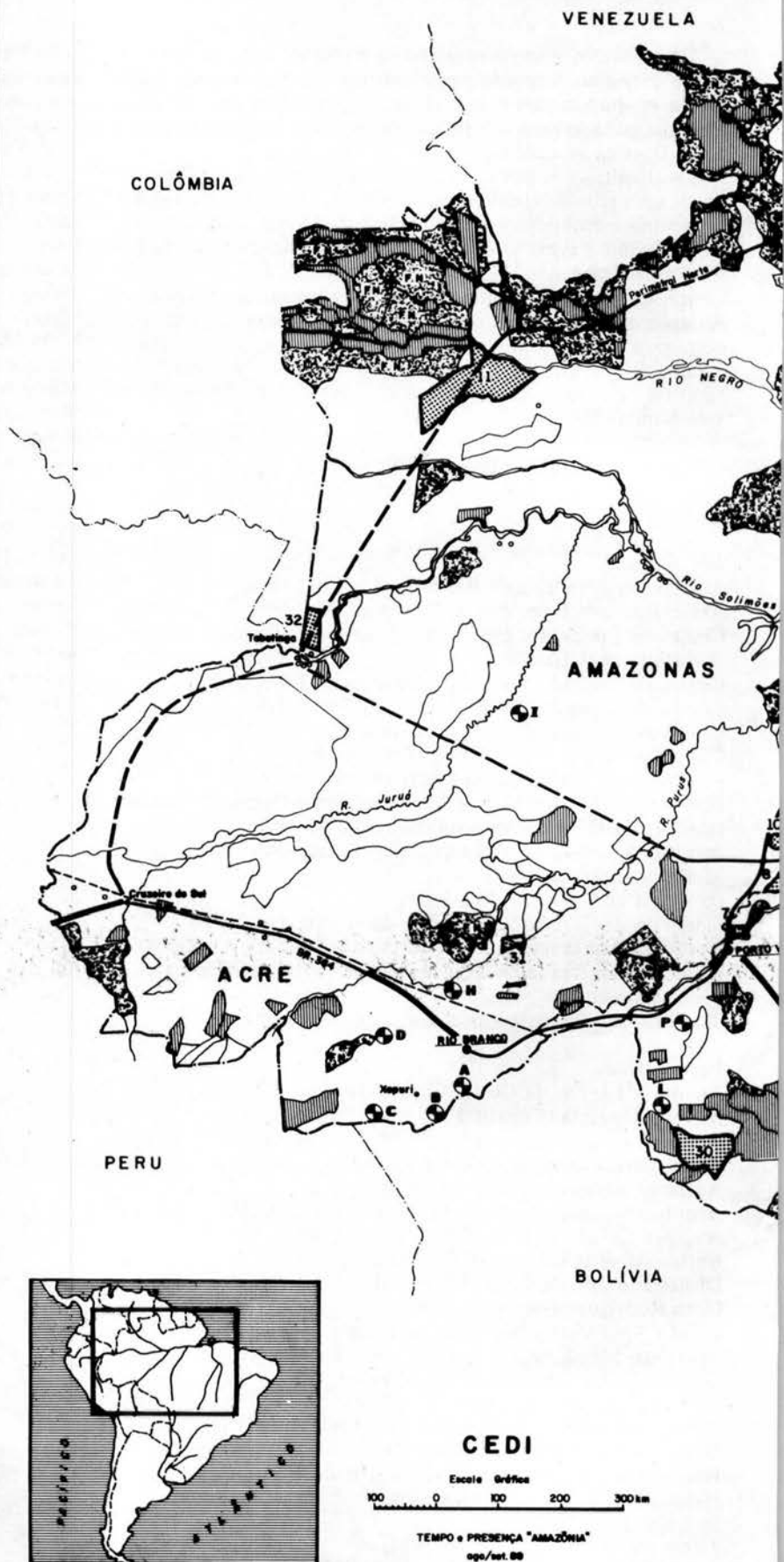
Garimpeiros — Estima-se que 600 mil pessoas estejam envolvidas diretamente na atividade garimpeira na Amazônia, com uma produção real estimada de 120 toneladas de ouro em 1988, isto é, 9% do PIB da região.

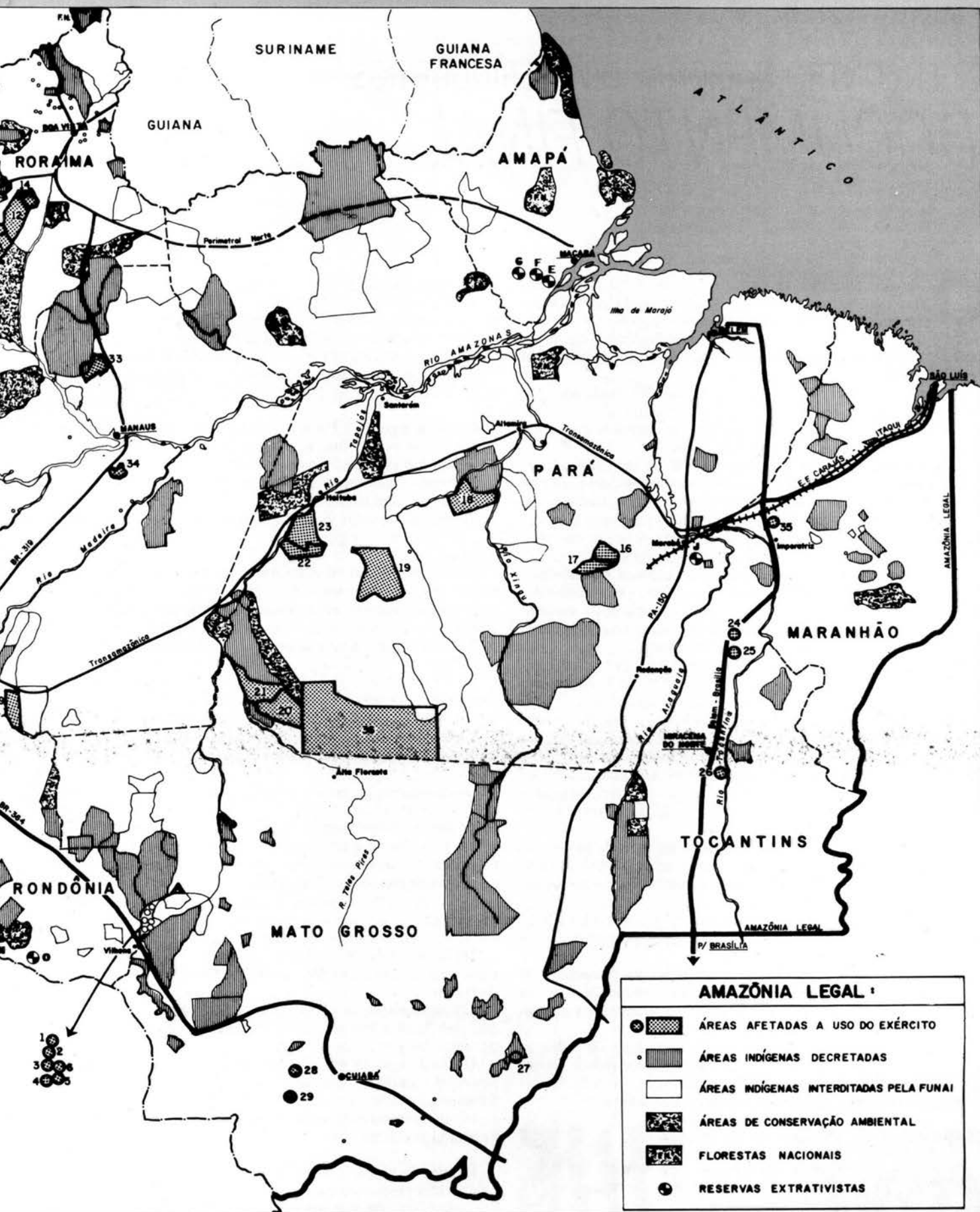
Ecossistema — A floresta tropical, que cobre a maior parte da Amazônia (31% do total de florestas tropicais do planeta), permanece basicamente desconhecida por parte da ciência moderna. Estima-se que nela vivam 80 mil espécies vegetais e 30 milhões de espécies animais, constituindo-se no maior patrimônio biológico do mundo.

Terras indígenas — Atualmente existem 403 terras indígenas na Amazônia (para um total de 564 em todo o país), não incluindo as terras de grupos "isolados". A maior parte dessas terras não tem nenhum grau de reconhecimento e proteção legal por parte do Estado, ou apenas foram identificadas e "interditadas" no papel pela Funai (como mostra o mapa). No conjunto, mesmo as terras já decretadas estão invadidas — como no caso da área Yanomami, por milhares de garimpeiros — ou pesam sobre elas projetos públicos (estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão etc.) e privados (sobretudo mineração) que cerceiam real ou virtualmente o uso indígena dos recursos naturais.

Desmatamento — A área desmatada até 1988 na parte florestal da Amazônia Legal está estimada em 410,7 mil km², ou 8,4% da floresta, segundo o cientista Philip Fearnside, do Inpa (ver artigo nesta edição).

Áreas reservadas/Florestas Nacionais — Nos últimos dois anos, através de atos do Executivo, as Forças Armadas lograram reservar para "uso especial" 35 áreas (ver no mapa), somando cerca de 10 milhões de hectares. Seis delas superpõem-se a terras indígenas. Ao mesmo tempo, foram criadas várias Florestas Nacionais sobrepostas a terras indígenas, totalizando cerca de 12 milhões de hectares (ver na seção *Anotes*).





2º ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

DOCUMENTO FINAL

O Conselho Nacional dos Seringueiros, neste seu 2º Encontro Nacional, afirma a sua disposição de estabelecer o leque mais amplo possível de alianças com as populações tradicionais da Amazônia, com os sindicatos de trabalhadores, com as organizações ambientalistas e com os movimentos que se articulam em defesa dos povos da floresta.

Partindo do nosso primeiro encontro em 1985, podemos afirmar hoje a conquista das primeiras reservas extrativistas na Amazônia, através das quais os trabalhadores querem demonstrar ao mundo que pode haver progresso sem destruição.

Sabemos que essa trajetória tem sido trágica, marcada pela resistência que o modelo de desenvolvimento estabelecido para esta região tem oposto às propostas de vida das populações tradicionais.

Este 2º Encontro Nacional dos Seringueiros rende sua homenagem a todos os nossos lutadores que deram suas vidas por esse princípio afirmativo das culturas dessas populações regionais e, especialmente, ao nosso mais ilustre companheiro de sonhos, Chico Mendes.

O fruto mais generoso dessa trajetória de lutas está consolidado na Aliança dos Povos da Floresta, que a partir desse momento assume a decisão de propor políticas originadas no conhecimento e expectativas das suas próprias comunidades.

Reconhecer essa iniciativa é um primeiro passo da Nação Brasileira no caminho de minorar a mancha que cobre parte da história do processo de ocupação até agora dirigido para esta região do Brasil, onde desgrazadamente ainda encontramos brasileiros submetidos a regimes de escravidão por dívidas e assistimos indignados à prática da humilhação e desprezo aos direitos mais essenciais do ser humano, à destruição de seus habitats, ao assalto às fontes de riquezas representadas pela floresta constituída em seringais e castanhais, suporte permanente não somente de suas economias internas como das suas culturas e tradições.

O levantamento das realidades locais e regionais de nossas comunidades serviu de base ao seguinte programa que orientará as comissões municipais e as instâncias do Conselho Nacional dos Seringueiros.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, por ocasião do seu 2º Encontro Nacional, afirma a resolução de lutar pelo programa abaixo:

Política de desenvolvimento para os povos da floresta — 1) Modelos de desenvolvimento que respeitem o modo de vida, as culturas e tradições dos Povos da Floresta, sem destruir a natureza e melhorando a sua qualidade de vida.

2) Participação no processo de discussão pública de todos os projetos governamentais nas florestas habitadas por índios e seringueiros, bem como outras populações extrativistas, através das associações e entidades representativas dos trabalhadores.

3) Garantias para prever e controlar os impactos desastrosos dos projetos já destinados à Amazônia, e paralisação imediata dos projetos que causem danos ao meio ambiente e às populações amazônicas.

4) Informação sobre políticas e projetos para a Amazônia, e subordinação dos grandes projetos à prévia discussão no Congresso Nacional, com participação de entidades representativas das populações afetadas.

Reforma Agrária e Meio Ambiente — 5) Implantação imediata de reservas extrativistas na Amazônia, nas áreas indicadas pelos trabalhadores extrativistas através de suas associações.

6) Demarcação imediata das áreas indígenas sob controle direto das populações indígenas.

7) Reconhecimento imediato, por processo sumário, de todas as colocações de seringueiros, configurando-se os devidos direitos de posse.

8) Desapropriação imediata das áreas de floresta ocupadas por trabalhadores extrativistas e de áreas com potencial extrativo.

9) Reassentamento em território nacional dos seringueiros expulsos pelo latifúndio para o território estrangeiro.

10) Fim do pagamento da renda e das relações de trabalho que escravizam os seringueiros nos seringais tradicionais.

11) Política de zoneamento que identifique as áreas habitadas por seringueiros e demais trabalhadores extrativistas de outras áreas adequadas à colonização, e política de recuperação de áreas degradadas.

12) Revisão da política de transformação das áreas indígenas em colônias indígenas, tal como propõe o projeto Calha Norte.

Desenvolvimento, saúde e educação — 13) Administração e controle das reservas extrativistas diretamente pelos trabalhadores extrativistas, através de suas associações e órgãos de classe.

14) Capacitação e atualização tecnológica de seringueiros e outros trabalhadores extrativistas, garantindo sua posição de frente no desenvolvimento econômico e técnico das reservas extrativistas.

15) Implantação de postos de saúde nas florestas, com monitores seringueiros que recebam treinamento qualificado, e com recursos adequados às características da região.

16) Implantação de escolas nos seringais e florestas, com professores seringueiros treinados em programas adequados à realidade da região.

17) Implantação de cooperativas e sistemas de comercialização que viabilizem a independência econômica e o aumento do nível de renda das populações extrativistas.

18) Realização de pesquisas dirigidas para o conhecimento do potencial econômico das florestas e dos meios para utilizá-lo de forma equilibrada e permanente.

19) Investimentos na área de beneficiamento e industrialização de produtos extrativistas.

Política de preços e comercialização — 20) Política econômica que garanta preços compatíveis com a manutenção dos trabalhadores extrativistas em suas áreas.



- 21) Créditos diretos aos produtores extrativistas.
- 22) Implantação de sistemas de comercialização e abastecimento adaptados às características da região amazônica.
- 23) Fim dos incentivos fiscais para atividades agropecuárias em áreas de floresta e direcionamento dos recursos para políticas econômicas que beneficiem os povos da floresta.

Violência e direitos humanos — 24) Fim imediato de todas as formas de opressão aos povos da floresta, e em particular da escravidão por dívidas.

25) Apuração imediata dos crimes cometidos contra os trabalhadores rurais, e fim da violência contra os defensores das florestas amazônicas. Agilização dos processos judiciais que apuram assassinatos de índios, seringueiros e dirigentes sindicais.

26) Punição dos atos de grilagem incidentes em áreas indígenas e de posseiros, seringueiros e castanheiros.

27) Instauração de inquérito policial contra todas as iniciativas de formação de milícias privadas por parte de latifundiários, assegurando os princípios de justiça social no campo.

Delegações presentes ao 2º Encontro Nacional dos Seringueiros

Estado do Acre

- Comissão Municipal do CNS/Xapuri
- Comissão Municipal do CNS/Manuel Urbano
- Comissão Municipal do CNS/Feijó
- Comissão Municipal do CNS/Tarauacá
- Comissão Municipal do CNS/Brasiléia
- Comissão Municipal do CNS/Assis Brasil
- Comissão Municipal do CNS/Plácido de Castro
- Comissão Municipal do CNS/Rio Branco
- Comissão Municipal do CNS/Sena Madureira
- Comissão Municipal do CNS/Cruzeiro do Sul

Estado do Amazonas

- Comissão Municipal do CNS/Humaitá
- Comissão Municipal do CNS/Novo Aripuanã
- Comissão Municipal do CNS/Boca do Acre
- Comissão Municipal do CNS/Pauini
- Comissão Municipal do CNS/Jutai
- Comissão Municipal do CNS/Carauari
- Comissão Municipal do CNS/Tefé

Estado do Amapá

- Delegação do Estado do Amapá

Estado de Rondônia

- Comissão Municipal do CNS/Ariquemes
- Comissão Municipal do CNS/Guajará-Mirim

Estado do Pará

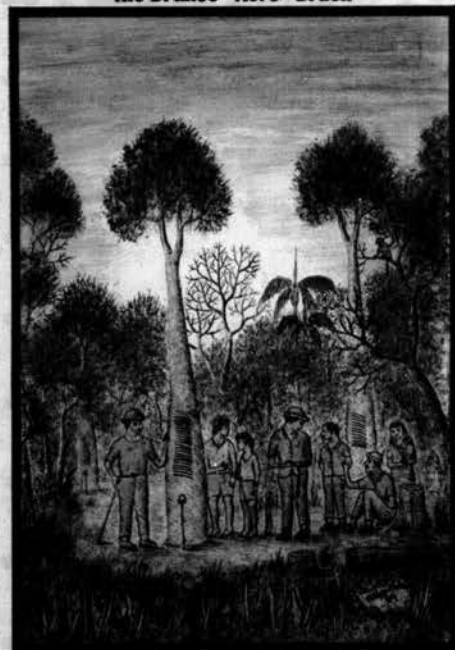
- Delegação dos municípios de Marabá, Curionópolis, São João do Araguaia, Paraopeba e Tucuruí

Bolívia (brasivianos)

- Delegação de brasivianos □

II Encontro Nacional dos Seringueiros I Encontro dos Povos da Floresta

de 25 a 31 de março de 1989
Rio Branco - Acre - Brasil



Entidades de apoio:

STR de Xapuri - AC	STR de Curumuri - AM	CPI - Comissão Pré-Índio
STR de Brasiléia - AC	STR de Macapá - AP	CBDD - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
STR de Plácido de Castro - AC	CTT - Central Única dos Trabalhadores	FCH - Fundação Chico Mendes
STR de Cruzeiro do Sul - AC	CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia	FORCOC - Fundação Cultural do Estado do Acre
STR de Novo Aripuanã - AM	IEA - Instituto de Estudos Amazônicos	UFAC - Universidade Federal do Acre
STR de Humaitá - AM	CPT - Comissão Pastoral da Terra	Comitê de Apoio aos Povos da Floresta - RJ
STR de Apuí - AM	CIMI - Conselho Indigenista Missionário	APEA - Associação Profissional dos Economistas do Acre



DECLARAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA

As populações tradicionais que hoje marcam no céu da Amazônia o arco da Aliança dos Povos da Floresta proclamam sua vontade de permanecer com suas regiões preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades destas populações e das regiões em que habitam se constitui na economia futura de suas comunidades, e deve ser assegurada por toda nação brasileira como parte da sua afirmação e orgulho.

Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos iniciada aqui nesta região do Acre estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil, sistema de vida que envolve nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições.

Conselho Nacional dos Seringueiros/União das Nações Indígenas
Rio Branco — Acre, março de 1989 □



João R. Ripper

CARTA DE GOIÂNIA

Nós, participantes do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em Goiânia, de 19 a 21 de abril de 1989, reconhecemos a importância da geração de eletricidade, mas também da sua economia e conservação. Entretanto, sabemos que a atual política do setor atende a um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do grande capital (construtoras, mineradoras, indústrias, fabricantes de equipamentos pesados e financiadores — nacionais e internacionais — e credores da dívida externa), excluindo a classe trabalhadora do processo de decisão, planejamento e implantação dos programas do setor.

Esta política, concretizada no Plano 2010, da Eletrobrás, é elaborada no sigilo dos altos gabinetes, sem a participação da sociedade.

Os projetos do setor elétrico não geram só energia, mas uma série de efeitos perversos, tais como: inundações de milhares de hectares de terras férteis, aumento da concentração fundiária, deslocando, contra sua vontade, milhares de famílias de trabalhadores rurais e ribeirinhos e os povos indígenas; expulsão do homem do campo para as periferias das cidades; empobrecimento da população atingida; dispersão de comunidades e povoados; perda de um saber popular sobre a terra e o rio; alteração dos rios — com ocorrência de doenças e contaminação de águas.

Diante deste quadro exigimos do governo:

1 - elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;

2 - que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;

3 - o cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico;

4 - fim imediato aos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

5 - Reforma Agrária já, sob o controle dos trabalhadores.

6 - Demarcação das terras indígenas.

7 - Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos.

8 - Não pagamento da dívida externa.

Carta de Goiânia, 21 de abril de 1989 □

Central Única dos Trabalhadores-CUT

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens-CRAB

Comissão Pastoral da Terra-CPT

Comissão Pró-Índio de São Paulo-CPI/SP

Conselho Indígena Missionário-CIM

Movimento de Apoio à Resistência Waimiri Atroari-Marewa

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira/Pará

Pólo-Sindical do Sub-Médio do São Francisco

Centro de Apoio aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha-Campo

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Iguaçu-Crabi

Projeto Calumga

Universidade Federal de Goiás

Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Sedes Sapientiae-SP-Cepis

Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-Feab

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST

Partido dos Trabalhadores-Secretaria Agrária Nacional-PT

Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos de Marabá-Pará-SDDH/Marabá

2.º CICLO DE DEBATES SOBRE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA

DOCUMENTO FINAL — ABRIL/89

A Amazônia brasileira e a sua população têm sido, ao longo da história, vítimas dos mais brutais processos de espoliação. Têm sido, sempre, usadas como objetos manipuláveis a serviço de interesses econômicos, primitivos e insaciáveis, da casta político-econômica que historicamente tem dominado o país e a região.

Estes processos têm sido os responsáveis pelo aniquilamento físico e cultural das nações indígenas que habitam o seu território, pela extinção ou quase extinção de espécies vegetais e animais, pela marginalização e/ou semi-escravização da população extrativista e ribeirinha, pelas degradantes condições de vida da maioria da população e, mais recentemente, por gravíssimas agressões ao meio ambiente, destacando-se os desmatamentos indiscriminados, a poluição dos rios e igarapés por mercúrio e a alagação de grandes áreas de florestas nativas provocada pelas barragens de hidrelétricas.

A ação governamental na Amazônia sempre foi orientada no sentido de atender aos objetivos e necessidades dos grandes grupos capitalistas nacionais, internacionais e associados, e nunca visando promover um processo de desenvolvimento com base sólida e auto-sustentável, que considerasse primordialmente a conservação dos recursos naturais e o bem-estar do seu povo.

A sociedade amazônica, ou mesmo a sua comunidade científica, nunca foi chamada a participar quando da formulação de planos e projetos oficiais para a região; mesmo quando deliberadamente excluída, denuncia e alerta para as consequências dasastrosas que advirão, como foi o caso da hidrelétrica de Balbina. Ainda assim, é completamente desconsiderada pela casta do poder e seus burocratas.

Mesmo agora, quando pressionado pelo movimento ambientalista internacional, o governo brasileiro sentiu-se forçado a tomar alguma medida diante dos desastres na Amazônia, e o fez através do programa “Nossa Natureza”, repetindo o mesmo fato: a sociedade e comunidade científica amazônica ficaram totalmente à margem da discussão e elaboração do programa.

Há, entretanto, um outro processo em curso. Há muito tempo, cientistas e entidades populares da região vêm sentindo a necessidade de se construir uma política autóctone de desenvolvimento da Amazônia, que respeite o ser humano e a natureza, aproveite o conhecimento das populações indígenas e regionais e a produção científica endógena.

Este processo, que se manifestou vivamente no final da década de 70 como reação contra a agressão à floresta, representada

pela tentativa de implantação dos “contratos de risco de utilização florestal”, vem amadurecendo e, hoje, atinge um estágio de extrema importância para a história e o futuro da Amazônia.

A forma como foi gerado e imposto o programa “Nossa Natureza” correspondeu uma reação da comunidade científica e de entidades populares da Amazônia, através da realização do 1.º e 2.º Ciclo de Debates sobre Alternativas de Desenvolvimento para a Amazônia. O primeiro, realizado simultaneamente ao lançamento oficial do programa “Nossa Natureza”, em Manaus, nos dias 7 e 8 de março, e o segundo, no período de 6 a 8 de abril de 1989.

A realização do 2.º Ciclo, com a participação de nações indígenas, de trabalhadores rurais e urbanos, de trabalhadores extrativistas, de docentes, de técnicos, cientistas, estudantes e entidades governamentais e não-governamentais da região amazônica, significou um avanço qualificativo no processo de organização e luta da população que vive e trabalha na região, pela conquista do direito de participar das decisões sobre o seu destino. Durante três dias foram debatidos pelos participantes temas de extrema importância para a população da Amazônia, e foram elaboradas diversas propostas que, em conjunto com aquelas oriundas do 1.º Ciclo, representam o ponto de vista e a vontade intutelável destes segmentos representativos da população regional. Estas propostas, evidentemente, não esgotam, em amplitude e profundidade, a temática amazônica de interesse popular. Têm, entretanto, um profundo significado por resultarem de um evento que representou uma tomada de consciência e de posição definitiva: as entidades populares e a comunidade científica da Amazônia não abrirão mão, doravante, de ocuparem o espaço que lhes cabe, e a que têm direito, na definição das políticas e diretrizes de desenvolvimento da região.

O *Fórum Permanente de Debates sobre a Amazônia*, criado neste 2.º Ciclo, será o instrumento político de articulação e organização do processo de mobilização e discussão dessa temática em nível regional.

Este documento contém as propostas e moções resultantes do 2.º Ciclo de Debates sobre Alternativas de Desenvolvimento para a Amazônia. As pessoas e entidades que participam deste momento de afirmação da população amazônica acreditam que ele simbolizará, para o futuro, o marco referencial de uma nova fase na relação Estado/sociedade na região. Conclamam a todos, pessoas e entidades que dele tomarem conhecimento, a engrossarem esta luta que é de todos os amazônidas

e de todos os brasileiros que querem conquistar, e conquistar, um país e uma Amazônia onde o desenvolvimento signifique processo material e intelectual para todos indistintamente, e se baseie no relacionamento harmonioso entre o homem e a natureza.

Neste sentido, foram lançadas durante o evento propostas para serem encaminhadas à Constituinte Estadual, para as Instituições de Ensino e Pesquisa e para o Congresso Nacional.

Propostas — Política educacional para a região amazônica

1. Definir uma política de educação indígena tendo como princípio a autodeterminação dos povos com o oferecimento de escolarização pautada no projeto sócio-histórico dos povos da floresta.

2. Fazer com que o Estado reconheça a educação dos povos indígenas como sendo diferente da educação do branco.

Assim sendo, os recursos deverão ser repassados diretamente às organizações indígenas que se dedicam à questão educacional dentro de cada povo, para que as mesmas administrem estes recursos e assim possam trabalhar melhor na elaboração de seus materiais didáticos.

3. A educação deve reger-se por princípios que garantam:

a) o ensino público, gratuito, democrático, laico e de boa qualidade para todos;

b) autonomia didática, financeira e administrativa das instituições de ensino;

c) maior volume de verbas para a educação pública e controle de sua aplicação;

d) a igualdade e a liberdade humana, contrária a qualquer forma de discriminação étnica, social, econômica e cultural;

e) o exercício pleno da cidadania;

f) ensino pré-escolar para atender à demanda da população;

g) transparência na destinação e utilização de verbas públicas em instituições privadas de ensino.

4. Criar mecanismos capazes de modificar e melhor precizar a relação da universidade com os programas de desenvolvimento e com a indústria na Amazônia.

5. Destinar 25% do orçamento global da universidade para O.C.C. (outros custeios e capitais).

6. Construir fundo público para manutenção do ensino público na Amazônia, em todos os níveis, com base em um percentual sobre o faturamento dos projetos do distrito industrial e demais áreas da região.

7. Que as universidades forneçam recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento para que atuem adequadamente no contexto social, ecológico e cultural, no sentido de serem respeitadas as especificidades regionais.

8. Que o currículo dos cursos de formação dos educadores da região amazônica privilegie o estudo dos princípios que regem a educação indígena.

9. A organização dos conteúdos e das formas do processo educacional em todos os níveis deve estar permeada da cultura dos sujeitos desse processo.

10. Tornar obrigatório nas escolas o ensino da história das culturas dos povos amazônicos, no sentido de resgatar o conhecimento historicamente produzido, contrapondo-se à "história oficial" elaborada a partir do ponto de vista do colonizador.

11. Recomendar que na elaboração da lei de diretrizes e bases da educação nacional fique assegurada maior autonomia

aos Estados e municípios, de forma a permitir a defesa da identidade cultural e a realização de experiências educacionais.

12. Sistematizar o ensino de forma que supere o regionalismo nos termos em que está sendo empreendido pelo sistema educacional público e analisar os programas/experiências da regionalização do ensino existentes na Amazônia.

13. Superação do modo de conceber a profissionalização do ensino, avançando no sentido de que o processo educacional incorpore o trabalho como unidade entre a teoria e a prática, efetivando-se a formação em que se toma o trabalho como criação, liberdade, conjugando o aprendizado das técnicas com o conhecimento das teorias que as fundamentam.

14. Empreender um movimento que esclareça os educadores amazônicos a respeito dos interesses que movem os grandes projetos na região, fornecendo informações exatas sobre o processo de instalação desses projetos, bem como seu preço e destino, de modo que essas informações possam ser divulgadas em salas de aula.

15. Que a educação oficial esteja realmente de acordo com as necessidades populares. Isto deve se efetivar através de consultas a conselhos formados pelas diversas organizações populares (sindicatos, entidades etc.).

16. Promover a educação de adultos através de cursos que respondam às necessidades dos trabalhadores e sejam compatíveis com seus horários de trabalho e suas possibilidades de estudo, priorizando-se a alfabetização e exigindo-se, no caso dos trabalhadores assalariados, que os empregadores liberem, dentro de jornada de trabalho, um horário destinado a essa educação.

17. Prioridade para pesquisas em educação a partir de determinadas linhas de pesquisa que privilegiem a realidade educacional em termos:

a) das formas concretas de articulação da educação em todos os níveis com as estruturas sociais: organização do processo produtivo, distribuição das ocupações, desenvolvimento econômico e social, crescimento demográfico, mobilidade populacional;

b) das relações entre o saber e o processo produtivo, bem como da ciência com a produção;

c) das formas "alternativas" de incorporação dos que estão sendo excluídos do seu direito à educação;

d) do núcleo de conhecimentos necessários à formação do educador, cujos fundamentos teórico-metodológicos devem ser a base do trabalho educativo, superando os formalismos das especializações;

e) dos programas de regionalização do ensino, buscando restabelecer o elo perdido entre o que há de diversidade/especificidade na cultura e sua universalidade.

Ciência e tecnologia

1. Elaborar e implementar uma política de ciência e tecnologia regionalizada, respeitando-se as especificidades sócio-econômicas, culturais e ecológicas.

2. Promover a horizontalização organizacional dos Conselhos de Ciência e Tecnologia das instituições de pesquisa, garantindo a participação popular e o gerenciamento dos recursos por área de conhecimento.

3. Promover encontros das instituições de ciência e tecnologia com a população para subsidiar a elaboração de uma política científica para a Amazônia.

4. Garantir na nova Constituição o estabelecimento de um horário gratuito, em cadeia estadual de rádio e televisão, para a difusão sistemática do conhecimento científico regionalizado.

5. Criar mecanismos que viabilizem a aproximação dos grupos multidisciplinares e emergentes dentro e entre as instituições de Ciência e Tecnologia.

6. Viabilizar uma política agrícola cujos preceitos de Ciência e Tecnologia sejam calcados no modelo regional de agrosilvicultura.

7. Criar a Fundação de Amparo à Pesquisa em todos os Estados da Amazônia para fomentar a pesquisa regional, sendo a ela destinado no mínimo 2% da arrecadação estadual.

8. Elaborar um zoneamento agroecológico a partir de um amplo levantamento sobre composição florística e faunística, solos, clima, aptidões agrícolas, ocupação humana, aspectos sócio-econômicos e culturais, grau de degradação ambiental e topografia com a formação e estruturação de um Banco de Dados sobre a Amazônia.

9. Priorizar a formação de recursos humanos na área de avaliação de impacto ambiental a fim de atender à atual demanda regional neste setor, através de estágios, cursos de especialização e programas de pós-graduação.

Política de saúde para a Amazônia

Tendo em vista que:

— qualquer proposta de política de saúde deve ter interação com outras políticas sociais para a região;

— os agravos à saúde do homem amazônico são determinados pelas relações sociais de trabalho e pela agressão à natureza;

— as ações de saúde devem respeitar a cultura e o conhecimento do homem amazônico;

Propõe-se:

1. Garantir a formação de profissionais de saúde norteados pelo respeito à cultura regional, resgatando os conhecimentos populares.

2. A assistência à saúde dos povos da floresta ou dos homens ribeirinhos deverá dispor de programas e recursos adequados às características regionais, garantindo-se atuação permanente e sistemática.

3. Garantir a participação das representações organizadas na elaboração, gerenciamento e execução dos programas de saúde.

4. Assegurar a participação do setor de saúde, através de seus representantes, no planejamento, execução e avaliação dos grandes projetos de desenvolvimento.

5. Garantir a universalização da assistência, assegurando a implantação do sistema único de saúde.

6. Realizar pesquisas, com equipes multiprofissionais, para levantar o perfil nosológico das áreas urbana, rural e dos povos indígenas.

7. Promover a difusão de técnicas simples de prevenção de doenças.

Considerando:

a) que a saúde das nações indígenas é determinada, num espaço e tempo histórico, na particularidade de seu contato com a sociedade nacional e pela forma de ocupação de seu território e adjacências;

b) que a autonomia, a posse territorial e o uso exclusivo pelas nações indígenas dos recursos naturais do solo e sub-solo de acordo com as necessidades e especificidades etno-culturais

de cada nação, bem como a integridade de seus ecossistemas, sejam assegurados e garantidos;

c) que a cidadania plena, assegurando todos os direitos constitucionais, seja reconhecida como determinante do estado de saúde;

d) que o acesso das nações indígenas às ações e serviços de saúde, bem como sua participação na organização, gestão e controle dos mesmos, respeitadas as especificidades etno-culturais e de localização geográfica é dever do Estado;

Propõe-se:

8. Garantir e executar a demarcação das áreas indígenas, assegurando sua autonomia quanto aos recursos existentes.

9. Assegurar que as políticas de saúde para áreas indígenas considerem a realidade etno-cultural dos povos.

10. Viabilizar a implantação de um sistema de informação para a detecção precoce dos agravos de saúde.

11. O governo federal deve impedir, mediante ações energéticas, que empresas e projetos de pesquisa e lavra mineral, de construção de estradas e hidrelétricas, de agropecuária e colonização, continuem ocupando as terras indígenas.

12. Incentivar e desenvolver na universidade e em outras instituições o uso de plantas medicinais e o conhecimento sanitário do índio, nos programas de saúde.

13. Assegurar assessoria e treinamento permanentes aos agentes de saúde que atuam junto aos povos indígenas.

Preservação da flora e da fauna

1. Definir no zoneamento agroecológico uma extensão territorial mínima para preservação permanente na Amazônia, na forma de áreas invioláveis (terras públicas).

2. Estabelecer critérios no zoneamento agroecológico para a seleção de áreas de conservação e preservação, como: alta biodiversidade; endemismos; representatividade dos ecossistemas; habitats de espécies ameaçadas, vulneráveis ou raras; cabeceiras de rios e áreas de contato entre bacias hidrográficas; centros de domesticação etc.

3. Reconhecer as terras indígenas, reservas extrativistas, parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas e estações ecológicas como reservas genéticas.

4. Criar uma nova unidade de conservação, a Reserva Genética, admitindo-se ou não a presença humana.

5. Reconhecer os povos indígenas como domesticadores de plantas amazônicas e conservadores do patrimônio genético e que, portanto, devem ter suas terras demarcadas com total controle e soberania sobre elas, considerando-se tanto terras indígenas atuais como aquelas de ocupação histórica.

6. Criar mais unidades de conservação em nível estadual e municipal, como: parques e reservas para educação ambiental, preservação e recreação; florestas e reservas genéticas, para conservação e manejo; jardins botânicos, para o estudo e manutenção de amostras de espécies, difusão de informações e distribuição de mudas e sementes.

7. Viabilizar o cumprimento da legislação de proteção aos recursos naturais, principalmente quanto à reposição florestal original em áreas degradadas; taxar a exploração de recursos naturais; fiscalizar a manutenção obrigatória de 50% da cobertura vegetal original em propriedades rurais.

8. Formar guardas florestais treinados pelas Forças Armadas, instituições de pesquisa e agências de meio ambiente, podendo ser substituído ao serviço militar obrigatório. Deverá tam-

bém ser estimulada a criação de milícias ecológicas, com a participação de voluntários e representantes comunitários.

9. Responsabilizar os Estados e Municípios por programas de conservação de espécies localmente ameaçadas ou aquelas de ocorrência endêmica em seus respectivos territórios.

10. Criar um Fundo de Meio Ambiente com um estabelecimento constitucional de um percentual dos orçamentos estaduais e municipais, destinado à implantação e manutenção de Unidades de Conservação.

11. Revisar a legislação pesqueira quanto a épocas de pesca, tamanhos mínimos de captura etc., estabelecendo reservas pesqueiras que atendam às exigências da biologia das espécies comitente à fiscalização rigorosa de feiras e mercados.

12. Conservar, recuperar e manejar os igarapés urbanos, promovendo a proteção dos cursos de água contra o assoreamento e com a obrigatoriedade do tratamento de esgotos industriais, além dos esgotos domésticos em aglomerações urbanas.

13. Revisar a atual política mineral, realizando um balanço entre custos e benefícios sob a ótica ambiental e social, contrastando o valor do patrimônio genético com o das jazidas minerais.

14. Destinar recursos para a pesquisa e divulgação de métodos alternativos ao uso do mercúrio nos garimpos, acompanhado da discussão desses métodos junto às entidades representativas dos garimpeiros, e de um programa de esclarecimento sobre os efeitos do mercúrio sobre os seres vivos.

15. Efetuar, obrigatoriamente, Rimas para projetos de garimpagem em rios, barrancos e em locais onde o ambiente for potencialmente agredido pelos projetos.

16. Submeter à avaliação das populações potencialmente atingidas da comunidade científica e de entidades de classe, todo e qualquer projeto que possa causar impacto, antes que se gaste recursos com início de obras.

17. Destinar, além dos 0,5% alocados ao estudo de impacto ambiental dos grandes projetos, mais 0,5% para a implantação e manutenção de Unidades de Conservação.

18. Efetuar obrigatoriamente os Rimas, antes do início das obras do projeto em questão. Deverá ser instituída constitucionalmente a audiência da sociedade para opinar e decidir sobre a adequação e conveniência da instalação dos projetos com possíveis impactos ambientais e/ou alterações sócio-econômicas.

Povos da floresta e a questão agrária

1. Estabelecer uma política de utilização das várzeas e áreas ribeirinhas da Amazônia que leve em conta as condições sociais, econômicas e culturais de seus habitantes, bem como a estabilidade do equilíbrio ecológico, considerando-a como unidade sócio-ambiental para fins jurídicos e de política governamental.

2. Recompôr as margens de rios, lagos e igarapés com espécies vegetais, que são fonte de alimentação para os peixes, desaparecidas em consequência da exploração agrícola ou madeireira.

3. Criar "Reservas Alimentares" constituídas por áreas de floresta, lagos, rios e igarapés, que possibilitem às populações rurais circunvizinhas seu abastecimento alimentar; o controle da utilização dessas reservas é prerrogativa da própria população usuária.

4. Estabelecer uma legislação específica de pesca para a região amazônica, que leve em conta a necessidade de reprodução das espécies e o abastecimento das populações ribeirinhas e urbanas e que evite o oligopólio da comercialização do pescado.

5. Realizar a reforma agrária na Amazônia com a participação determinante dos trabalhadores rurais e dos povos da floresta, respeitando-se as formas de ocupação da terra, as suas respectivas culturas, a autonomia quanto ao uso dos recursos existentes e as suas formas de organização social.

6. Garantir a posse da terra àqueles que a trabalham, como os povos da floresta, os ribeirinhos, assegurando as reservas extrativistas, indígenas e o acesso à propriedade em várzea e terra firme para exploração combinada.

7. Assegurar recursos financeiros suficientes e com custos acessíveis para a utilização pelos trabalhadores rurais no seu processo produtivo.

8. Assegurar a assistência técnica que considere as condições sócio-econômicas e culturais dos grupos sociais rurais, sistemas de produção capazes de diminuir a dependência externa do pequeno produtor e uso sustentável dos recursos naturais.

9. Viabilizar e garantir as condições de escoamento da produção de cada região, favorecendo o transporte hidroviário e mantendo vias de acesso rodoviário.

10. Priorizar em termos de pesquisa agrícola os sistemas de produção com atividades diversificadas e complementares, tendo em conta os recursos naturais e o meio ambiente, além do manejo integrado em detrimento do uso de agrotóxicos.

11. Garantir a demarcação das terras indígenas, de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal.

12. Revogar imediatamente as demarcações de todas as colônias e áreas indígenas que não obedeceram aos critérios constitucionais.

13. Reconhecer a soberania dos povos indígenas, respeitando suas formas próprias e legítimas de organização social.

14. Respeitar as decisões das comunidades indígenas ou não indígenas, através de suas legítimas organizações representativas, sobre a implantação de programas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário.

15. O acesso às áreas indígenas por universidades, institutos de pesquisa e missões religiosas deve ser condicionado à prévia autorização conjunta das comunidades envolvidas e de suas organizações legítimas e representativas.

Energia e desenvolvimento industrial

1. Revisar o plano 2010, com participação do movimento popular e elaboração de plano energético global para a Amazônia, que contemple as formas convencionais (hidrelétricas, termelétricas a derivados de petróleo e gás natural) e as formas alternativas (solar, biogás, microcentrais hidrelétricas, eólica).

2. Exclusão da possibilidade de implantação de projetos envolvendo energia nuclear na Amazônia, enquanto não houver domínio seguro dessa tecnologia e do impacto na região.

3. Aprovação dos Rimas pelas comunidades afetadas pela modificação do ambiente: lei municipal, lei estadual quando afetar mais de um município ou plebiscito em caso de impasse.

4. Elaboração dos Rimas por entidades financeiramente independentes da construtora da obra, com mecanismos de participação do movimento popular.

5. Redefinição das prioridades do modelo do desenvolvimento industrial e da política de renda adotado para a região amazônica, estimulando modelos de desenvolvimento descentralizados, visando aumentar a autonomia e o bem-estar das comunidades.

6. Difundir nas comunidades amazônicas as tecnologias alternativas disponíveis nas seguintes áreas: geração de energia,

equipamentos de telecomunicações, métodos de produção e estocagem de alimentos, saneamento básico e educação.

7. Fortalecimento dos órgãos de pesquisa e extensão em tecnologias voltadas para a produção e industrialização de produtos naturais da região.

8. Estimular, através de incentivos, créditos diferenciados, micros e pequenos empreendimentos, que visem a produção, industrialização e comercialização de produtos amazônicos, dentro dos critérios das vocações regionais.

9. Limitar progressivamente os incentivos e subsídios governamentais voltados para as grandes empresas de capital nacional e multinacional instaladas na região, redirecionando esses recursos, além de estimular a produção e comercialização de produtos consumidos regionalmente, bem como para pesquisas que visem o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de tecnologias com esta finalidade.

10. Repúdio completo à instalação de Zonas de Processamento de Exportações, pois este modelo de industrialização está em total desacordo com os interesses da população nacional e regional.

11. Analisar novos projetos a serem instalados na Zona Franca de Manaus sob o ponto de vista de seus problemas sociais, levando-se em consideração a atual situação caótica da infraestrutura urbana de Manaus.

12. Reavaliar todos os contratos de incentivos e subsídios à produção rural feitos até a atualidade.

13. Redirecionar os recursos até então destinados a subsidiar ou incentivar projetos rurais não auto-sustentáveis para empreendimentos que utilizem-se de técnicas de agrosilvicultura, de policultivos perenes ou de enriquecimento florestal, priorizando a reutilização de áreas já degradadas.

14. Incentivar pesquisas e divulgação de tecnologias referentes à produção de proteína animal a partir da criação intensiva de pequenos animais, como alternativa à pecuária extensiva.

15. Estimular estudos referentes à produção de ração animal a partir de produtos naturais da região.

16. Corte imediato de subsídios ou incentivos à pecuária intensiva na Amazônia.

17. Incentivar a pequena indústria rural de agricultura auto-sustentável e de abastecimento comunitário.

18. Revisão completa da política de mineração para a Amazônia, com participação do movimento popular.

Recomendações específicas:

a) Que seja averiguado, através de peritos do Poder Público e por representantes do movimento popular, a natureza e a quantidade do minério da bacia dos rios Pitinga e Alalaú explorada e exportada pela Paranapanema, os problemas gerados por esse empreendimento ao meio ambiente e aos índios Waimiri-Atroari e os reais benefícios ou prejuízos que a atividade dessa empresa traz ao país e à região.

b) Que representantes do Poder Público e do movimento popular efetuem uma averiguação completa dos custos e dos benefícios do projeto Hidrelétrica de Balbina, atribuindo responsabilidade técnica e administrativa pelas consequências deste empreendimento aos cofres públicos, às populações do rio Uatuma e ao patrimônio natural da nação. Que sejam efetuados estudos de viabilidade econômica, técnica e ecológica de se desativar a hidrelétrica, com o esvaziamento do lago na época e no ritmo apropriado.

Entidades participantes

Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra/AM)
 Associação Brasileira dos Docentes da Universidade do Amazonas (Adua)
 Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Amazonas (AEAEA)
 Associação dos Empregados da Embrapa/AM
 Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes/AM)
 Associação dos Pesquisadores do Inpa (Aspi)
 Associação dos Servidores do Inpa (Assinpa)
 Associação dos Moradores da Cachoeirinha
 Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Amazonas (Astam)
 Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
 Comissão Pastoral da Terra (CPT)
 Comissão Pastoral Operária (CPO)
 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
 Centro de Estudos da Amazônia Ocidental (Ceao)
 Central Única dos Trabalhadores (CUT/AM)
 Conselho Indigenista de Roraima (CIDR)
 Diretório Central dos Estudantes (DCE)
 Fundação Universidade do Amazonas (FUA)
 Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação (Fase)
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
 Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (Marewa)
 Organização Geral dos Professores Bilingües da Tribo Ticuna
 Sindicato das Assistentes Sociais do Estado do Amazonas
 Sindicato dos Engenheiros do Estado do Amazonas
 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Eletro-Eletrônica e Metalúrgica do Estado do Amazonas
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Maniquiri
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais do São Sebastião do Uatuma
 S.O.S. Amazônia/Acre
 Suframa/Fucapi
 União das Nações Indígenas □

DOCUMENTO DOS EMPRESÁRIOS

Nos últimos tempos, a Amazônia transformou-se em centro da atenção mundial, focalizada interna e externamente como palco de devastação indiscriminada com fins especulativos, de queimadas desnecessárias da floresta e de genocídio dos seus índios.

Passou ainda a ser responsabilizada, sem qualquer comprovação científica, ou foro de verdade, pelo efeito estufa, pelo rompimento da camada de ozônio e pela modificação do clima global.

Invoca-se aqui o relatório publicado pela revista norte-americana *Time*, ao indicar que a principal responsabilidade pela emissão de dióxido de carbono recai sobre o mundo desenvolvido na elevada proporção de 83,98%, distribuídos entre os Estados Unidos, União Soviética, Japão e Europa.

A opinião pública não pode desconhecer que hoje a maior ameaça ecológica ao mundo é a miséria, contra a qual nos posicionamos. Na realidade, são os países desenvolvidos que utilizam, de forma ilimitada, combustíveis fósseis, atômicos e tecnologias antiambientalistas e poluidoras.

Mitos, desinformações e até inverdades contribuíram para impedir concessões de empréstimos externos vitais à região, entrar as relações comerciais indispensáveis e emperrar seu desenvolvimento pela própria ação do governo federal, condenando-nos ao isolamento, à miséria e ao atraso, como se fôssemos filhos enjeitados da grande pátria brasileira.

Em função disso, os empresários da Amazônia, conscientes da gravidade do problema, resolveram reunir-se em Manaus (AM), para, em profunda reflexão, reconhecer possíveis erros, divulgar os acertos e assegurar o progresso ecologicamente adequado e socialmente justo.

Acreditando interpretar os sentimentos da sociedade amazônica, efetivamente comprometida com o desenvolvimento e o progresso da região, conhecedora por vivência própria dos aspectos da questão ambiental, vêm de público expressar sua visão do problema, introduzir dados racionais e factuais em sua discussão e, através deste documento, definir o seu posicionamento e a estratégia de atuação, agora e no futuro.

Assim sendo, manifestam a firme convicção de que alguns princípios devem nortear nossos trabalhos. Entre eles:

1. A Amazônia representa mais da metade do território brasileiro. É a maior floresta tropical do mundo. Possui, no mínimo, 50% do potencial hidrelétrico do Brasil e é detentora de 12 milhões de hectares de várzeas e de terras férteis, com 25 mil quilômetros de rios navegáveis. É a maior província mineral do mundo e nela habitam cerca de 16 milhões de pessoas.

2. O seu desenvolvimento é uma necessidade imperiosa e seu processo irreversível.

3. A sua integração ao processo produtivo do país é imperativa, assim como a sua ocupação, de forma ordenada, adequada e inteligente.

4. A utilização de seus recursos é um desafio, pelas suas condições peculiares, pela heterogeneidade de seus ecossistemas, múltiplos, únicos e diferenciados.

5. O desenvolvimento da Amazônia importa em conhecimento de suas riquezas e potencialidades, através de pesquisas sérias para não incorrerem em erros já praticados, aqui e em outros países, que promoveram o desenvolvimento a qualquer custo.

6. A proposta brasileira para a Amazônia deverá promover a atualização do zoneamento geoeconômico e ecológico da região e que especifique as áreas de preservação, as áreas de utilização dos recursos naturais existentes, as áreas de utilização convencional e as áreas de reservas indígenas, respeitados os multivariados ecossistemas.

7. Os programas devem ser flexíveis, estabelecendo metas e ações à medida em que forem sendo adquiridos experiências e conhecimentos, não se podendo estabelecer um tipo de comportamento invariável e monolítico que nos faça reincidir no erro de destruir primeiro para reconstruir depois.

8. Os mitos e falácias devem ser desmistificados, tais como: pulmão do mundo, filtragem do dióxido de carbono, terra arrasada, futuro deserto, destruição da camada de ozônio, efeito destruidor da queimada e outros.

9. O bloqueio econômico aos nossos produtos é um fato real e ameaçador, que está a exigir posições firmes e atitudes urgentes e enérgicas.

10. O desenvolvimento da região não pode abdicar da utilização das vias navegáveis integradas às ferrovias e rodovias transitáveis durante todo o ano e que também busquem a integração do Brasil com os países vizinhos.

Dentro dessa realidade, chegam às seguintes conclusões:

* Devemos esclarecer a opinião pública mundial quanto à impropriedade de quaisquer formas de bloqueios econômicos contra o Brasil, sob o pretexto da proteção ambiental. O que se impõe é o encontro de alternativas tecnológicas e de financiamento capazes de assegurar a continuidade da melhoria dos padrões de vida da população regional, atendidos os justos reclamos de conservação do meio ambiente.

* É preciso promover os ajustamentos requeridos pela política indigenista de respeito à preservação dos valores da cultura indígena, sem jamais abdicar da soberania nacional.

* A região requer, para efetiva conservação de seu meio ambiente, a colaboração técnico-científica e financeira nacional e internacional.

* Especial apoio deve ser assegurado às universidades e demais instituições de pesquisa científica e tecnológica existentes na região, configurando, assim, resposta objetiva às sociedades nacional e internacional a respeito das reais possibilidades de desenvolvimento da Amazônia.

* A região não pode abdicar da complementação das infra-estruturas energéticas, de transportes e de telecomunicações. Vê também com justificada preocupação as ameaças a iniciativas, como a antiga aspiração de ligação da região ao Pacífico e ao Caribe, pelo prolongamento da BR-364 e BR-174, e à construção de novas hidrelétricas — plenamente viáveis, desde que precedidas de cuidadoso planejamento ambiental. Por sua vez, a concessão de incentivos fiscais e creditícios à região deve ser mantida, requerendo apenas, para melhor atender suas finalidades, ajustes e correções.

* Devem-se estreitar vínculos com empresários de países amazônicos vizinhos, para estimular a integração econômica, social e cultural.

* O 1º Encontro dos Empresários da Amazônia decidiu promover a criação do Conselho Empresarial da Amazônia, integrado por representantes das diversas entidades empresariais que atuam na região, ao qual caberá acompanhar o processo de desenvolvimento da Amazônia, atuando no sentido de seu estímulo permanente e servindo de fórum de debates.

Manaus, 8 de agosto de 1989

Governo do Estado do Amazonas
Superintendência da Zona Franca de Manaus
Confederação Nacional da Indústria
Confederação Nacional da Agricultura
Confederação Nacional do Comércio
Associação dos Empresários da Amazônia
Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica e de Investidores em Projetos Incentivados
Federação das Indústrias dos Estados do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, do Acre, de Rondônia e de Tocantins
Federação do Comércio do Mato Grosso, do Acre, de Rondônia e de Tocantins
Federação da Agricultura do Estado do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, do Acre, de Rondônia e de Tocantins
Associação dos Exportadores da Zona Franca de Manaus
Associação dos Importadores da Zona Franca de Manaus
Associação Comercial do Pará, do Mato Grosso, do Acre, de Rondônia, do Amapá e de Roraima
Sindicato da Indústria Madeireira do Amazonas
Centro das Indústrias do Pará
Clube dos Diretores Lojistas do Amazonas e do Pará □

Decálogo amazônico • Documentos
Povos da Floresta • Genocídio - Yanomami
Garimpo • Desmatamento
Internacionalização

